



COMBOIOS DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS 2016

FICHA TÉCNICA

CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
Calçada do Duque, n° 20
1249 - 109 Lisboa
N° Contribuinte: 500 498 601
Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109°
Capital Estatutário € 3.333.713.275,71 (a 31 de dezembro de 2016)

Conceção e Coordenação:
Direção de Planeamento e Controlo de Atividade
Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt
Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

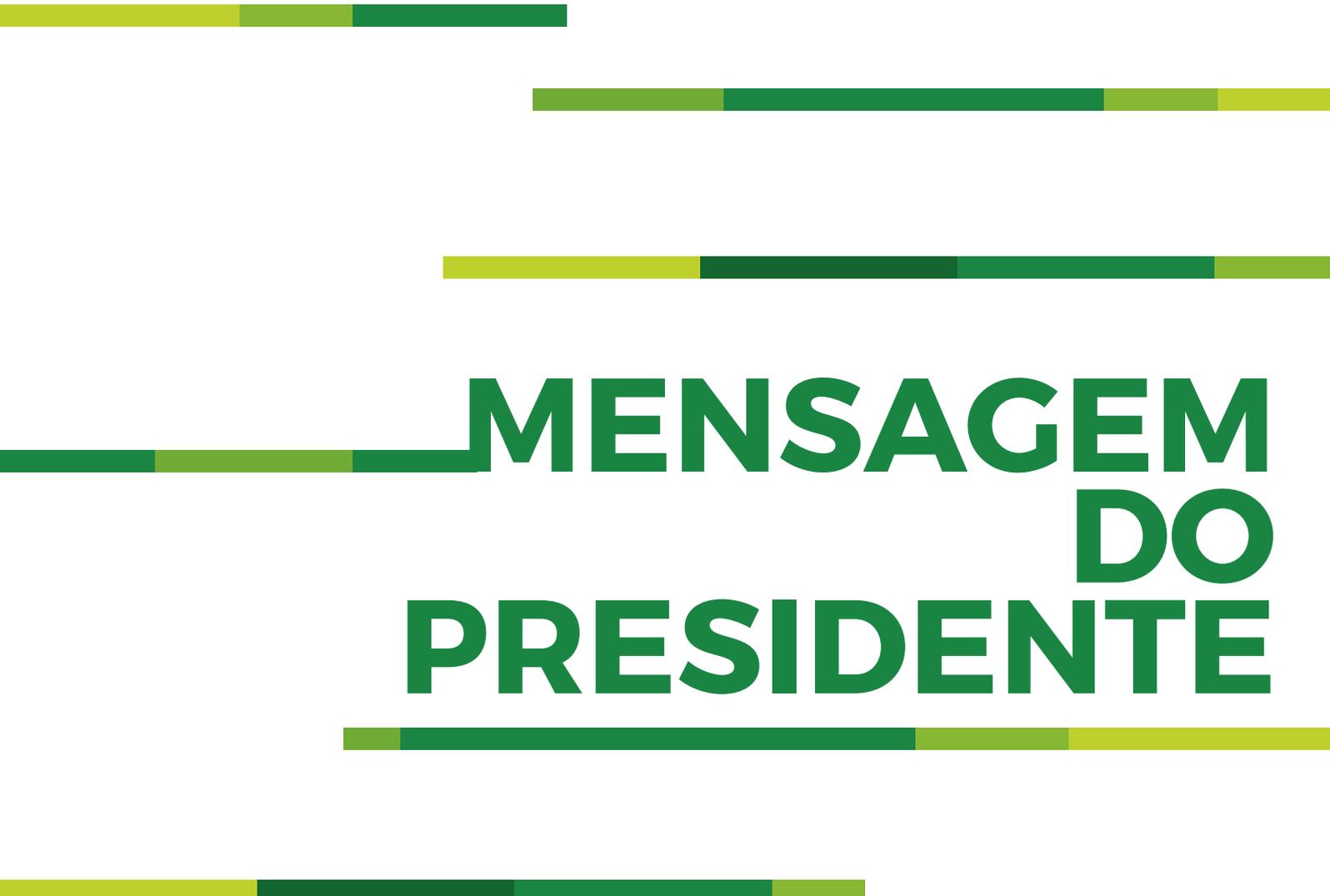
ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	7
SUMÁRIO DO ANO	9
A EQUIPA DE GESTÃO	11
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
A EMPRESA	15
Recursos Humanos	16
Efetivo	16
Absentismo e Trabalho Suplementar	17
Formação	18
Frota	19
Material ao Serviço e Desativado	19
Melhorias na Frota	19
Oferta	20
Qualidade do Serviço	21
Procura	22
Proveitos	23
Investimentos	24
Principais Projetos	24
GRUPO CP	25
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.	27
Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	28
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	29
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.	30
PRINCIPAIS MARCOS	31
Oferta / Operação	32
Tarifário e Bilhética	38
Comunicação	43
Inovação	48
Processos Internos	49
Gestão do Património	50
Intervenção Social	51

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	53
Resumo	54
Objetivos de Gestão	56
Gestão do Risco Financeiro	59
Limite de Crescimento do Endividamento	61
Prazo Médio de Pagamento	62
Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2015	63
Remunerações	64
Medidas de Redução Salarial	64
Remunerações do Conselho de Administração	65
Fiscalização	69
Auditor Externo	71
Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público	72
Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP	73
Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens	74
Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção	75
Contratação Pública	76
Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	77
Frota Automóvel	78
Medidas de Redução de Gastos Operacionais	79
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	81
Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	82
Informação no <i>site</i> do SEE	83
ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA	84
Conta de Exploração	85
Resultado Líquido	86
Resultado Operacional da Atividade de Transporte de Passageiros (EBITDA)	86
Resultado Operacional	87
Resultado Financeiro	88
Balanço	89
Ativo	89
Capital Próprio	90
Passivo	90
Financiamento	91
Política de Financiamento	91
Dívida Remunerada	91
Fontes de Cofinanciamento	93
Encargos Financeiros	93
Limites de Endividamento	94
Instrumentos de Gestão de Risco	95

PERSPECTIVAS PARA 2017	96
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	99
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	101
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	103
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	105
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	112
Identificação da entidade e período de relato (nota 1)	113
Identificação	113
Separação de sectores - Infraestrutura	114
Separação de sectores - Transportes	115
Regime de Concessão	116
Contrato de serviço público	117
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	118
Referencial contabilístico	118
Derrogações ao SNC	119
Valores comparativos	119
Adoção Pela Primeira Vez das NCRF - Divulgação Transitória (nota 3)	120
Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)	121
Bases de mensuração	121
Políticas contabilísticas relevantes	121
Juízos de Valor	131
Principais pressupostos relativos ao futuro	132
Principais fontes de incerteza das estimativas	132
Fluxo de Caixa (nota 5)	134
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	134
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	134
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)	135
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	136
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8)	139
Outros Investimentos Financeiros (nota 9)	141
Créditos a Receber (nota 10)	143
Ativos por impostos diferidos (nota 11)	144
Impostos Sobre o Rendimento (nota 12)	145
Inventários (nota 13)	146
Clientes (nota 14)	147
Estado e Outros Entes Públicos (nota 15)	148

Outros créditos a receber (nota 16)	149
Diferimentos (nota 17)	150
Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 18)	151
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 19)	152
Capital Subscrito (nota 20)	153
Reservas Legais (nota 21)	154
Outras Reservas (nota 22)	155
Resultados Transitados (nota 23)	156
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)	157
Provisões (nota 25)	159
Financiamentos Obtidos (nota 26)	160
Outras dívidas a Pagar (nota 27)	161
Fornecedores (nota 28)	162
Adiantamentos de clientes (nota 29)	163
Passivos Financeiros Detidos para Negociação (nota 30)	164
Vendas e Serviços Prestados (nota 31)	165
Subsídios à Exploração (nota 32)	166
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos (nota 33)	167
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)	168
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)	169
Gastos com Pessoal (nota 36)	170
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 37)	171
Outros Rendimentos (nota 38)	172
Outros Gastos (nota 39)	173
Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 40)	174
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 41)	175
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 42)	176
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 43)	177
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 44)	178
Divulgação de Partes Relacionadas (nota 45)	179
Garantias e Avals (nota 46)	182
Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 47)	183
Proposta de Aplicação de Resultados (nota 48)	184
DOCUMENTOS ANEXOS	185



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Foi a 28 de outubro de 1856 que, entre Lisboa e o Carregado, se realizou a primeira viagem de comboio no nosso País.

Herdeira natural deste património com 160 anos, a CP - Comboios de Portugal, comemorou com orgulho esta data simbólica, contemplando o caminho percorrido, com a certeza de um futuro sustentável.

O transporte ferroviário é um imperativo social e ambiental. Fazê-lo com condições de conforto, regularidade e segurança, promovendo a coesão territorial, é um desafio feito de metas constantemente ultrapassadas.

Em 20 de janeiro de 2016, cumpridas as condições por parte do comprador e da aprovação governamental, concluiu-se o processo de privatização da CP Carga, atual MEDWAY, com a assinatura final do respetivo contrato de venda.

A CP encerrou 2016 reforçando o crescimento de passageiros que se verifica desde o final de 2013. Durante o ano foram transportados cerca de 115 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 2,5% relativamente a 2015 e de 7,8% face a 2013.

Ao nível dos serviços, realçam-se os importantes acréscimos registados nos urbanos de Lisboa e do Porto e destaca-se o crescimento do Longo Curso, que registou um acréscimo de 9,4% face ao ano anterior e de 30,2% face a 2013.

Apesar de não terem ocorrido aumentos tarifários, os proveitos de tráfego ultrapassaram os 230 milhões de euros, representando um acréscimo de quase 10 milhões de euros face ao ano anterior (+4,4%).

O Resultado Líquido situou-se nos -144,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 133, milhões de euros face ao ano anterior (-278,4 milhões de euros).

Para esta evolução contribuiu o reconhecimento, em 2015, do impacto líquido negativo, de cerca de -85 milhões de euros, do acordo de referência para a venda da CP Carga e de responsabilidades passadas decorrentes da consideração dos abonos variáveis

no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, no valor de 27 milhões de euros.

Excluindo estes efeitos, ainda assim, o Resultado Líquido apresentaria uma melhoria de cerca de 13%.

O Resultado Financeiro apresentou uma melhoria de 15,7 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, da redução da dívida histórica.

Apesar de, pelo segundo ano consecutivo, a CP não ter recebido indemnizações compensatórias, o EBITDA recorrente manteve-se positivo em 344 milhares de euros, tendo o crescimento dos proveitos de tráfego compensado parcialmente a redução das vendas e serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), na sequência da sua privatização.

Estes resultados, que são o fruto do trabalho de uma vasta equipa da CP, vêm premiar a aposta da empresa no reforço da oferta e na dinâmica comercial com que aborda hoje o mercado.

Para 2017, a CP prevê continuar esta trajetória de crescimento.

O crescimento da procura requer, no entanto, que olhemos seriamente para a necessidade de resposta em termos de oferta e consequentemente para a necessidade de investir num programa de expansão da frota de material circulante.

Por outro lado, continuam a existir diversos constrangimentos à atividade. A nível da infraestrutura ferroviária nacional, permanece por concluir a eletrificação de importantes eixos ferroviários. A nível da empresa, mantêm-se as restrições orçamentais e a ausência de um Contrato de Serviço Público definidor das obrigações e respetivas compensações financeiras.

Ainda assim, os resultados obtidos permitem-nos encarar com redobrado otimismo o futuro da empresa.

Para tal, contamos como sempre, com o apoio da Tutela e com o incontornável contributo dos nossos colaboradores e dos nossos parceiros estratégicos, em especial, as nossas empresas participadas.



SUMÁRIO DO ANO

Indicadores Operacionais	2016	2015	2016-2015	2016/ 2015
Procura				
Passageiros (10 ³)	114 841	112 024	2 818	2,5%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3 802 762	3 624 903	177 859	4,9%
Oferta				
Comboios (10 ³)	445	444	1	0,2%
CK (10 ³)	29 128	28 834	294	1,0%
LKO (10 ⁶)	13 126	12 832	294	2,3%
Recursos Humanos				
Efectivo Final a cargo	2 708	2 684	24	0,9%
Efectivo Médio a cargo	2 674	2 703	-29	-1,1%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	239	235	4	1,7%
Locomotivas	31	31	0	0,0%
Carruagens	103	101	2	2,0%

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2016	2015	2016-2015	2016/ 2015
Proveitos Tráfego	230 322	220 558	9 764	4,4%
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	s/s
Rendimentos Operacionais *	266 017	272 669	-6 652	-2,4%
Gastos Operacionais *	265 674	269 408	-3 734	-1,4%
EBITDA *	344	3 261	-2 917	-89,5%
Resultado Operacional	-54 331	-175 197	120 866	69,0%
Resultado Líquido	-144 565	-278 426	133 861	48,1%

* Não inclui Indemnização por Rescisão, Justo Valor, Imparidades, Provisões, Depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade da Empresa.

NOTA: O EBITDA referente a 2015 diverge do divulgado em 2015, por se ter alterado o critério de apuramento do mesmo, de forma a excluir rendimentos e gastos não relacionados diretamente com a atividade de transporte, nomeadamente os decorrentes da venda de sucata e abate de ativos.

Rácios	2016	2015	2016-2015	2016/ 2015
Produtividade do Trabalho (10³) (Ck/Efectivo Médio)	10,89	10,67	0,23	2,1%
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração **	107,7%	109,3%	-1,6 p.p.	-

** (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impacto da reversão das reduções remuneratórias)/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.)



A EQUIPA DE GESTÃO



Dr.^a Maria João Calado Lopes
Vogal

Eng. Manuel Tomás Rodrigues Queiró
Presidente

Dr. Nuno Sanches Osório
Vogal



ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Em 2016, segundo estimativas disponíveis à data da elaboração deste relatório, o PIB aumentou 1,4% em volume, menos 0,2 p.p. que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, refletindo a redução do Investimento e, em menor grau, a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo significativamente menos negativo que em 2015¹, beneficiando do forte aumento do turismo.

Num período de reduzida taxa de inflação continuou a verificar-se a recuperação das despesas de consumo das famílias, que cresceram devido, essencialmente, à queda da taxa de desemprego, ao efeito da redução do serviço da dívida das famílias, com as taxas de juro estabilizadas em níveis baixos e em consequência da reversão de algumas medidas implementadas durante o Programa de Assistência Económica e Financeira. Assistiu-se igualmente a uma melhoria das condições de financiamento das famílias e a um aumento da taxa de poupança dos particulares para 4% do rendimento disponível. Os Indicadores de Confiança dos Consumidores e da Indústria vieram gradualmente a subir ao longo do ano.

O Consumo Público manteve a sua evolução decrescente refletindo o esforço de consolidação orçamental. Para compensar os desvios negativos identificados na receita fiscal, não foram utilizadas verbas de cativos inscritos no Orçamento do Estado para 2016, procedimento que acabaria por originar estrangulamentos relevantes na despesa das empresas públicas.

Apesar do moderado crescimento da economia, a atividade da empresa, traduzida nos seus principais indicadores, teve uma evolução positiva, impulsionada por uma forte dinâmica comercial e um clima de paz laboral.

¹ Banco de Portugal - Boletim Estatístico-jan 2017 e www.INE.pt

A EMPRESA



RECURSOS HUMANOS

Efetivo

A empresa terminou o ano de 2016 com 2 708 trabalhadores a cargo, ou seja, mais 24 trabalhadores que no final do ano anterior.

Durante o ano de 2016 entraram no quadro da empresa 138 colaboradores:

- 124 por recrutamento: 38 maquinistas; 5 operadores de manobras; 46 assistentes comerciais; 2 técnicos licenciados; 2 operadores de material e 31 operadores de revisão e venda;
- 7 por retorno de colaboradores cedidos a empresas do Grupo CP;
- 4 por cedência temporária de empresas do Grupo;
- 2 por retorno de licenças sem vencimento;
- 1 por retorno de requisição da Assembleia da República..

Saíram da empresa 114 trabalhadores, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

Efetivo (*) a 31 de Dezembro	2016	2015	Δ 2016-2015
Vinculado	2 737	2 719	18
A Cargo	2 708	2 684	24
Ao Serviço	2 703	2 678	25

(*) **Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido/requisitado que não é pago pela empresa).

Efetivo a Cargo - efetivo ao qual a empresa Paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido/requisitado pago pela empresa).

Efetivo ao Serviço - efetivo que presta serviço na empresa.

Cerca de 82% dos colaboradores são da área operacional e pertencem às carreiras profissionais comercial, tração, operação de transporte e material.

EFFECTIVO VINCULADO a 31 de Dezembro			
Carreira	2016	2015	Δ 2016-2015
Administrativa	98	110	-12
Apoio Técnico e Gestão	87	93	-6
Comercial	1 253	1 214	39
Material	77	80	-3
Operação de Transporte	109	106	3
Outros	17	19	-2
Técnicos	290	291	-1
Tração	800	800	0
TOTAL	2 731	2 713	18
Conselho de Administração + Conselho Fiscal	6	6	0
TOTAL	2 737	2 719	18

Absentismo e Trabalho Suplementar

As taxas de absentismo e de trabalho extraordinário registaram um aumento em 2016. O acréscimo do absentismo deveu-se a um aumento da ausência por doença e por acidentes de trabalho. A variação do trabalho suplementar foi justificada, essencialmente, pela realização de comboios especiais para reforço da oferta, pelas ações de fiscalização para combate à fraude e pela necessidade de disponibilizar diversos colaboradores para proceder à formação no âmbito dos processos de recrutamento realizados.

Indicadores	2016	2015	Δ 2016-2015
Taxa de Absentismo (sem greves)	6,97%	6,59%	0,38 p.p.
Taxa de Trabalho Suplementar	13,30%	11,01%	2,29 p.p.

Formação

Em 2016, a Empresa manteve a aposta na valorização dos seus trabalhadores, através, nomeadamente, da formação de ciclo formativo no âmbito da segurança da circulação, ao nível de aperfeiçoamentos de caráter técnico e regulamentar.

Para além da formação contínua de caráter técnico e comportamental, destacou-se ainda a formação inicial realizada, no âmbito da estratégia de rejuvenescimento do quadro de efetivos, a 124 novos trabalhadores.

Em 2016, foram realizadas 295 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do grupo CP, atingindo-se uma taxa de execução de 107,6% face à formação prevista. Os valores globais da formação efetuada foram os seguintes:

2016		
Temas de Formação	Nº Formandos	Nº de horas
Cliente	10	67,5
Gestão	823	9 046
Qualidade e Ambiente	58	739
Segurança Geral	376	2 489
Segurança-Qualificação Técnica (*)	1272	117 563,5
Serviços/Línguas	26	112
Tecnologias de Informação	67	757,5
Total	2 632	130 774,5

(*) Inclui a Formação Inicial p/ novos Colaboradores no âmbito do processo de admissão em curso na área operacional

A formação ministrada ao abrigo do Plano de Formação 2016 visou os seguintes objetivos:

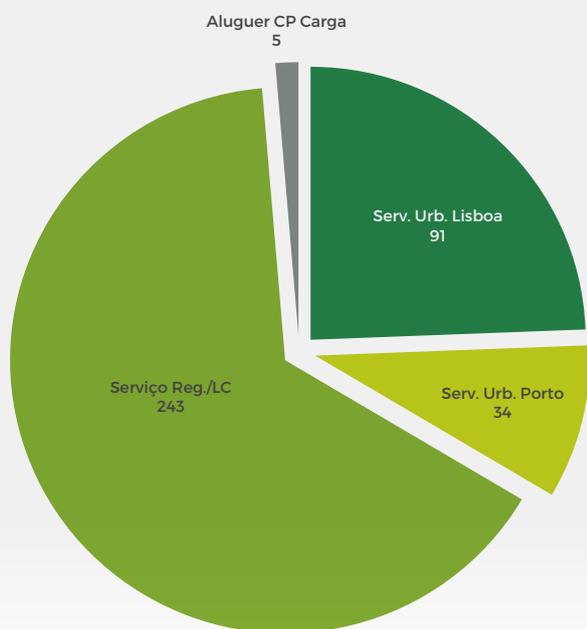
1. Reforçar/atualizar competências com foco nos seguintes temas:
 - Segurança da circulação (planos de emergência, aperfeiçoamentos técnicos, regulamentares, conduções);
 - Melhor conhecimento da Empresa através do Projeto transversal “Conhecer o negócio CP”;
 - Segurança geral (Plano de Emergência e Prevenção e Luta Contra Incêndios);
 - Qualidade e Ambiente;
 - Sistemas de informação (essencialmente na ótica do utilizador);
 - Gestão de recursos (humanos, financeiros e energéticos);
 - Controlo de Gestão, Impostos, Gestão Financeira e de Tesouraria.
2. Adquirir novas competências:
 - Qualificação de Operadores de Revisão e Venda, Assistentes Comerciais, Operadores de Material, Operadores de Manobras e de Maquinistas;
 - Condução, habilitando os maquinistas a conduzir em tipo de material motor específico;
 - Comportamentais como a formação em Código de Ética e de Riscos e em Automotivação.

FROTA

Material ao Serviço e Desativado

À data de 31 de dezembro de 2016, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 798 unidades. Destas, 373 unidades encontravam-se afetas ao parque ativo, 333 unidades integravam o parque de material inoperacional e 92 unidades eram material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante em serviço comercial era composto por 189 automotoras elétricas, 50 automotoras *diesel*, 25 locomotivas elétricas, 6 locomotivas *diesel* e 103 carruagens.



Parque Ativo CP 2016
(Unidades de Material)

De salientar que no parque ativo se encontravam incorporadas 20 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2, alugadas à RENFE.

Melhorias na Frota

No decurso de 2016 desenvolveram-se diversas atividades no âmbito da melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente:

- Início da intervenção de meia-vida dos comboios Alfa Pendular. Em curso intervenção na primeira unidade;
- Instalação do sistema Wi-Fi em 31 carruagens modernizadas afectas ao serviço Intercidades.

Com o propósito de continuar a oferecer um serviço de transporte alicerçado nos mais elevados padrões de segurança prosseguiram os seguintes projetos:

- Instalação de Conversores de Tração e *Gate Units* em automotoras 2400;
- Substituição de veios de transmissão em comboios Alfa Pendular;
- Grandes reparações do tipo R2 em diversas séries.

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP. Apenas na série de locomotivas 5600 a manutenção é prestada pela SIMEF, ACE (empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%).

OFERTA

Em 2016 a oferta da CP avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 29.128 milhares de CK, valor 1% superior ao registado no ano anterior.

Verificaram-se alguns ajustamentos à oferta, dos quais se destacam a extensão de comboios Alfa Pendular a Guimarães, a criação de comboios diretos entre Coimbra e Porto Campanhã e, na Linha do Sado, o prolongamento do serviço entre Setúbal e Praias do Sado-A.

De referir ainda o facto de 2016 ter sido um ano bissexto e de não se terem registado greves.

Os lugares quilómetro oferecidos foram 2,3% superiores aos do ano anterior e verificou-se um aumento das taxas de ocupação, decorrente do crescimento da procura.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Serv. Urbano Lisboa	6 670	6 644	27	0,4%
Serv. Urbano Porto	4 604	4 565	39	0,9%
Serv. Longo Curso	8 593	8 534	59	0,7%
Serv. Regional	9 260	9 091	169	1,9%
TOTAL	29 128	28 834	294	1,0%

Lugares Quilómetro Oferecidos (*10 ⁶)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Serv. Urbano Lisboa	5 918	5 829	89	1,5%
Serv. Urbano Porto	2 272	2 251	21	0,9%
Serv. Longo Curso	2 641	2 559	82	3,2%
Serv. Regional	2 296	2 193	102	4,7%
TOTAL	13 126	12 832	294	2,3%

Taxa de ocupação	2016	2015	2016-2015
Serv. Urbano Lisboa	20,1%	19,9%	0,2 p.p.
Serv. Urbano Porto	27,2%	26,6%	0,6 p.p.
Serv. Longo Curso	58,3%	55,2%	3,1 p.p.
Serv. Regional	19,9%	20,7%	-0,8 p.p.
TOTAL	29,0%	28,2%	0,7 p.p.

QUALIDADE DO SERVIÇO

O índice global de regularidade da CP em 2016 foi de 99%, 1 ponto percentual acima do verificado no ano anterior.

Em 2016 verificou-se uma redução do Índice de Pontualidade diária face ao ano anterior. Os atrasos resultaram essencialmente de afrouxamentos impostos pela IP (limitações de velocidade para trabalhos na infraestrutura), acidentes com pessoas, avarias de sinalização e de material motor.

Regularidade	2016	2015	2016-2015
Serv. Urbano Lisboa			
Sintra / Azambuja	99,7%	98,2%	1,5 p.p.
Cascais	99,5%	97,6%	1,9 p.p.
Sado	99,7%	98,5%	1,2 p.p.
Serv. Urbano Porto			
Aveiro	99,7%	98,3%	1,4 p.p.
Braga	100,0%	99,0%	0,9 p.p.
Caíde	100,0%	98,8%	1,1 p.p.
Guimarães	99,9%	98,9%	1,0 p.p.
Serv. Longo Curso			
Alfas	99,8%	99,3%	0,5 p.p.
Intercidades	99,8%	99,5%	0,3 p.p.
Serv. Regional			
Serv. Regional	99,4%	98,7%	0,7 p.p.
Total CP	99%	98%	1,0 p.p.

Pontualidade Diária	2016	2015	2016-2015
Serv. Urbano Lisboa (1)			
Sintra / Azambuja	89,2%	89,0%	0,2 p.p.
Cascais	89,4%	85,4%	4,0 p.p.
Sado	85,3%	88,4%	-3,1 p.p.
Serv. Urbano Porto (1)			
Aveiro	85,9%	87,4%	-1,5 p.p.
Braga	91,8%	94,2%	-2,4 p.p.
Caíde	92,3%	94,0%	-1,7 p.p.
Guimarães	90,1%	92,8%	-2,7 p.p.
Serv. Longo Curso (2)			
Alfas	73,4%	79,0%	-5,6 p.p.
Intercidades	76,2%	77,0%	-0,8 p.p.
Serv. Regional (2)			
Serv. Regional	84,7%	88,7%	-4,0 p.p.
Global CP (2)	91,6%	92,9%	-1,3 p.p.

Notas: (1) Atrasos superiores a 3 minutos

(2) Atrasos superiores a 5 minutos

PROCURA

Em 2016 foram transportados pela CP cerca de 115 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 2,5% relativamente a 2015 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 2,8 milhões de passageiros transportados.

Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso com um crescimento de 9,4%, ultrapassando os 6 milhões de passageiros e o Serviço Urbano de Lisboa com um crescimento de 2%, ou seja, mais 1,5 milhões de passageiros.

Para estes resultados contribuíram, por um lado, as diversas ações de carácter comercial e de combate à fraude e, por outro, o clima de paz laboral e a recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (*10 ³)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Serv. Urbano Lisboa	77 375	75 865	1 511	2,0%
Serv. Urbano Porto	20 794	20 060	734	3,7%
Serv. Longo Curso	6 025	5 508	517	9,4%
Serv. Regional	10 647	10 591	57	0,5%
TOTAL	114 841	112 024	2 818	2,5%

Passageiros-Quilómetro (*10 ³)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Serv. Urbano Lisboa	1 186 772	1 158 740	28 031	2,4%
Serv. Urbano Porto	618 991	599 745	19 247	3,2%
Serv. Longo Curso	1 539 568	1 412 093	127 475	9,0%
Serv. Regional	457 431	454 325	3 106	0,7%
TOTAL	3 802 762	3 624 903	177 859	4,9%

PROVEITOS

Ainda que não tenha havido aumentos tarifários, os proveitos de tráfego ultrapassaram os 230 milhões de euros, representando um acréscimo de quase 10 milhões de euros face ao ano anterior (+4,4%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Serv. Urbano Lisboa	78 396	75 058	3 338	4,4%
Serv. Urbano Porto	25 189	24 704	485	2,0%
Serv. Longo Curso	98 616	92 725	5 891	6,4%
Serv. Regional	28 121	28 072	49	0,2%
TOTAL	230 322	220 558	9 764	4,4%

INVESTIMENTOS

A CP realizou em 2016 um total de 12,2 milhões de euros em investimentos, 79% dos quais destinados a material circulante e 11% a informatização.

Investimentos 2016	Valores (mil euros)
Material Circulante	9 640
Instalações Fixas	398
Equipamentos Comerciais	380
Informatização	1 387
Outros Investimentos	372
TOTAL	12 177

Considerando as restrições financeiras, as decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

Principais Projetos

No material circulante, o investimento mais relevante continua a ser em “Grandes Reparações R2+R3”, com um valor de 7,5 milhões de euros. Este projecto reúne as intervenções de manutenção programada de material circulante com o objectivo de repor o nível de operacionalidade e segurança do mesmo.

No projeto “Intervenção de Meia Vida dos CPA”, encontra-se em curso a intervenção na primeira unidade. Registou uma realização financeira de 787 milhares de euros em 2016.

Dos restantes investimentos respeitantes a material circulante destacam-se os de aquisição de peças de parque (700 milhares de euros).

Salientam-se, finalmente, a aquisição de licenças Microsoft no valor de 1,3 milhões de euros, as intervenções em vários edifícios e instalações fixas no valor de 232 milhares de euros e a aquisição de peças para máquinas de venda automática e validadores no valor de 246 milhares de euros.



**GRUPO
CP**

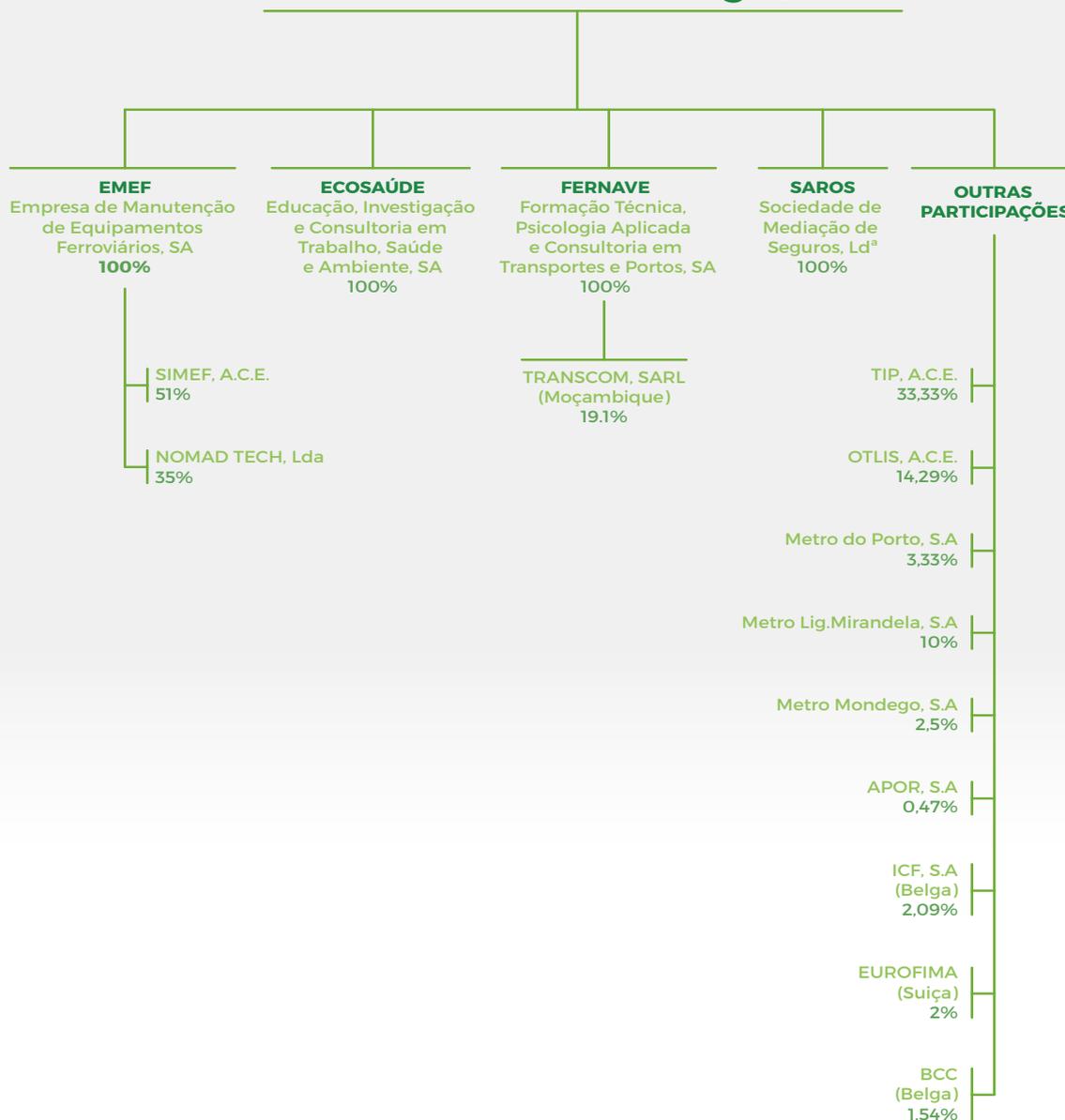
A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

A 20 de janeiro de 2016, cumpridas as condições por parte do comprador e da aprovação governamental, concluiu-se o processo de privatização da CP Carga S.A., com a assinatura final do respetivo contrato

de venda à MSC Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A. O processo foi aprovado pelas instâncias competentes, nomeadamente a Autoridade da Concorrência, que deu o seu aval às condições já contratualizadas em parecer emitido em dezembro de 2015.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2016:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.



EMEF

EMPRESA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO FERROVIÁRIO, S.A.

A EMEF, constituída em 1992, tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária.

A EMEF alcançou em 2016 um resultado operacional positivo na ordem dos 4,3 milhões de euros e um resultado líquido positivo de aproximadamente 3,4 milhões de euros.

Os resultados alcançados tiveram por base um crescimento na prestação de serviços na ordem dos 7,7%, o qual é justificado pelo aumento de 3% no segmento de negócio de reparação e de 13% no segmento de manutenção.

Os clientes CP, Medway e Prometro foram os que contribuíram maioritariamente para o acréscimo de procura, respetivamente com incrementos de 6%, 11% e 24% no conjunto da atividade desenvolvida.

EMEF (Valores em milhares de €)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Volume Negócios	63 045	58 562	4 483	7,7%
Resultado Operacional	4 314	2 209	2 105	95,3%
Resultado Líquido	3 431	1 378	2 052	148,9%

ECOSAÚDE

EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde nas empresas do grupo e no mercado.

No ano de 2016 a Ecosaúde registou uma alteração significativa da composição da sua carteira de clientes. A partir de abril de 2016, deixou de prestar serviço ao Grupo IP, o segundo maior Cliente da Empresa.

No entanto, a empresa conseguiu aumentar ligeiramente o volume de negócios (+1% de Volume de Vendas) através da captação de novas vendas e manter o nível de resultados do ano anterior.

No que respeita aos gastos e à eficiência operativa, continuou-se o processo de racionalização de gastos operacionais, mais concretamente através de rescisões por mútuo acordo, tendo a Ecosaúde reduzido os efetivos a cargo em -8% (21 trabalhadores em Dez 2016, menos dois que no final do ano 2015).

Ecosaúde (Valores em milhares de €)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Volume Negócios	2 135	2 123	11	1%
Resultado Operacional	31	28	3	11%
Resultado Líquido	8	4	4	96%

FERNAVE

FORMAÇÃO TÉCNICA, PSICOLOGIA APLICADA E CONSULTORIA EM TRANSPORTES E PORTOS, S.A.

A FERNAVE presta serviços nos domínios da formação profissional, psicologia e recrutamento. Tem desenvolvido a sua atividade, quer no sector ferroviário quer no rodoviário, no País e em África, nos países de expressão portuguesa.

Em 2016, o EBITDA melhorou significativamente passando a positivo no valor de 74 milhares de euros. Este indicador melhorou devido essencialmente ao incremento do valor dos proveitos, que aumentaram cerca de 100 % e à diminuição dos gastos com pessoal em cerca de 15 %.

A Fernave alcançou o tão desejado equilíbrio operacional que se traduziu num resultado operacional positivo de cerca de 50 milhares de euros. O resultado líquido situou-se em cerca de 58,6 milhares de euros negativos. Este valor foi prejudicado pelo impacto das contas finais da participada Transcom, devido a uma desvalorização muito acentuada do Metical.

FERNAVE (Valores em milhares €)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Volume Negócios	1 743	865	878	101,6%
Resultado Operacional	50	-395	445	112,7%
Resultado Líquido	-59	-484	425	87,8%

SAROS

SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

Em 2016, o EBITDA da empresa ascendeu a 394,7 milhares de euros, o que representou uma variação negativa de 6,1% face ao ano anterior. Este decréscimo deveu-se essencialmente à variação negativa de 38,7 milhares de euros da rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos”, que em 2015 incluiu 40,2 milhares de euros relativos à regularização de comissões de anos anteriores. De referir ainda o contributo positivo verificado a nível do Volume de Negócios (variação positiva de 3,2% face a 2015).

De salientar que, em 2016, se procedeu à alteração do critério de cálculo do Imposto Estimado (refletindo agora o lucro tributável individual, ao contrário do que ocorreu em 2015, no qual foi considerado o resultado fiscal do Grupo CP). Esta modificação teve um impacto muito expressivo a nível do resultado líquido do período, tendo a empresa encerrado o exercício de 2016 com um resultado de 306,2 milhares de euros, o que representou uma variação negativa de 26,1% face ao ano anterior.

Saros (Valores em milhares de €)	2016	2015	2016-2015	2016 /2015
Volume Negócios	463	449	14	3,2%
Resultado Operacional	395	420	-26	-6,1%
Resultado Líquido	306	414	-108	-26,1%



PRINCIPAIS MARCOS

1

Classe



#11-68

21

8

OFERTA / OPERAÇÃO

Intervenção de meia-vida CPA

Realizou-se a apresentação pública do projeto Nova Geração dos Comboios Alfa Pendular e iniciou-se a intervenção na primeira unidade.

Trata-se de uma remodelação profunda dos comboios CPA4000, numa operação que vai abranger, nomeadamente, o *design* exterior e interior, bancos e materiais de revestimento, sistemas de iluminação, remodelação de Bar e WC's e manutenção de sistemas mecânicos e hidráulicos. Serão igualmente melhoradas as condições de acesso Wi-Fi às redes de comunicações móveis e todos os bancos terão tomadas elétricas individuais.



Comboios Intercidades com Nova Imagem

Foi concluída a renovação exterior de 103 carruagens do serviço Intercidades. A nova imagem teve em consideração fatores de sobriedade e simplicidade, associados a valores de modernidade, conforto e juventude, sem descurar fatores mais práticos, nomeadamente, toda a sinalética dos serviços existentes (Bar, Bicicletas, Wi-Fi e indicação exterior da numeração dos lugares junto à porta de entrada).



Wi-Fi nas Carruagens Modernizadas



Foram adquiridos os equipamentos e iniciada a instalação de Wi-Fi nas carruagens dos IC das linhas da Beira Alta, Alentejo e Sul. Foram concluídas 31 unidades.

Alterações da Oferta na Região Norte

Foram criados comboios diretos entre Coimbra e Porto Campanhã e melhorados os enlances nas estações de Marco, Nine e Ermesinde. O serviço Alfa Pendular foi estendido a Guimarães, desde o início de maio.



Novo Horário na Linha do Sado

Foi introduzido em setembro um novo horário na Linha do Sado. Entre as alterações introduzidas destaca-se o prolongamento do serviço entre Setúbal e Praias do Sado-A.



Comboio Histórico do Douro 2016

Foi alargado o período da campanha e reforçada a oferta com mais circulações, para dar assim resposta à elevada procura deste produto. Esta campanha ficou ainda marcada pelo regresso da Locomotiva a Vapor, que passou a utilizar o *diesel*, como energia primária em substituição do carvão.

maio 2016

CP
COMBOIOS DE PORTUGAL

TANTAS HISTÓRIAS NUMA SÓ VIAGEM.
Uma locomotiva a vapor de 1925 e 5 carruagens históricas. Cantares tradicionais. Vinho do Porto. Vinhas. Património Mundial da UNESCO.

SO MANY STORIES IN A SINGLE JOURNEY
A 1925 steam engine and 5 historical carriages. Traditional songs. Port wine. Vineyards. UNESCO World heritage.

COMBOIO HISTÓRICO DO DOURO
a partir de
Douro Historical Train
from
37,50 €*

Início a 4 de junho From 4 June

Consulte mais preços para viagens combinadas a partir de outras regiões do país em cp.pt.
*Preço adulto válido para junho, julho e outubro.
See more prices for combined journeys from other parts of the country on cp.pt.
*Adult fares valid for June, July and October.

Info & Vendas CP-01 (+351) 707 210 220
Informações em espanhol y en inglés desde el extranjero

FERREIRA PORTO

Linha do Douro
cp.pt | CP - Comboios de Portugal

Santos Populares

Foram reforçados os serviços, incluindo a realização de comboios especiais, por ocasião das comemorações do Santo António em Lisboa e do São João no Porto e em Braga, para dar resposta aos milhares de passageiros que procuraram os serviços da CP nestas datas.



Comboio Literário

Enquanto parceira do FOLIO 2016 - Festival Literário Internacional de Óbidos, a CP realizou comboios especiais, com vários momentos culturais ao longo das viagens entre Lisboa e Óbidos.



TARIFÁRIO E BILHÉTICA

Atualização Tarifária

Face à decisão do Governo de manutenção dos preços nos serviços tutelados, a CP decidiu manter igualmente os preços nos restantes serviços.

Yield Management

Foram implementadas novas condições comerciais para os serviços de Longo Curso, com ênfase no desconto para Compra Antecipada, que pode chegar a 65%, num contingente limitado de lugares.

COMBOIOS DE PORTUGAL

Conforto para trabalhar.
Comodidade para
descontrair.

LISBOA-PORTO
por apenas
9,50€*
Compra Antecipada

*Preço para uma viagem em Intercidades, 2ª classe.
Compras com um mínimo de 8 dias de antecedência.
Preço limitado aos lugares disponíveis à promoção.

Info & Vendas 707 210 220

HÁ COMBOIOS PARA TUDO. HÁ COMBOIOS PARA TODOS.

Alfa Pendular | Intercidades
cpt | CP - Comboios de Portugal

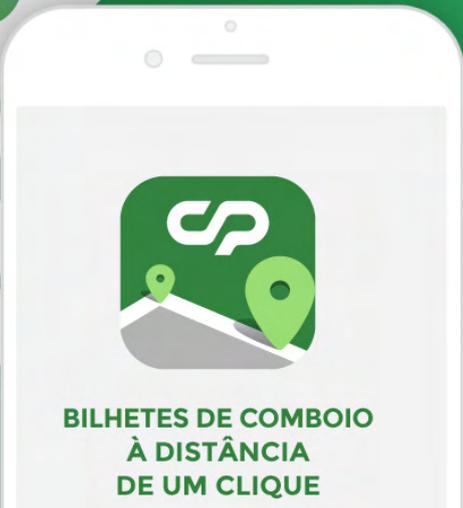
APP - CP

Foi lançada a 30 de Setembro a APP - CP. Consiste numa aplicação móvel para pesquisa e venda de viagens que pode ser descarregada gratuitamente para iOS e Android. Permite planear e comprar viagens em Alfa Pendular, Intercidades e complemento de viagem nos comboios Regionais e InterRegionais. Possibilita também escolher o lugar e consultar todos os horários em modo *offline*. Outras funcionalidades desta aplicação incluem ainda a pesquisa de comboios pela estação mais próxima e receber alertas ou informações sobre a oferta da Empresa.



App CP Descarregue gratuitamente em  iOS e  Android





**BILHETES DE COMBOIO
À DISTÂNCIA
DE UM CLIQUE**

Cartão CP

Foram adicionadas novas valências, permitindo atualmente, para além do carregamento de títulos de Assinatura e Flexipasses, a adesão de Empresas. Permite ainda a obtenção de descontos em função do valor carregado. Iniciada a substituição do Cartão SIGA Assinatura pelo Cartão CP para assinaturas monomodais dos Urbanos do Porto. Este cartão, dotado de tecnologia sem contacto, permite o carregamento de várias assinaturas num só cartão, combinando diversos percursos e serviços de acordo com as necessidades do Cliente.



Rail & Fly SATA

A CP e a SATA INTERNACIONAL - AZORES AIRLINES, assinaram um acordo de parceria, destinado aos clientes da companhia aérea que complementem o itinerário da sua viagem com deslocação em comboio, o qual atribui descontos de 20% sobre a tarifa base disponível em deslocações em comboio Alfa Pendular ou Intercidades.

Rail & Fly CP / Emirates

A CP e a EMIRATES AIRLINES assinaram um acordo de parceria que permite a qualquer passageiro que tenha um voo operado por aquela companhia a possibilidade de comprar um bilhete de comboio Alfa Pendular ou Intercidades com uma redução de 20% sobre a tarifa base disponível, mediante apresentação do cartão de embarque e/ou bilhete eletrónico. A Emirates concede um desconto de 5% em Classe Económica, aos Clientes CP registados no myCP.

Rail&Fly
COMBOIOS DE PORTUGAL

PARA SI QUE VAI VOAR COM A EMIRATES
FOR YOU THAT FLY WITH EMIRATES

Registe-se em mycp.pt e aproveite o desconto de
Sign up on mycp.pt and enjoy a discount of

5% nas viagens de avião
in your airline tickets

20% nas viagens de comboio
in your train tickets

Alfa Pendular | Intercidades
cp.pt | CP - Comboios de Portugal

Info cp.pt
707 210 220

A CP respeita a sua privacidade e agradece a sua atenção. Se não deseja receber mais informação ou pretende aceder, atualizar ou eliminar os seus dados reenvie-nos este mailing com a respetiva indicação.

Sintra Green Card

Foi disponibilizado um bilhete integrado que permite viajar nos comboios Urbanos de Lisboa, nas carreiras de Sintra da ScottUrb e visitar monumentos históricos do Concelho.

Sintra GreenCard

Um dia, um destino, múltiplas vantagens

COMBOIO TRAIN + AUTOCARRO BUS + PALÁCIOS PALACES + 1 MUSEU 1 MUSEUM

- + Sustentável
more sustainable
- + Económico
more economic
- + Rápido
faster
- + Cómodo
more comfortable

Bilhete Travelling all Lisboa

Foi disponibilizado um bilhete combinado 24h Carris/Metro/CP, criado para responder às necessidades do mercado turístico na região de Lisboa.

Bairro dos Museus

Foi celebrado um protocolo para venda do bilhete integrado "Bairro dos Museus + CP Linha de Cascais", que permite viajar nos comboios da Linha de Cascais durante 24 horas e visitar todos os equipamentos do Bairro dos Museus em Cascais.

Park & Ride

Dando continuidade à acção iniciada no ano anterior com os parques da Linha de Sintra foi criado um bilhete que compreende comboio + estacionamento na Linha de Cascais e é válido para os parques e zonas de estacionamento junto às estações de Carcavelos, S. Pedro, S. João e Estoril.

COMUNICAÇÃO

Campanha de Descontos AP e IC

Com a assinatura “Há comboios para tudo. Há comboios para todos” esta campanha constitui a principal acção de comunicação do produto *premium* da CP e de promoção da notoriedade da marca, com alcance em *mass media*, nomeadamente televisão.

A campanha iniciou-se com a promoção do desconto Jovem e prolongou-se ao longo do ano com a reedição de diversos conteúdos para canais digitais, rádio, televisão e imprensa.

Campanhas INTRA_RAIL

Sob o lema, “Portugal não foi feito para ficares em casa”, foi desenvolvida campanha para o produto INTRA_RAIL, destinada ao segmento Jovem, promovendo as suas vantagens: ser um pacote integrado de viagens e alojamento com pequeno almoço incluído, ideal para mini férias e explorando valores intrínsecos ao *target* como o de aventura e liberdade, associados a preços compatíveis. A campanha decorreu exclusivamente em meios digitais.

Durante sete dias uma equipa de reportagem da RTP foi conhecer Portugal, de mochila às costas, usufruindo da experiência INTRA_RAIL. A equipa deu a conhecer aos portugueses essa experiência, através de reportagens em direto e da apresentação, em diferido, do percurso do dia anterior. De Valença até Vila Real de Santo António, a RTP viajou nos comboios da CP e ficou alojada nas Pousadas da Juventude, utilizando o produto INTRA_RAIL.

Ainda com a finalidade de comunicar o produto INTRA_RAIL e inserido na celebração do 30º aniversário do Cartão Jovem, a MOVIOJEM e a CP organizaram uma viagem especial INTRA_RAIL Live Trip em que, de 21 a 25 de março, 30 jovens de todo o País tiveram oportunidade de viajar de comboio e pernoitar nas Pousadas de Juventude.

3 DIAS a partir de
INTRA_RAIL X**Cape**

58€

**NÃO PERCAS
ESTAS FÉRIAS!
COM VIAGEM E ESTADIA**

**COOL
TRAIN**



De “Musicodependente a Comboio dependente”

Prosseguiram as parcerias da CP com os maiores eventos musicais de norte a sul do País, com o reforço de oferta, a realização de comboios especiais e a venda de bilhetes integrados (evento + viagem de comboio).

NOS ALIVE '16 7, 8 e 9 de julho | Passeio Marítimo de Algés
Bilhete Integrado NOS Alive + comboio Linha de Cascais



Campanha Internacional

Sob o tema “A melhor escolha para as suas férias” foi desenvolvida uma campanha do serviço Internacional (Sud, Lusitânia e Celta). Esta campanha elegeu os destinos mais emblemáticos no trajeto de cada um destes comboios, respetivamente San Sebastian, Madrid e Vigo, dando destaque ao preço competitivo que a CP disponibiliza para cada um deles. A campanha, decorreu em meios digitais portugueses e espanhóis, na rádio e imprensa.

**SUD EXPRESSO
LUSITÂNIA COMBOIO HOTEL
CELTA**

**Aproveite a viagem,
sem ter de fazer check-in
ou conduzir.**

San Sebastián **Madrid** **Vigo**

COMBOIOS DE PORTUGAL

Info **cp.pt**
707 210 220
Associação de Passageiros

Internacional
cp.pt |

Produtos Turísticos

Dando continuidade à longa tradição da CP em termos de produtos turísticos, foram realizados diversos roteiros combinando a viagem de comboio com as necessidades de lazer dos clientes. Destacam-se as Rotas das Amendoeiras, da Lampreia, das Cerejas do Fundão, da Festa das Vindimas e Romaria da Senhora da Agonia.

Continuou a ser promovida a utilização do Bilhete Turístico para as regiões de Lisboa, Porto e Algarve.

Embaixadores da marca CP e Cooltrain

Na prossecução da estratégia de comunicação da CP para os canais digitais, designadamente em *social media*, desenvolveram-se iniciativas de *endorsement* através de figuras públicas: no Facebook a embaixadora foi a apresentadora Raquel Strada; na página Facebook Cooltrain o embaixador foi o Conguito, aliás, Fábio Lopes.

CP
COMBOIOS DE PORTUGAL

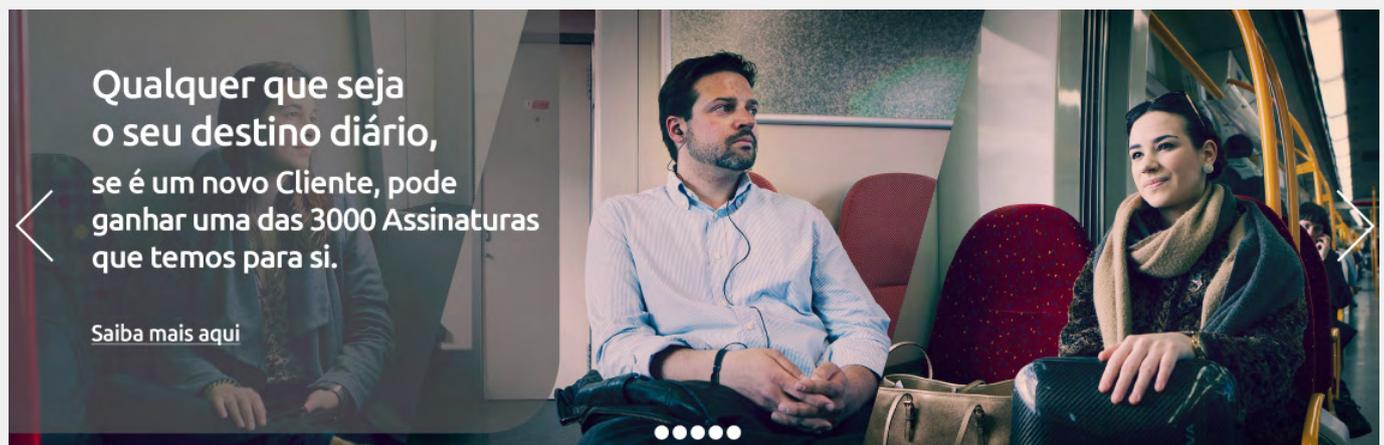
ROTA DAS AMENDOEIRAS
Um passeio pela Linha do Douro
ao encontro da primavera.

Sábados, 27 de fevereiro;
5, 12 e 19 de março.
Domingo, 13 de março.

junho 2016

Campanha Assinaturas

Campanha anual de promoção das assinaturas CP. Foram distribuídas 1.000 assinaturas por cada um dos serviços, Urbanos de Lisboa, do Porto e Regional com o objetivo de potenciar a utilização do comboio por novos Clientes, que, ao adquirirem a sua primeira assinatura, receberam a oferta do título do mês seguinte.



INOVAÇÃO

Canais Digitais

Foi concluída a modularização da arquitetura das regras e conteúdos de informação associados aos canais digitais e a sua implementação em *webservices*. Procedeu-se à integração da venda em canais digitais com a venda em canais convencionais e foi construído um novo interface aplicacional para disponibilização aos vários canais digitais de venda tais como agências de viagens, ATMs, novo netTicket e Apps. Implementado o *responsive design* da bilheteira *online*, com reestruturação da aplicação netTicket.

CPKids MiniGames

Foi lançada uma aplicação móvel gratuita destinada ao segmento infantil que tem como imagem de marca a mascote Kimboy, e versa sobre o tema das viagens de comboio. Projeto em parceria com a Science4you - empresa portuguesa que produz, desenvolve e comercializa brinquedos científicos e educativos.



Projeto COI - Centro Operacional Integrado de Lisboa

Foi assinado um protocolo entre a CP e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) para partilha de informação em matéria de horários, alterações de serviço, número de passageiros e de ocorrências. Trata-se de uma iniciativa da CML, que pretende o desenvolvimento de uma Política de Dados Abertos na cidade.

CP Integra TOPRAIL

A CP aderiu ao projeto TOPRAIL- Tourism Potential of Railway Services, lançado pela UIC-International Union of Railways. Através de uma plataforma *online* este projeto destina-se a incrementar a visibilidade dos produtos turísticos e a promover oportunidades na área da ferrovia e do turismo.

PROCESSOS INTERNOS

Recrutamento de Recursos Humanos

Foram admitidos durante 2016 maquinistas, operadores de manobras, assistentes comerciais, técnicos licenciados e operadores de material.

Estes processos de recrutamento destinaram-se ao rejuvenescimento do efetivo e satisfação das necessidades identificadas em algumas categorias operacionais deficitárias após a redução de efetivo registada nos últimos anos. Desde 2010 que a CP não efetuava processos de recrutamento.

Reforço de Combate à Fraude

Prosseguiram as ações de controlo com recurso a brigadas nas plataformas das estações e a bordo dos comboios. Foram lançadas campanhas de sensibilização para a obrigatoriedade da aquisição e validação de títulos.



EU JÁ VALDEI

COMBOIOS DE PORTUGAL

Valide o seu Título de Transporte.
Adquira-o antecipadamente e tenha uma viagem tranquila.

Se embarcar sem título de transporte válido, sujeita-se a uma coima correspondente a 100 vezes o valor do bilhete simples - Lei 28/2006 de 4 de julho.

CP 21
info 207 210 220

Comboios urbanos do Porto

cppt

Alojamento Operacional

Foram concluídas as intervenções nos espaços de apoio do pessoal circulante de Faro e Porto Campanhã. Foi ainda concluída a intervenção no dormitório da Figueira da Foz.

Por necessidades operacionais foram transferidos os alojamentos de Vila Nova de Foz Coa para Torre de Moncorvo e de Marco de Canavezes para Penafiel.

Renovação da Certificação de Segurança

Foi renovada, pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, a Certificação de Segurança da CP, em conformidade com a Diretiva 2004/49/CE e a legislação nacional aplicável. O seu principal objetivo é garantir, de modo continuado e integrado, a gestão da segurança das operações, tendo em conta as necessárias medidas de controlo de riscos.

À Certificação de Segurança está intrínseco o Sistema de Gestão da Segurança (SGS), que define o modo como é concretizada e gerida a segurança da circulação no seio da CP, abrangendo ainda as relações com todos os restantes agentes ferroviários neste âmbito.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO

Intervenções em Parques de Material Circulante

Foi concluída a 1ª fase do Parque de Material de Stª Apolónia no acesso às linhas PAG, M4, M5, M6 e a 2ª fase de beneficiação da via-férrea no Parque de Material de Campolide, cujo enfoque recaiu sobre as linhas G2, V, 22 e 23 e os aparelhos de mudança de via 3 e 4. Foi ainda concluída a substituição das passagens pedonais sobre a via-férrea no Parque de Material do Algueirão.

Desafetação do domínio público ferroviário do Terminal do Terreiro de Paço

Pela publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, o imóvel designado por «Estação Sul e Sueste» foi retirado da posse da CP e abatido do Cadastro dos bens dominiais sob a sua administração.

Rentabilização do Património

- Assinado o contrato de promessa de compra e venda do Complexo da Praia das Maçãs;
- Arrendada a casa 15B no Barreiro.

INTERVENÇÃO SOCIAL

SIM - Serviço Integrado de Mobilidade mais abrangente

Foi alargada a todas as estações e comboios a assistência no embarque e desembarque de Clientes com Necessidades Especiais (CNE) que não sejam utilizadores de cadeira de rodas, desde que solicitado com, pelo menos, 12 horas de antecedência.

Novo protocolo CP / INR

Foi celebrado um acordo entre a CP e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) que permite a todos os cidadãos com grau de incapacidade igual ou superior a 80% beneficiar de 75% de desconto em viagens em comboios da CP. Tendo em consideração a necessidade frequente de acompanhamento nestas deslocações é igualmente possível adquirir um bilhete com 25% de desconto para um acompanhante para o mesmo comboio, classe e percurso.

160 anos do Comboio em Portugal

Foi a 28 de outubro de 1856 que, entre Lisboa e o Carregado, se realizou a primeira viagem de comboio em Portugal.

No âmbito da celebração dos 160 anos do comboio em Portugal, ocorreram diversos eventos: A Estação de S. Bento, no Porto, e a Fundação Bienal de Cerveira acolheram uma Exposição de Artes Plásticas sobre a temática do comboio; A 44.ª extração da Lotaria Clássica evocou a viagem inaugural, que se realizou em 1856; A CP produziu uma medalha alusiva à efeméride, numa edição limitada, da autoria do escultor Santa Bárbara; Numa organização conjunta da Assembleia da República, da CP e da IP as comemorações dos 160 Anos do Comboio em Portugal foram assinaladas na Assembleia da República com um Colóquio e com uma exposição, no Átrio Principal da Assembleia da República que teve por objetivo registar a importância do modo ferroviário para o desenvolvimento e coesão territorial, social e económica do país; Decorreram no Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, diversas iniciativas e exposições; Os clientes foram surpreendidos com diversas iniciativas a bordo dos comboios.



125 anos da chegada do comboio à cidade da Covilhã

Com o objetivo de assinalar os 125 anos da chegada do comboio à Covilhã, a Câmara Municipal da Cidade, em parceria com a CP, a IP, a Fundação do Museu Nacional Ferroviário e várias associações locais, elaborou um programa de atividades diversas que incluem exposições, publicações e uma recriação histórica, com trajes da época da chegada à estação da Covilhã dos reis D. Carlos e D. Amélia.



100 anos da Estação de S. Bento

A Estação de São Bento, no Porto, foi inaugurada a 5 de outubro de 1916 e é considerada como uma das mais belas estações ferroviárias do mundo. Nela ocorreu uma cerimónia com diversas individualidades e uma Exposição “Ei-los que partem”, promovida em conjunto pela CP, pela IP e pelo Exército, para a comemoração de três datas históricas: os 100 anos da Primeira Grande Guerra, os 160 anos do Comboio em Portugal e os 100 anos da Estação de São Bento.



CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS



RESUMO

Cumprimento das Orientações legais 2016	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
Objectivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			
Melhorar EBITDA	S	+10,9 M€ que o previsto	EBITDA recorrente / Ver "Objetivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
Diminuir peso dos Gastos no Volume de Negócios	S	107,7%, -6,7 p.p. que o previsto	CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impacto da reversão das reduções remuneratórias / Ver "Objetivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
Metas a atingir constantes no PAO 2016			
Proveitos de Tráfego	S	+1,7% face ao previsto	Ver "Objetivos de Gestão"
Passageiros Transportados	S	+1,1% face ao previsto	Ver "Objetivos de Gestão"
Efetivo Final a Cargo	S	-22 trabalhadores face ao previsto	Ver "Objetivos de Gestão"
Nível de Endividamento	S	-1,42% face ao previsto	Variação da dívida remunerada / Ver "Objetivos de Gestão"
Investimento	S	64% de execução do Orçamento Anual	Ver "Objetivos de Gestão"
CMVMC	S	-29,2% face ao previsto	Ver "Objetivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
FSE	S	-8,6% face ao previsto	Ver "Objetivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
Gastos com Pessoal	N	+3,5% face ao previsto	Ver "Objetivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE			
	S	97,2% - Despesa e 92,3% - Receita	Ver "Objetivos de Gestão"
Gestão do Risco Financeiro			
	S	2,62%	Custo médio de financiamento / Ver "Gestão do Risco Financeiro"
Limites de Crescimento do Endividamento			
	N	3,7%	Endividamento Ajustado. A dívida remunerada registou um decréscimo de cerca de 14,1% / Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores			
	S	-13 dias	Variação entre o 4º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2015 / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			
	S	0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
	NA		As contas de 2015 aguardam aprovação pela Tutela.
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não aplicável	Ver "Remunerações"
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	6 897 €	Ver "Remunerações"
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	2 080 €	Ver "Remunerações"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	Não aplicável	Ver "Remunerações"
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	S	431 507 €	Ver "Remunerações"
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do art.º 18º da Lei n.º 7 - A/2016, de 30 de março	S	Não existiram	Ver "Remunerações"

Cumprimento das Orientações legais 2016	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80 €	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16º do RJSPE e art.º 11º do EGP			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver "Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP"
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No site da CP	www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No site da CP	www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100,00%	Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver "Contratação Pública"
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	24 contratos no valor global de 43.460.599,14 €	Ver "Contratação Pública"
Auditorias do Tribunal de Contas			
	NA		Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2016.
Parque Automóvel			
N.º viaturas	S	-2 4 abates e 2 novas integrações, por cedência.	
Gastos com viaturas	N	+ 27.378€ que o ano anterior	Aumento justificado pelas despesas adicionais de AOV das viaturas cedidas e acréscimo de custos com manutenção das viaturas propriedade CP (cuja idade média é de 14 anos).
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
MRGO	S		Ver "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (art.º 28º do DL 233/2013)			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	69,00%	Valor depósitos à ordem no IGCP / Valor total de depósitos à ordem.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	3 411 882 €	Valor de DO na Banca Comercial correspondente à receita das estações recolhida nos últimos dias do mês, de acordo com dispensa obtida do princípio da UTE.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	NA	0,00%	Uma vez que a CP cumpriu o princípio da Unidade de Tesouraria não existem juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado.

OBJETIVOS DE GESTÃO

A CP prosseguiu em 2016 a tendência de crescimento continuado que se verifica desde final de 2013.

A atividade da CP durante o ano foi desenvolvida tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento 2016 (PAO 2016), aprovado em 30 de dezembro de 2016 pelas Tutelas Sectorial e Financeira. O foco estratégico continuou a ser a promoção da eficiência e da sustentabilidade da empresa.

Em 2016 foram transportados pela CP cerca de 115 milhões de passageiros, mais 1,2 milhões do que o previsto (+1,1%). Os proveitos de tráfego ultrapassaram os 230 milhões de euros, situando-se 1,7% acima do previsto (+3,9 milhões de euros).

Numa análise por serviço, destaque para o Longo Curso com mais 420 mil passageiros transportados e mais 4,1 milhões de euros de proveitos de tráfego que o previsto e para os Urbanos do Porto com mais 826 mil passageiros transportados e mais 0,6 milhões de euros de proveitos de tráfego que o previsto.

O EBITDA recorrente foi positivo em 0,3 milhões de euros, 10,9 milhões de euros melhor que o previsto (-10,6 milhões de euros).

Este desvio é justificado, essencialmente, ao nível dos gastos operacionais diretamente relacionados com a atividade de transporte de passageiros, devido a uma contenção generalizada de custos e a constrangimentos orçamentais que levaram ao adiamento de diversas ações e intervenções para 2017. Os rendimentos Operacionais foram semelhantes ao previsto, com o crescimento dos proveitos de tráfego e alguns rendimentos de natureza extraordinária a compensarem o menor volume de serviços prestados e de refaturações à MEDWAY (ex-CP Carga)².

Ao nível dos gastos, destaca-se o desvio positivo, em 14,9 milhões de euros (8,6%), registado na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos. Este desvio é explicado, nomeadamente, por um número de intervenções não programadas no material circulante inferior ao previsto e pelo facto da faturação da eletricidade para tração consumida pela MEDWAY ter passado a ser feita diretamente àquela empresa a partir de junho de 2016.

Os gastos com CMVMC registaram um desvio positivo de 2,3 milhões de euros (29,2%) visto, designadamente, não se ter concretizado o aumento de preços de combustível previsto.

Os gastos com pessoal (sem indemnizações por rescisão) ficaram 3,3 milhões de euros (3,5%) acima do previsto. Este acréscimo encontra justificação, designadamente, nas reversões dos cortes remuneratórios, em 20% por trimestre, quando fora prevista apenas a reposição de 20% adicionais face ao registado em 2015. De referir ainda, o acréscimo do trabalho extraordinário, em virtude do atraso na conclusão dos processos de recrutamento e da necessidade de disponibilizar diversos colaboradores para proceder à formação.

A CP encerrou o exercício de 2016 com um Resultado Líquido de -144,6 milhões de euros, o que representa uma diferença de 5,8 milhões de euros face ao previsto (-138,8 milhões de euros).

² Em 20 de janeiro de 2016, concluiu-se o processo de privatização da CP Carga, SA.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2016/2016P	
	REAL 31-12-2016	2016 P	Valor	%
RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)	344	-10 597	10 940	103%
Indemnizações por rescisão	-2 689	-4 001	1 312	33%
Aplicação MEP, justo valor, imparidade, provisões, impostos diferidos e outros não <i>core</i>	2 521	19 756	-17 236	-87%
Depreciações	-54 506	-56 001	1 495	3%
RESULTADO OPERACIONAL	-54 331	-50 842	-3 489	-7%
RESULTADO FINANCEIRO	-87 283	-87 641	358	0%
RESULTADO LÍQUIDO	-144 565	-138 773	-5 792	-4%

Este desvio decorre, no entanto, do facto de em termos previsionais se ter considerado o impacto positivo da alienação de ativos, nomeadamente, do Complexo do Rossio, ação que viria a ser adiada por o processo administrativo se ter revelado mais moroso que o inicialmente esperado.

Caso não se considere este impacto, o Resultado Líquido de 2016 seria cerca de 8 milhões de euros (5%) melhor que o previsto.

A CP continuou a contar com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital para financiar o serviço da dívida histórica, os investimentos e o acordo com as ORT sobre os

variáveis. As restantes necessidades operacionais foram supridas com recurso a receita própria, pelo que não houve endividamento da empresa em 2016.

Em termos de gestão orçamental a CP registou um nível de execução do seu orçamento de receita de 93,2%³. Face ao inicialmente previsto de referir a ausência de receita relativa à alienação de ativos, já anteriormente mencionada. Excluindo este efeito, o nível de execução seria de cerca de 96,7%³.

Ao nível da despesa a execução foi de 97,2%³ do orçamento disponível. Face ao orçamento inicialmente aprovado, o nível de execução situou-se nos 91,7%, em virtude de não ter sido possível

obter autorização para a utilização do saldo de gerência do ano anterior e só ter sido autorizada uma descativação parcial em 10 milhões de euros. Estas limitações orçamentais obrigaram ao adiamento para 2017 de diversas intervenções.

Execução Orçamental da Receita Todas as fontes		2016		
Económica	Designação	Orçamento Inicial (1)	Recebimentos (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
R.04 / R.05	Multas Penalidades	0,00 €	802 172,05 €	-
R.07	Venda de Bens e Serviços Correntes	274 457 813,00 €	275 631 165,04 €	100,4%
R.08	Outras Receitas Correntes	24 970 644,00 €	17 179 967,39 €	68,8%
R.09	Venda de Bens de Investimento	23 501 500,00 €	841 413,17 €	3,6%
R.06 / R.10	Transferências	4 358 754,00 €	3 912 311,62 €	89,8%
R.11	AT FIN SOC E QUA SOC	0,00 €	1 072 674,29 €	-
R.12.04	PA FIN SOC FIN	0,00 €	10 293,75 €	-
R.12.06	Passivos Financeiros - Empréstimos	36 618 114,00 €	0,00 €	0,0%
R.12.07	Passivos Financeiros - Dotação Capital	187 730 587,00 €	175 898 191,82 €	93,7%
R.13 / R.15	Sinistros / RNAP	0,00 €	3 281,34 €	-
R.16	Saldo de Gerência	4 887 518,00 €	4 887 518,00 €	-
TOTAL		556 524 930,00 €	480 238 988,47 €	86,3%

³ Excluindo fonte 710 e 520. Os valores previstos para a fonte 710 decorriam exclusivamente da aplicação da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, destinando-se a financiar a reserva e compromissos a assumir em 2016 mas cujo pagamento só se previa ocorrer em 2017.

Execução Orçamental da Receita Excluindo Fontes 710 e 520		2016		
Económica	Designação	Orçamento Inicial (1)	Recebimentos (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
R.04 / R.05	Multas Penalidades	0,00 €	802 172,05 €	-
R.07	Venda de Bens e Serviços Correntes	274 457 813,00 €	275 631 165,04 €	100,4%
R.08	Outras Receitas Correntes	24 970 644,00 €	17 179 967,39 €	68,8%
R.09	Venda de Bens de Investimento	23 501 500,00 €	841 413,17 €	3,6%
R.06 / R.10	Transferências	4 358 754,00 €	3 912 311,62 €	89,8%
R.11	AT FIN SOC E QUA SOC	0,00 €	1 072 674,29 €	-
R.12.04	PA FIN SOC FIN	0,00 €	10 293,75 €	-
R.12.07	Passivos Financeiros - Dotação Capital	187 730 587,00 €	175 898 191,82 €	93,7%
R.13 / R.15	Sinistros / RNAP	0,00 €	3 281,34 €	-
TOTAL		515 019 298,00 €	475 351 470,47 €	92,3%

Execução Orçamental da Despesa Todas as fontes		2016				
Económica	Designação	Orçamento Antes Cativações (1)	Cativações (2)	Orçamento Disponível (3)=(1)-(2)	Pagamentos Efetuados (4)	Taxa de Execução (5)=(4)/(3)
D.01	Despesas c/ pessoal	110 689 567,00 €	3 068 136,00 €	107 621 431,00 €	107 140 386,93 €	99,6%
D.02	Aquisição de bens e serviços	247 110 469,00 €	29 404 324,00 €	217 706 145,00 €	191 355 877,41 €	87,9%
D.10/D.03	Amortizações empréstimos/Juros e outros encargos	158 604 418,00 €	0,00 €	158 604 418,00 €	158 159 819,59 €	99,7%
D.07	Aquisição de bens de capital	23 357 215,00 €	3 181 106,00 €	20 176 109,00 €	14 694 622,78 €	72,8%
D.06.02.03.R0.00	Reserva	10 739 962,00 €	10 739 962,00 €	0,00 €	0,00 €	-
D.04/D.06	Restantes	1 135 781,00 €	0,00 €	1 135 781,00 €	671 974,24 €	59,2%
TOTAL		551 637 412,00 €	46 393 528,00 €	505 243 884,00 €	472 022 680,95 €	93,4%

Execução Orçamental da Despesa Excluindo Fontes 710 e 520		2016				
Económica	Designação	Orçamento Antes Cativações (1)	Cativações (2)	Orçamento Disponível (3)=(1)-(2)	Pagamentos Efetuados (4)	Taxa de Execução (5)=(4)/(3)
D.01	Despesas c/ pessoal	110 689 567,00 €	3 068 136,00 €	107 621 431,00 €	107 140 386,93 €	99,6%
D.02	Aquisição de bens e serviços	221 232 318,00 €	23 134 848,00 €	198 097 470,00 €	191 355 877,41 €	96,6%
D.10/D.03	Amortizações empréstimos/Juros e outros encargos	158 604 418,00 €	0,00 €	158 604 418,00 €	158 159 819,59 €	99,7%
D.07	Aquisição de bens de capital	23 357 215,00 €	3 181 106,00 €	20 176 109,00 €	14 694 622,78 €	72,8%
D.04/D.06	Restantes	1 135 781,00 €	0,00 €	1 135 781,00 €	671 974,24 €	59,2%
TOTAL		515 019 299,00 €	29 384 090,00 €	485 635 209,00 €	472 022 680,95 €	97,2%

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

O Despacho n.º 101/09-SETF, de 30.01 define um conjunto de instruções visando a mitigação dos efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação financeira das empresas e especifica a obrigação do reporte de informação nesse âmbito. No quadro seguinte sintetiza-se a situação da CP em 2016 no que respeita a estas matérias.

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	NA	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	Com a integração da CP no perímetro de consolidação do orçamento de Estado em 2015, a CP deixou de poder recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas pelo Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as EPR's.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	Com a integração da CP no perímetro de consolidação do orçamento de Estado em 2015, a CP deixou de poder recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas pelo Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as EPR's.
Diversificação de entidades credoras			X	Com a integração da CP no perímetro de consolidação do orçamento de Estado em 2015, a CP deixou de poder recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas pelo Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as EPR's.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	Não existiu contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco.
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Em final de 2014 foi convertida a dívida de curto prazo em médio e longo prazo através de empréstimo celebrado com o Estado. Desde essa data o peso da dívida de médio e longo prazo é predominante, representando cerca de 86% do total da dívida remunerada no final do ano 2016.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação			X	Não foram contratados novos empréstimos em 2016. Os empréstimos existentes foram contratados com base no custo total.
Minimização da prestação de garantias reais	X			Diminuição da dívida garantida pelo Estado, na sequência da amortização de empréstimos avalizados pelo Estado, nomeadamente junto do Banco Europeu de Investimento.
Minimização de cláusulas restritivas (<i>covenants</i>)			X	Não foram contratados novos empréstimos em 2016. Os empréstimos existentes foram contratados sempre com a preocupação de minimizar as cláusulas restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	A CP manteve em 2016 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações fixas. O Estado atribuiu dotações de capital à CP para financiamento de despesas de investimento.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			A CP manteve em 2016 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações fixas. O Estado atribuiu dotações de capital à CP para financiamento de despesas de investimento.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	A CP manteve em 2016 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações fixas. O Estado atribuiu dotações de capital à CP para financiamento de despesas de investimento.
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Reflexão nas DF 2016 do efeito das variações do justo valor dos contratos de <i>swap</i> em carteira				
		X		

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro no seu art.º 72º (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro), estabelece que é transferida para o IGCP, E.P.E., a gestão das carteiras de derivados financeiros das empresas públicas reclassificadas e integradas no sector das administrações públicas, nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, passando essa gestão a constituir competência exclusiva do IGCP, E.P.E.

Nesse sentido foi celebrado com o IGCP, em dezembro de 2014, um contrato mandato com o objetivo de autorizar o IGCP a gerir a carteira de derivados da CP.

No capítulo “Financiamento” do presente relatório é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2016, incluindo, designadamente, a evolução da taxa média de financiamento.

LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

No capítulo “Financiamento” do presente relatório é possível obter informação adicional sobre este assunto.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

No decurso do ano de 2016 e à semelhança do ocorrido em 2015, a CP contou com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital, para financiar o serviço da dívida financeira histórica, os investimentos e as despesas com pessoal relacionadas com o acordo com as ORT sobre os variáveis, na componente relativa a anos anteriores a 2015. As dotações recebidas e os fundos gerados pela atividade operacional da empresa permitiram à CP assegurar atempadamente o cumprimento das suas responsabilidades financeiras junto dos seus fornecedores e credores.

A 31 de dezembro de 2016 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Dívidas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	1 349 110				
Aquisição de Capital					
Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)	1 349 110				
Infraestruturas de Portugal, SA	407				
Outros	1 348 703				

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do PMP trimestral ao longo do ano 2016 comparativamente com 2015:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento (dias)	Prazo Pagamento Sem IP (dias) (*)
2015	1º	204	54
	2º	131	48
	3º	47	40
	4º	47	34
2016	1º	46	34
	2º	44	32
	3º	38	32
	4º	34	30
Δ(%) 4º trimestre 2016/2015		-28%	-12%

(*) Excluindo a dívida à IP relativa a serviços do Diretório de Rede. De referir que este PMP inclui, ainda assim, outras dívidas à IP relativas a serviços extra-Diretório que não são facilmente expurgados do indicador.

O PMP apresentou uma redução significativa em 2016, em resultado do pagamento da dívida histórica para com a IP, no final do ano 2014. O PMP continuou a reduzir-se ao longo do ano de 2016, com o cumprimento atempado das obrigações da empresa para com os seus fornecedores e credores.

RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2015

As Contas de 2015 aguardam aprovação pela Tutela.

REMUNERAÇÕES

Medidas de Redução Salarial

Durante o ano de 2016, com a entrada em vigor da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, e com a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, foram progressivamente eliminadas as reduções remuneratórias, impostas durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, com a sua eliminação total a partir de 1 de outubro de 2016.

Manteve-se, todavia, aos membros do Conselho de Administração, a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida (cfr. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 4 do artigo 20.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho).

Manteve-se também o reconhecimento da inaplicabilidade do regime previsto para os trabalhadores em funções públicas, em relação às deslocações e às ajudas de custo do pessoal itinerante, continuando nestas matérias a serem aplicadas as regras dos AEs.

O pagamento do trabalho extraordinário foi feito de acordo com as regras previstas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por força do art.º 18.º do DL 133/2013, de 3 de Outubro.

Durante o ano de 2016, foi prorrogada a vigência dos acordos feitos em 2013, com os sindicatos, relativos apenas ao pagamento do trabalho prestado em dia de descanso não compensado e em dia feriado igualmente não compensado. Estes acordos foram oportunamente transmitidos às tutelas.

Em relação aos trabalhadores que laboram 35 horas foi aplicado o regime previsto no artigo 45.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, “ex-vi” do art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

À remuneração fixa mensal ilíquida dos membros dos órgãos de fiscalização aplicou-se o disposto na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

A prestação de serviços do auditor externo foi alvo em Julho de 2014 de um concurso internacional que possibilitou uma redução dos encargos suportados com os serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas das empresas do grupo. Este contrato vigora para os exercícios dos anos 2014 a 2016.

As reduções, no que respeita aos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores, encontram-se resumidas no quadro seguinte:

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Unid: €							
Gastos com pessoal (€) (*)	122 251 079	108 072 860	83 530 337	98 036 837	92 317 413	98 756 519	99 371 923
Gastos com Órgãos Sociais (€)	509 746	468 233	418 369	442 818	499 442	437 966	398 637
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	66 716	76 758	67 952	61 685	22 523	6 897
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0	0	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. (€) (*)	112 444 766	92 080 738	80 006 790	92 423 563	89 396 514	95 896 013	96 284 564
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	2 589 338	2 119 059	2 501 077	2 927 123	1 264 227	431 507
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0	0	0	0	0
Rescisões / Indemnizações (€)	9 296 567	15 523 889	3 105 178	5 170 456	2 421 457	2 422 539	2 688 722

(*) Não considera em 2014, ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros.

Não considera em 2015, gastos com pessoal adicionais, referentes a anos anteriores, no valor de 27,2 milhões de euros, na sequência do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

Remunerações do Conselho de Administração

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de Mandatos
			Forma	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	RCM nº6-A/2013 (DRE II série, nº 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação nº 285/2013 (DRE II série, nº 45) de 05-03-2013		N	N.A.	D	1
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal Executiva	Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	RCM nº6-A/2013 (DRE II série, nº 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação nº 285/2013 (DRE II série, nº 45) de 05-03-2013		N	N.A.	D	1
24-4-2015 a 31-12-2015	Vogal Executivo	Nuno Serra Sanches Osório	RCM nº29/2015 (DRE II série, nº 87) de 6-5-2015		N	N.A.	D	1

Legenda:

O/D - Origem/destino

Embora designados por prazo certo, os administradores mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2016		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	EMEF	Presidente C.A.	Pública
	TIP	1/Janeiro a 8 / Fevereiro - Presidente A partir de 8/Fev (inclusive) - Vogal	Pública
	Nomad Tech	Gerente	Privada
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	CP Carga	Presidente do C.A. até 20-1-2016	Pública
	FERNAVE	Administrador Único	Pública
Nuno Serra Sanches Osório	CP Carga	Administrador até 20-1-2016	Pública
	EMEF	Administrador	Pública
	FMNF	Administrador C.A.	Pública
	FMNF	Vogal C.C.	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador Único	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
	OTLIS	Administrador	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública

Legenda:

CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.

SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Ld.ª

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE

C.A. - Conselho de Administração

C.C. - Conselho Consultivo

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	S/N	A,B,C	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Nuno Serra Sanches Osório	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

Legenda: EGP - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	Remuneração Anual 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6)=(3)-(4)+(5)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	107 587,70 €	0,00 €	107 587,70 €	14 878,67 €	5 035,99 €	97 745,02 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	10 654,71 €	4 028,68 €	79 444,13 €
Nuno Serra Sanches Osório	86 070,16 €	0,00 €	86 070,16 €	10 654,71 €	4 028,68 €	79 444,13 €
			279 728,02 €	36 188,09 €	13 093,35 €	256 633,28 €

Não existe componente variável na remuneração do CA nem atribuição de prémios de gestão.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificação	Encargo Anual			Identificação	Valor
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	6,86 €	1 385,72 €	Segurança Social	23 338,72 €	289,75 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,10 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	6,86 €	1 522,92 €	Segurança Social	18 869,55 €	289,75 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,10 €
Nuno Serra Sanches Osório	6,86 €	1 461,18 €	Segurança Social	18 999,02 €	289,75 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	8,10 €
		4 369,82 €		61 207,29 €	869,25 €	0,00 €		24,30 €

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais *per capita* (prémios comerciais e taxas inerentes).

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2016									
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Meses de Uso	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	(1)		(*)	a 31-12-2016		(€) (**)	a 31-12-2016
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	N	49 745,80	ALD	2010	2016	979,16	2	1 958,32	0
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	N	57 575,98	ALD	2008	2017	882,22	10	10 017,59	6
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	S	N	57 575,98	ALD	2008	2017	626,80	12	10 431,84	6
Nuno Serra Sanches Osório	S	N	59 418,04	ALD	2008	2017	547,03	12	8 242,65	5

(1) Aquisição; ALD; Leasing ou outra

(*) Os contratos foram objeto de prolongamento.

(**) Inclui regularizações de anos anteriores.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1 582,16 €	1 067,57 €	741,61 €	Refeições	2 692,38 €	6 083,72 €
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Refeições	803,38 €	803,38 €
Nuno Serra Sanches Osório	456,27 €	413,40 €	250,18 €	Refeições	1 017,18 €	2 137,03 €
						9 024,14 €

Fiscalização

CONSELHO FISCAL

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13.11.2013	1 602,37 €	1
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro			1 201,78 €	1
01-12-2015 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Nelson Manuel Costa Santos			1 201,78 €	1

Embora designados por prazo certo, os membros do CF mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia.

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1)-(2)+(3)
António José Farinha Simão	22 433,17 €	1 794,65 €	1 201,01 €	21 839,53 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	16 824,94 €	1 345,99 €	913,33 €	16 392,28 €
Nelson Manuel Costa Santos	16 824,94 €	1 271,96 €	863,12 €	16 416,10 €
				54 647,91 €

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
01-08-2014 a 31-12-2015	SROC	Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	3	3
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC	Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1 056	20 160 668	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	3	3
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC Suplente	Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, ROC suplente Dr. José Vieira dos Reis.	359	20 160 091	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	3	3

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais 2016 (€)				
	Bruta (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)	Identificação do Serviço	Bruta (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Oliveira, Reis e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ldª, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	21 500,00 €	1 720,00 €	1 075,00 €	20 855,00 €	N.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome do Auditor Externo	N.º Registo na OROC	N.º Registo na CMVM				
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	197	20 161 495	10-07-2014	3 anos	3	3
Representado por: Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	1 015	20 160 630	10-07-2014	3 anos	3	3
Sócio responsável pelo controlo de qualidade: Helena Isabel Gonçalves Lopes Rigueira	1 026	20 160 640	10-07-2014	3 anos	3	3

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais 2016 (€)				
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)	Identificação do Serviço	Bruta (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	11 750 €	(Ver nota)	N.A.	N.A.	N.A.	0 €	0 €	0 €	0 €

Nota: O valor da prestação de serviços contratados respeita a 3 exercícios (2014-2016) e engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo CP. O total do contrato para o triénio foi de 84.750€. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP (contas individuais e consolidadas) para os 3 anos são de 35.250€.

APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 32.º e 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

No âmbito da CP-Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal. O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, é fixado em 80€.

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual (1)	Observações
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	80,00 €	464,56 €	Os valores apresentados referem-se à faturação mensal
Maria Joao S. C. Rosa Calado Lopes	80,00 €	79,37 €	
Nuno Serra Sanches Osório	80,00 €	155,88 €	
		699,81 €	

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	1/4 despesas representação	4 697,67 €	2 082,40 €	6 780,07 €	Os valores indicados correspondem aos gastos relativos às viaturas atribuídas a cada membro do CA. De realçar, no entanto, que essas viaturas, apesar de afetas a um membro do CA, são utilizadas recorrentemente para deslocações de outros colaboradores ao serviço da CP.
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes		1 214,88 €	54,20 €	1 269,08 €	
Nuno Serra Sanches Osório		2 435,53 €	497,70 €	2 933,23 €	
				10 982,38 €	

APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 16.º DO RJSPE E 11.º DO EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

<https://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo>

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/relatorio_anual.pdf

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os procedimentos adotados pela empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A empresa neste momento tem contratualizada com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. Dispõe de um Normativo sobre Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas desde maio de 2014 e publica um Regulamento de Compras no seu *site* no seguinte endereço:

https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/compras.pdf

Em 2016 foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas 24 contratos por ultrapassarem o montante global acumulado de 5.000.000€, no valor global de 43.460.599,14 €

SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

A CP tem recorrido aos acordos da ESPAP para as áreas de vigilância e segurança humana, *renting* de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato, papel e licenças Microsoft.

FROTA AUTOMÓVEL

A CP não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado, apesar da sua adesão voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da Direção Geral do Tesouro e Finanças, n.º 4238 de 1 de julho de 2013 e no Despacho n.º 5410/2014 do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014, foi dado cumprimento desde 2014 ao rácio de dois veículos abatidos por cada nova aquisição, à redução de gama das viaturas e às rendas máximas definidas, o que se traduziu num parque automóvel mais reduzido e com menores gastos de utilização.

Em 2016 foram abatidas quatro viaturas (uma por termo do contrato AOV e três por avaria grave com avultado orçamento de reparação), não tendo sido efetuada qualquer nova aquisição. Foram incluídas no parque automóvel duas viaturas, cedidas à CP por empresas associadas, para fazer face a necessidades não colmatadas pelo parque da CP.

Em 2016, os gastos com a frota automóvel cifraram-se em 284.426€, o que representa um acréscimo de 27.378€ relativamente a 2015. Tal aumento é explicado pelas despesas adicionais do AOV das viaturas cedidas à CP (16.226€) e pelo aumento dos custos com manutenção das viaturas propriedade da CP (15.577€), cuja idade média de 14 anos é demonstração do seu franco envelhecimento e premente necessidade de substituição. No geral, as restantes rubricas (combustível, via verde, seguro) evidenciam uma redução dos gastos associados.

Salienta-se a tendência de decréscimo dos gastos anuais totais com a frota automóvel desde 2013.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC (valores em euros)	Meta (*) 2016	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2010 Exec.	Δ 2016/2015		Δ 2016/2010	
						Absoluta	%	Absoluta	%
(0) EBITDA (**) (a)	-10 596 807	343 613	3 260 783	25 794 368	13 358 199	-2 917 170	-89%	-13 014 586	-97%
(1) CMVMC	7 715 195	5 459 521	5 985 193	7 715 510	11 400 400	-525 672	-9%	-5 940 879	-52%
(2) FSE	173 599 745	158 701 092	164 077 905	169 938 629	165 726 647	-5 376 813	-3%	-7 025 555	-4%
(3) Gastos com Pessoal (b)	97 386 505	99 371 923	98 756 519	92 317 413	122 251 077	615 404	1%	-22 879 154	-19%
(4) Indemnizações pagas por rescisão	4 000 565	2 688 722	2 422 539	2 421 457	9 296 567	266 183	11%	-6 607 845	-71%
(5) Impacto acumulado da reversão das reduções remuneratórias (c)	2 423 570	3 225 898	2 176 070	0	0	1 049 828	48%	3 225 898	100%
(6) Gastos Operacionais =(1)+(2)+(3)-(4)-(5)	272 277 309	257 617 916	264 221 008	267 550 095	290 081 557	-6 603 092	-2%	-32 463 641	-11%
(7) Volume de Negócios (s/subs.à Expl.) (d)	238 071 408	239 243 464	241 783 095	239 758 877	238 503 000	-2 539 631	-1%	740 464	0%
(8) Peso dos Gastos / VN = (6)/(7)	114,4%	107,7%	109,3%	111,6%	121,6%	-1,6 p.p.	-	-13,9 p.p.	-
Gastos com Comunicações (FSE)	1 168 788	512 711	603 897	759 112	1 382 359	-91 187	-15%	-869 649	-63%
Gastos com Deslocações/Alojamentos (FSE)	529 416	1 012 727	432 982	341 010	481 207	579 746	134%	531 520	110%
Gastos com Ajudas de Custo (G c/ Pessoal)									
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) (efetivos médios)	2 698	2 674	2 703	2 754	3 275	-29	-1%	-601	-18%
Nº Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	7	6	0	0%	0	0%
Nº Número Cargos de Direção de 1º nível (CD)	16	17	16	19	46	1	6%	-29	-63%
Número Trabalhadores (sem OS e sem CD)	2 676	2 651	2 681	2 728	3 223	-30	-1%	-572	-18%
Número Trabalhadores / Nº CD	167,25	155,94	167,56	143,58	70,07	-11,62	-7%	85,88	123%
Número de viaturas	49	47	49	51	n.a.	-2	-4%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	308 820	284 426	257 048	275 026	n.a.	27 378	11%	n.a.	n.a.

(*) De acordo com PAO 2016 aprovado pelas Tutelas.

(**) Não inclui indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa. O EBITDA referente a 2015 diverge do divulgado em 2015, por se ter alterado o critério de apuramento do mesmo, de forma a excluir rendimentos e gastos não relacionados diretamente com a atividade de transporte, nomeadamente os decorrentes da venda de sucata e abate de ativos.

(a) Inclui Indemnizações Compensatórias até 2014.

(b) Não considera em 2014, ajustamento do valor de gastos relativos a pensões de acidentes de trabalho de 11,1 milhões de euros.

Não considera em 2015, gastos com pessoal adicionais, referentes a anos anteriores, no valor de 27,2 milhões de euros, na sequência do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

(c) Variação das reduções remuneratórias face a 2014, incluindo contribuição patronal.

(d) Volume de negócios de 2015 e 2016 influenciado pela redução dos serviços prestados à ex-CP Carga / MEDWAY, na sequência do processo de privatização e transferência de material motor.

Em 2016, o foco estratégico da Empresa permaneceu na promoção da eficiência e da sustentabilidade económica e financeira.

A CP manteve um EBITDA⁴ recorrente positivo, inferior, no entanto, ao registado no ano anterior, devido, essencialmente, à redução das vendas e serviços prestados à ex-CP Carga / MEDWAY, na sequência da sua privatização, ainda que compensada parcialmente pelo crescimento significativo das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros.

Caso se exclua o impacto da redução dos serviços prestados à ex-CP Carga / MEDWAY, de cerca de 11 milhões de euros, verificar-se-ia uma melhoria do EBITDA recorrente em 8,2 milhões de euros (+61%) face ao ano anterior.

O peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios foi de 107,7%, apresentando uma evolução favorável de 1,6 p.p. face ao ano anterior e de 6,7 p.p. face ao previsto.

Face a 2010, este rácio apresenta uma melhoria de cerca de 14 p.p.

De referir, ainda, que este rácio exclui um conjunto de rendimentos e gastos de natureza operacional e recorrente, contabilizados nas rubricas de outros rendimentos e gastos, que são fundamentais para a avaliação do equilíbrio operacional da empresa⁵.

As principais rubricas de gastos apresentam uma redução de 11% face a 2010. Relembra-se, no entanto, que esta evolução está influenciada por diversos fatores exógenos à empresa, dos quais se destacam o aumento das tarifas relativas à utilização da infraestrutura ferroviária (+8 milhões de euros face a 2010) e à eletricidade para tração (+4,2 milhões de euros face a 2010), bem como, o aumento de gastos com aluguer de material circulante (+5,6 milhões de euros face a 2010), devido à ausência de investimento na eletrificação das infraestruturas e no material circulante.

Corrigidos estes fatores, as principais rubricas de gastos situar-se-iam em cerca de 17% abaixo do registado em 2010, evidenciando as medidas de racionalização e de contenção de custos implementadas na empresa.

Relativamente ao número de efetivos e de cargos dirigentes, verifica-se que entre 2010 e 2016, ocorreu uma redução de 18% do efetivo (-601 colaboradores) e de 63% dos cargos de direção de primeiro nível (valores médios anuais).

No âmbito dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo⁶ registou-se em 2016 um acréscimo de gastos, decorrente dos acordos estabelecidos com as ORT no sentido da redefinição dos períodos de trabalho e consequente reformulação das escalas do pessoal operacional. Desta reformulação resultou um acréscimo de produtividade e disponibilidade de meios humanos e materiais, que se revelou determinante para a manutenção do clima de paz social, para incremento do envolvimento com a atividade da Empresa, com a consequente melhoria da qualidade do serviço prestado, bem como, para os resultados obtidos durante o ano de 2016.

Os gastos com comunicações registaram um decréscimo de 63% face a 2010. Esta rubrica inclui, para além das comunicações fixas e móveis, as comunicações de dados, designadamente, com as estações, indispensáveis ao negócio.

Os gastos com a frota automóvel registaram um acréscimo face a 2015 devido a despesas adicionais com AOV e aumento de gastos com manutenção, conforme já mencionado em ponto anterior deste relatório.

A 13 de dezembro de 2016 foi assinado o Despacho de S.E. o Secretário de Estado das Infraestruturas autorizando a exceção ao cumprimento da redução de custos com comunicações e frota automóvel por parte da CP.

⁴ Não inclui indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

⁵ A título de exemplo, referem-se as refaturações de Eletricidade e Gasóleo para a Tração à MEDWAY / ex-CP Carga, cujos rendimentos são contabilizados em outros rendimentos.

⁶ Estas rubricas incluem transporte de pessoal operacional de e para os locais de trabalho, ou seja, ligados à produção de transportes.

PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, tem esta empresa requerido, anualmente, a dispensa do seu cumprimento.

Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para o cumprimento, sempre que possível, do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP. Assim:

- O número de movimentos da conta do IGCP aumentou significativamente, quer a nível de recebimentos quer de pagamentos, sendo a conta movimentada com enorme regularidade;
- A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- Desde Dezembro de 2010 que, excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP - Cedic's;
- Os valores disponíveis ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP-Comboios de Portugal, EPE, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da Banca Nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da CP serem efetuados via conta do IGCP, dadas as funcionalidades operacionais do Banco do Tesouro.

Banca Comercial (valores em Euros) (*)	1º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	3º Trimestre 2016	4º Trimestre 2016
BBVA	3 311 €	5 547 €	45 996 €	0 €
BPI	1 279 241 €	836 144 €	1 338 330 €	2 847 738 €
SANTANDER	631 717 €	356 006 €	742 537 €	533 249 €
Millennium BCP	11 826 €	5 547 €	5 078 €	7 500 €
CGD	23 299 €	25 267 €	17 952 €	23 395 €
Novo Banco	5 423 €	5 408 €	5 393 €	0 €
Total	1 954 817 €	1 233 918 €	2 155 286 €	3 411 882 €
Juros Auferidos	0 €	0 €	0 €	0 €

(*) Disponibilidades no fim do período.

Na sequência do pedido de isenção do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado para 2016, a CP, através do despacho n.º 225/16 - SEATF de 8 de março, obteve a exceção ao princípio da UTE, para alguns serviços, nomeadamente recolha e contagem de valores, cartões de refeição e garantias bancárias. Para os restantes foi solicitada ao IGCP a disponibilização dos serviços, estando a decorrer as negociações com o IGCP para o fornecimento de terminais de pagamento automático e serviços associados, prevendo-se a assinatura de protocolo para o efeito a breve prazo.

AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante os anos de 2014, 2015 e 2016.

INFORMAÇÃO NO *SITE* DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/ N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	14-03-2012	
Caracterização da Empresa	S	17-01-2017	
Função tutela e accionista	S	12-01-2016	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	24-06-2015	
Identificação dos órgãos sociais	S	24-06-2015	
Estatuto remuneratório fixado	S	24-06-2015	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	24-06-2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	24-06-2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	24-06-2015	
Esforço Financeiro Público	S	20-05-2016	
Ficha síntese	S	17-01-2017	
Informação Financeira histórica e atual	S	18-01-2017	
Princípios de Bom Governo	S	06-06-2016	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	06-06-2016	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	06-06-2016	
Outras transações	S	06-06-2016	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	06-06-2016	
Económico	S	06-06-2016	
Social	S	06-06-2016	
Ambiental	S	06-06-2016	
Avaliação do cumprimento dos PBC	S	06-06-2016	
Código de Ética	S	06-06-2016	

ANÁLISE ECONÓMICA - FINANCEIRA



CONTA DE EXPLORAÇÃO

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2016/2015	
	REAL 31-12-2016	REAL 31-12-2015	Valor	%
Vendas e serviços prestados	239 243	241 783	-2 540	-1%
Vendas e serviços prestados Ex-CPCarga (Medway)	5 776	16 821	-11 045	-66%
Subsídios à exploração	17		17	s/s
Outros rendimentos	26 757	30 886	-4 129	-13%
	266 017	272 669	-6 652	-2%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 460	-5 985	526	9%
Fornecimentos e serviços externos	-158 701	-164 078	5 377	3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-96 683	-96 334	-349	0%
Outros gastos	-4 830	-3 011	-1 818	-60%
	-265 674	-269 408	3 735	1%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	344	3 261	-2 917	-89%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-55 362	-58 882	3 521	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	856	1 158	-303	-26%
Indemnizações por rescisão	-2 689	-2 423	-266	-11%
Acordo de variáveis		-27 246	27 246	100%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3 257	-9 685	12 942	134%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-266	-255	-11	-4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-290	-31 254	30 964	99%
Provisões (aumentos/reduções)	-11 497	297	-11 794	-3973%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 684	-93 385	95 070	102%
Outros rendimentos (reclassificação por impostos diferidos)	11 025		11 025	s/s
Outros rendimentos (movimentos transf bens CPCarga)		40 285	-40 285	-100%
Outros rendimentos (reconhecimento valor venda CPCarga)	1 634		1 634	s/s
Outros rendimentos (subs invest. reconhecidos em resultado de material abatido)	276		276	s/s
Outros rendimentos (venda de sucata)		906	-906	s/s
Outros gastos (abate Ed. Terr. Paço - Desp_10759-A/2016)	-1 998		-1 998	s/s
Outros gastos (outros abates de material circulante)	-2 596	-383	-2 213	-577%
Aumento/Reduções de justo Valor	1 292	2 412	-1 120	-46%
Resultado operacional	-54 331	-175 197	120 866	69%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 048	4 437	-3 389	-76%
Juros e gastos similares suportados	-88 331	-107 445	19 115	18%
Resultado financeiro	-87 283	-103 009	15 726	15%
Resultado antes de impostos	-141 614	-278 205	136 591	49%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 951	-221	-2 730	s/s
Resultado líquido do período	-144 565	-278 426	133 861	48%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa. O EBITDA referente a 2015 diverge do divulgado em 2015, por se ter alterado o critério de apuramento do mesmo, de forma a excluir rendimentos e gastos não relacionados diretamente com a atividade de transporte, nomeadamente os decorrentes da venda de sucata e abate de ativos.

Resultado Líquido

O *Resultado Líquido* de 2016 situou-se nos -144,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 133,9 milhões de euros face ao ano anterior (-278,4 milhões de euros).

Esta melhoria é explicada, fundamentalmente, pela ausência do impacto líquido negativo, registado em 2015, de cerca de -85 milhões de euros, em resultado do acordo de referência para a venda da CP Carga, pelo reconhecimento, também em 2015, de gastos com pessoal adicionais, referentes a anos anteriores, no valor de 27,2 milhões de euros, na sequência do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias e pela melhoria do resultado financeiro, em 15,7 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, da redução da dívida histórica.

O *EBITDA* recorrente manteve-se positivo, tendo o crescimento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros compensado parcialmente a redução das vendas e serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), na sequência da sua privatização. Caso se exclua o impacto da redução dos serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), de cerca de 11 milhões de euros, verificarseia uma melhoria do *EBITDA* recorrente em 8,1 milhões de euros (+60%) face ao ano anterior.

De referir, ainda o impacto negativo no *Resultado Líquido* de 2016, no valor de 2,6 milhões de euros, decorrente da não aprovação da adesão da CP ao Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Resultado Operacional da Atividade de Transporte de Passageiros (EBITDA)

O *EBITDA* recorrente de 2016 foi positivo em cerca de 0,3 milhões de euros, 2,9 milhões de euros inferior ao registado no ano anterior, devido essencialmente às seguintes variações:

- Diminuição dos *outros rendimentos* em 4,1 milhões de euros, em resultado, designadamente, da redução do valor de refaturações à ex-CP Carga (MEDWAY), uma vez que, a partir de junho de 2016, na sequência da renegociação do contrato, os consumos de energia passaram a ser faturados diretamente àquela empresa;
- Diminuição das *vendas e serviços prestados* em 2,5 milhões de euros, em virtude, fundamentalmente, da redução dos serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), após a transferência de locomotivas ocorrida em 2015, que levou, designadamente, a uma redução do valor dos serviços de aluguer de material circulante. Esta variação foi, no entanto, compensada de forma significativa pelo crescimento da prestação de serviços de passageiros em cerca de 10 milhões de euros, conforme analisado anteriormente;
- Aumento dos *outros gastos* em 1,8 milhões de euros, devido, nomeadamente, à correção de gastos de anos anteriores;
- Diminuição dos *fornecimentos e serviços externos* em 5,4 milhões de euros, contribuindo fundamentalmente para esta situação a diminuição dos gastos com manutenção e reparação de material circulante, em virtude da transferência em 2015 de locomotivas para a CP Carga, e dos gastos com energia de tração, na sequência da formalização de contrato que prevê a emissão de faturação pelo fornecedor de energia diretamente à ex-CP Carga (MEDWAY), desde junho de 2016.

Resultado Operacional

O Resultado Operacional de 2016 foi de -54,3 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 120,9 milhões de euros (+69%), face ao ano anterior.

Contribuíram para esta situação, para além dos motivos já referidos para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- Diminuição das *imparidades de investimentos não depreciáveis / amortizáveis* em 95,1 milhões de euros devido ao impacto líquido negativo, registado em 2015, decorrente do ajustamento do valor da participação financeira da CP na CP Carga, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda daquela empresa;
- Diminuição das *imparidades de dívidas a receber* em 31 milhões de euros devido, essencialmente, ao reconhecimento, em 2015, de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga;
- Inexistência do impacto negativo nos *gastos com pessoal*, reconhecido em 2015, no valor de 27,2 milhões de euros, referente a anos anteriores, na sequência do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias;
- Aumento dos *ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos* em 12,9 milhões de euros, dado, em 2015, terem sido registadas perdas com a CP Carga de cerca de 10,9 milhões de euros, sem contrapartida em 2016, devido à alienação daquela empresa, e a EMEF ter registado, em 2016, resultados positivos de cerca de 3,4 milhões de euros, afetando positivamente o resultado da CP por via da aplicação do método de equivalência patrimonial;
- Diminuição do valor das *depreciações* em 3,5 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, da transferência, em 2015, de locomotivas para a CP Carga, da diminuição do investimento realizado nos últimos anos e ao término do período de depreciação de alguns bens;
- Reconhecimento de rendimento no valor de 1,6 milhões de euros relativo à venda da ex-CP Carga (MEDWAY), por regularização de adiantamento efetuado em 2015 e tendo por base valor estimado de venda;
- Inexistência do impacto positivo, registado em 2015, em *Outros Rendimentos e Ganhos* (movimentos transferência bens CP Carga), no valor de 40,3 milhões de euros, em resultado da operação de aumento de capital em espécie realizada pela CP na CP Carga, em concreto, o reconhecimento de mais-valias com a transferência de locomotivas para aquela empresa (+19,3 milhões de euros) e o reconhecimento como rendimentos da totalidade dos subsídios ao investimento alocados a esse material (+20,9 milhões de euros);
- Aumento dos *outros gastos e perdas* devido a gastos com abates de material circulante, que foram, em 2016, de aproximadamente 2,6 milhões de euros (+2,2 milhões de euros que no ano anterior) e decorrentes do abate do Terminal do Terreiro de Paço, no valor de 2 milhões de euros, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- Diminuição do impacto favorável das *variações de justo valor* em 1,1 milhões de euros, em virtude do término dos contratos de derivados detidos pela empresa;
- Diminuição dos rendimentos relacionados com venda de sucata em 0,9 milhões de euros.

De referir ainda que, em 2016, se registaram *provisões* de 11,5 milhões de euros que resultaram fundamentalmente da reclassificação contabilística para provisões dos valores reconhecidos em gastos para fazer face a responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, decorrente de não ter sido aceite o pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos. Esta reclassificação afetou positivamente a rubrica de *outros rendimentos e ganhos (reclassificação por impostos diferidos)* em igual montante.

Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* de 2016 foi negativo em 87,3 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2015 de 15,7 milhões de euros.

Para esta evolução contribuiu fundamentalmente a diminuição do passivo financeiro da empresa e das taxas de juro dos financiamentos.

BALANÇO

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2016/2015	
	31-12-2016	31-12-2015	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	597 975	640 022	-42 047	-7%
Ativo Corrente	52 743	71 031	-18 289	-26%
Total do Ativo	650 717	711 053	-60 336	-8%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			0	
Capital Próprio que inclui:				
Resultado Líquido do período	-2 529 206	-3 031 043	501 837	17%
	-144 565	-278 426	133 861	48%
Total do Capital Próprio	-2 529 206	-3 031 043	501 837	17%
PASSIVO			0	
Passivo Não Corrente	2 641 546	3 065 323	-423 778	-14%
Passivo Corrente	538 378	676 773	-138 395	-20%
Total do Passivo	3 179 923	3 742 096	-562 173	-15%
Total do Capital Próprio + Passivo	650 717	711 053	-60 336	-8%

Ativo

Em 2016, o Ativo da CP diminuiu 60,3 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis* em 42,7 milhões de euros em resultado das depreciações dos ativos fixos tangíveis afetos à empresa não terem sido compensadas pela realização de investimento.
- De referir ainda a ocorrência de abates de material circulante e outros ativos fixos tangíveis, dos quais se destaca o Terminal do Terreiro do Paço, no valor total líquido de 4,6 milhões de euros;
- Aumento das *participações financeiras - método de equivalência patrimonial* em 3,2 milhões de euros, decorrente, designadamente, da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da EMEF com referência ao mês de dezembro de 2016;
- Diminuição dos *ativos por impostos diferidos* em 2,6 milhões de euros em virtude da não-aceitação do pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;

- Diminuição do saldo de *clientes e de outras contas a receber* em 18,4 milhões de euros, em resultado, essencialmente, da diminuição das dívidas da ex-CP Carga (MEDWAY). De referir ainda a regularização da dívida do Ministério de Fomento da Argentina, no valor de 4,9 milhões de euros, em resultado do contrato de venda de material circulante ter sido rescindido por motivos de incumprimento;
- Diminuição dos *ativos não correntes detidos para venda* em 2,6 milhões de euros, nomeadamente, pelo facto de se ter procedido ao abate do ativo da empresa do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- Aumento das *disponibilidades em caixa e depósitos à ordem* em 3,4 milhões de euros em resultado do recebimento de receitas no final do ano que já não foi possível aplicar.

Capital Próprio

Os aumentos de capital realizados pelo Estado no decorrer do ano de 2016 perfazem 654.913.275,48 euros:

- No mês de março, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado um aumento do capital estatutário, a subscrever pelo Estado em numerário, de 113 milhões de euros. O valor de 29 milhões foi realizado em março, sendo que o restante valor, num total de 84 milhões foi realizado em abril;
- Em julho de 2016, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado aumentar o capital estatutário da CP, E.P.E. em 303.823.560,41 euros, a subscrever pelo Estado da seguinte forma: 266.823.560,41 euros, por conversão de créditos detidos pelo Estado / Direção-Geral do Tesouro e Finanças que se venceram em 31 de maio de 2016, com efeitos a essa data; 37.000.000,00 euros, em numerário, sendo que destes, o montante de 10.000.000,00 euros, foi realizado em julho de 2016, e o restante montante de 27.000.000,00 euros foi realizado em setembro de 2016;
- Em outubro de 2016, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado aumentar o capital estatutário da CP, E.P.E. em 25.898.191,82 euros, a subscrever e realizar pelo Estado em numerário;
- Em novembro de 2016, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado aumentar o capital estatutário da CP, E.P.E. em 212.191.523,48 euros, a subscrever e realizar pelo Estado por conversão de créditos detidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que se venceram no dia 30 de novembro de 2016.

Passivo

O Passivo da CP registou em 2016 uma diminuição de 562,2 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *Financiamentos obtidos* em 498 milhões de euros, através da utilização do numerário relativo aos aumentos de capital realizados pelo Estado para amortização de financiamentos com vencimento em 2016, bem como da conversão em capital estatutário da empresa de serviço de dívida vencido;
- Aumento das *Provisões* em 10,8 milhões de euros, nomeadamente, por transferência de *outras contas a pagar (de acréscimos de gastos)*, em virtude de não ter sido aceite o pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Diminuição do saldo de *Fornecedores e outras contas a pagar* em 67,8 milhões de euros, devido, fundamentalmente, à redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos;
- Diminuição dos *Diferimentos* em 4,7 milhões de euros em resultado fundamentalmente da regularização da faturação emitida ao Ministério do Fomento da Argentina, no valor de 4,9 milhões de euros, por o contrato de venda de material circulante ter sido rescindido por motivos de incumprimento;
- Diminuição dos *Passivos Financeiros detidos para negociação* em 1,3 milhões de euros, em resultado do término do último contrato de derivados.

FINANCIAMENTO

Política de Financiamento

Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

Neste contexto, em 2016, por despachos conjuntos das Tutelas Financeira e Sectorial, foi determinado aumentar em 654,913 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, a subscrever e a realizar pelo Estado da seguinte forma:

- Março / abril - 113 milhões de euros em numerário;
- Julho / setembro - 303,824 milhões de euros, dos quais 266,824 milhões de euros por conversão de créditos detidos pelo Estado / Direção-Geral do Tesouro e Finanças e 37 milhões de euros em numerário;
- Outubro - 25,898 milhões de euros em numerário;
- Novembro - 212,192 milhões de euros por conversão de créditos detidos pelo Estado / Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

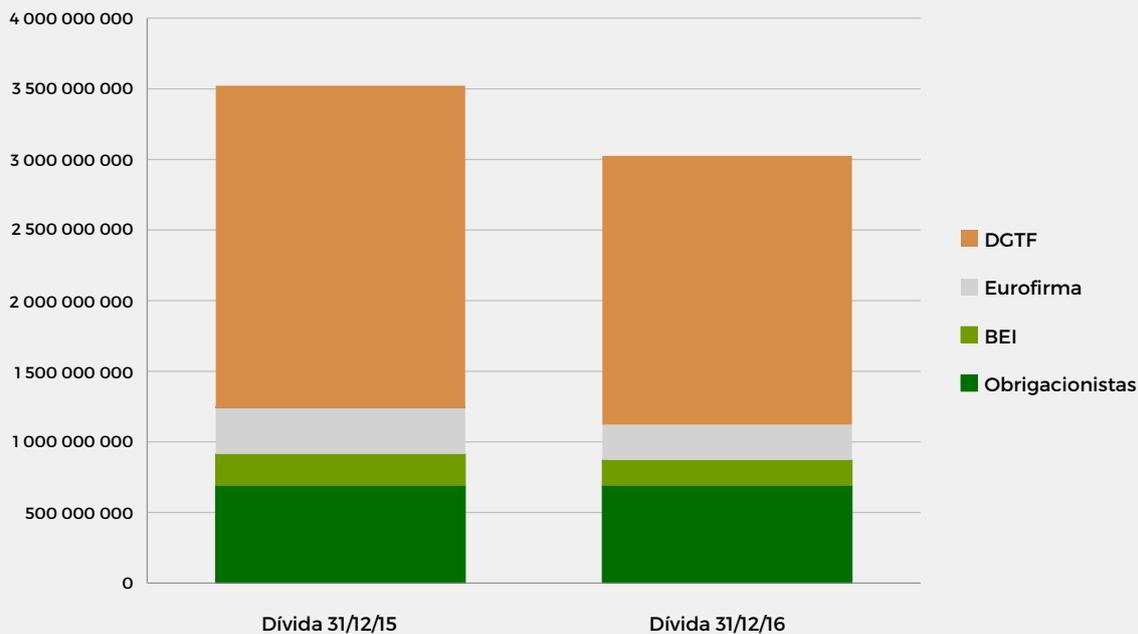
Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), dos investimentos e de despesas com pessoal relativas ao acordo histórico sobre os variáveis.

As restantes responsabilidades de exploração foram supridas com recurso a receita própria, pelo que não houve endividamento da empresa ao longo do ano de 2016.

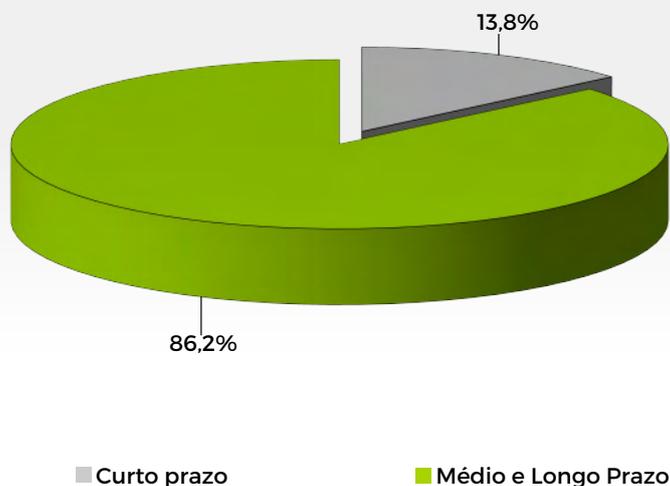
Dívida Remunerada

A dívida remunerada da CP a 31.12.2016 apresentou uma redução de 498 milhões de euros face ao final do ano de 2015, na sequência da amortização de empréstimos Eurofima, no valor de 75 milhões de euros, e BEI no valor de 42,68 milhões de euros, e da conversão em capital estatutário da empresa de serviço de dívida relativo ao empréstimo do Estado, no montante de 380,514 milhões de euros.

O valor da dívida no final de 2016 ascendia, assim, a 3,025 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



A estrutura da dívida manteve-se praticamente inalterada, com a dívida de médio e longo prazo a apresentar um peso preponderante, para o que contribui o empréstimo celebrado com o Estado Português no último trimestre de 2014. Este empréstimo representa agora cerca de 63% da dívida total.



Fontes de Cofinanciamento

A CP dispôs em 2016 de financiamento a fundo perdido no valor de cerca de 1,5 milhões de euros, a título de cofinanciamento de investimentos pelo Estado Português, no âmbito do PIDDAC.

Esse montante de cofinanciamento destinou-se exclusivamente ao projecto de “Grandes Reparações R2 e R3”.

PIDDAC 2016 Valores em milhares de euros	Valores
Reparações de material circulante	1 541

Encargos Financeiros

Os encargos financeiros tiveram um forte decréscimo em 2016, essencialmente devido à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos.

A substituição, em finais de 2014, dos empréstimos da Banca Nacional por empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Estado Português a taxa fixa, permitiu uma redução considerável nos custos, tendo em conta os *spreads* e comissões praticados na altura.

Unid: m€

Descrição	2016	2015	2014	2013	2012
Juros	82.657	96.508	197.703	200.844	185.516
Aval	1.414	1.499	1.504	1.804	1.808
Outros encargos	1.931	2.781	3.855	7.521	7.107
Encargos Financeiros	86.002	100.788	203.062	210.169	194.431
Dívida	3.280.501	3.828.310	4.134.441	3.807.787	3.637.063
Custo médio	2,62%	2,63%	4,91%	5,52%	5,35%

Limites de Endividamento

A CP não recorreu a endividamento em 2016. A dívida remunerada registou um decréscimo de cerca de 14,1%.

Considerando o valor de Endividamento Ajustado verifica-se um acréscimo de 3,7% decorrente das dotações de capital recebidas para investimento, encargos financeiros e acordo sobre variáveis.

Passivo Remunerado Valores em milhares de €	2016	2015	2014	2013	Varição 16/15
Financiamentos Obtidos (Correntes e Não Correntes) (*)	3 024 535,02	3 522 177,90	4 134 440,94	3 807 786,56	-497 642,88
...dos quais, concedidos pela DGTF	1 902 570,00	2 283 084,00	2 283 084,00	0,00	-380 514,00
Aumentos de Capital por dotação	859 381,19	683 483,00	0,00	0,00	175 898,19
Aumentos de Capital por conversão de créditos	479 015,08	0,00	0,00	0,00	479 015,08
Endividamento Ajustado	4 362 931,29	4 205 660,90	4 134 440,94	3 807 786,56	157 270,39
Endividamento Ajustado (%)	3,7%	1,7%	8,6%		

(*) Corresponde à dívida constante do Balanço nas rubricas de Financiamentos Obtidos

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO

Durante o mês de abril, ocorreu o vencimento do único instrumento de gestão de risco financeiro que a CP detinha em carteira, em simultâneo com a amortização do empréstimo Eurofima de base a este derivado.

Contraparte	Empréstimo Associado	Notional (M€)	Vencimento
ABN/RBS	Eurofima 126	75.000	07-04-2016

O valor de mercado deste derivado, na data do seu vencimento, ascendia a um valor negativo de 1,291 milhões de euros, valor pelo qual se encontrava reconhecido no passivo da empresa.



Com o vencimento da operação, foi eliminado o correspondente passivo, tendo o impacto nos resultados da empresa sido nulo, pelo facto dos derivados serem reconhecidos pelo justo valor nas contas da empresa⁷.

⁷ Apesar do impacto nos resultados ser nulo, foram reconhecidos, por um lado, gastos/rendimentos associados ao vencimento dos juros e, por outro lado, rendimentos de justo valor, pela eliminação do passivo associado ao derivado, com o vencimento da operação.



PERSPECTIVAS PARA 2017



As perspetivas conhecidas para a economia Portuguesa em 2017 apontam para a continuidade da recuperação moderada da economia e do emprego.

A actividade económica em Portugal deverá crescer a um ritmo ligeiramente superior ao registado em 2016, traduzindo um maior contributo das exportações (líquido de importações). O contributo da procura interna para o PIB deverá reduzir-se ligeiramente, prevendo-se uma desaceleração da taxa de crescimento do consumo privado, compensada, no entanto, por um crescimento da FBCF. O consumo público deverá manter a sua evolução decrescente refletindo o esforço de consolidação orçamental.

De salientar que, em 2017, o consumo privado continuará a beneficiar do impacto positivo sobre o rendimento disponível das famílias em consequência da reversão de algumas medidas implementadas durante o Programa de Assistência Económica e Financeira.

Num quadro de melhoria gradual da situação no mercado de trabalho, será expectável uma redução da taxa de desemprego.

Neste contexto, antevê-se um impulso, ainda que ligeiro, nas necessidades de mobilidade das populações em 2017, potenciado pelo aumento do turismo.

Para responder às necessidades de mobilidade e reforçando o seu papel de transporte sustentável dinamizador da economia e de uma política energética racional, a CP continuará a utilizar do modo mais eficiente os meios produtivos de que dispõe, a manter o diálogo com os Trabalhadores e com as suas Organizações Representativas, a manter uma postura comercial dinâmica, flexível e proactiva perante a evolução observada e prevista do mercado e a ajustar, sempre que possível, a sua oferta, otimizando o efeito de rede dos serviços comerciais de modo a melhor responder às alterações e circunstâncias do mercado.

Importa no entanto referir que continua a haver constrangimentos à atividade.

A nível da infraestrutura ferroviária nacional, permanece por concluir a eletrificação de importantes eixos ferroviários o que obriga ao cumprimento de ciclos de manutenção exigentes do material *diesel* com imobilizações frequentes e prolongadas.

A nível da empresa, mantêm-se as restrições orçamentais e a ausência de um Contrato de Serviço Público definidor das obrigações e respetivas compensações financeiras.

Tendo presente as previsões da economia, as orientações das Tutela Sectorial e Financeira, o Conselho de Administração definiu para 2017 as seguintes orientações estratégicas:

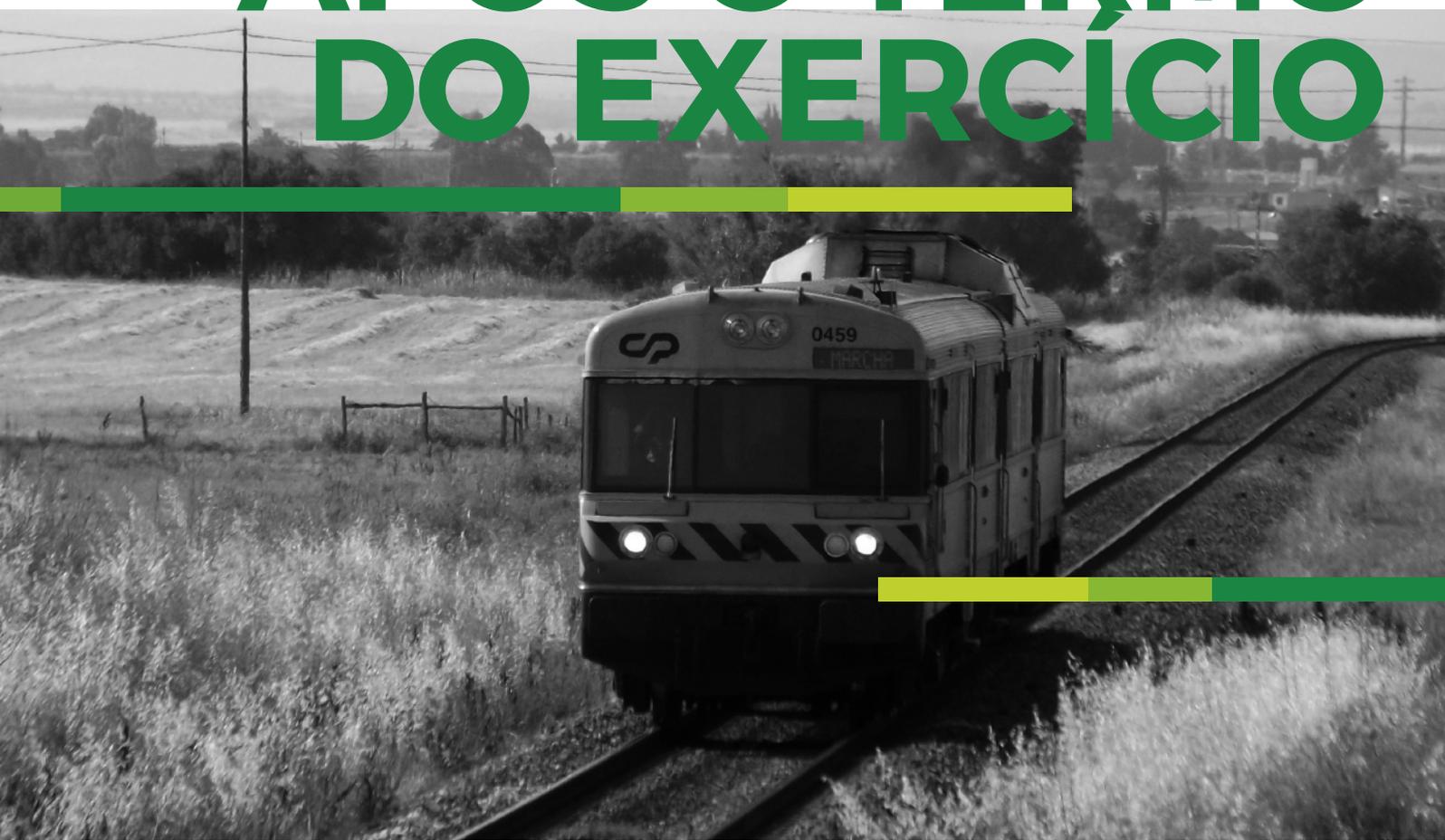
1. Responder às necessidades da mobilidade, pela promoção da conectividade e acessibilidade ao transporte, da adequação da oferta e da prestação de serviço com maior qualidade e que contribua para uma maior satisfação dos Clientes;
2. Revigorar a organização, através de uma maior motivação dos trabalhadores e de uma maior produtividade dos meios de produção;
3. Criar mais valor, promovendo o diálogo com os agentes sociais e políticos e com as organizações representativas dos trabalhadores e estabelecendo parcerias estratégicas com o gestor de infraestruturas e outros *stakeholders*;
4. Promover o equilíbrio financeiro, pelo estabelecimento do quadro de contratualização quer do serviço público quer da utilização da infraestrutura, pela continuação do saneamento da dívida histórica, pela racionalização dos gastos, pela rentabilização de ativos não essenciais e pela promoção da sustentabilidade das empresas participadas.

Neste contexto, destacam-se algumas das ações previstas para 2017:

- Intervenção de “Meia Vida” nos CPA’s e comercialização do “Novo Serviço AP”;
- Instalação de Wi-Fi nos comboios urbanos;
- Modernização de sistemas embarcados de circulação (Convel / GSM-R);
- Reforço das condições de acesso dos passageiros de mobilidade reduzida ao material circulante;
- Lançamento do Comboio Histórico na Linha do Vouga;
- Recrutamento externo de RH;
- Revisão do Acordo de Empresa;

- Extensão do controlo automático de acessos às estações;
- Aquisição / aluguer de equipamentos de venda;
- Otimização da Rede de Vendas;
- Monitorização e desenvolvimento do “*Yield Management*”;
- Alargamento da utilização do Cartão CP;
- Implementação de um programa CRM (“*Customer Relationship Management*”);
- Desenvolvimento de plataforma para gestão de conteúdos empresariais (ECM);
- Rentabilização de ativos não essenciais;
- Conservação de parques de material circulante.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data de balanço.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, défice de 144.564.817 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 16 de março de 2017

O Conselho de Administração,

Presidente:

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal:

Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Vogal:

Dr. Nuno Serra Sanches Osório



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, EPE (Empresa), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 16 de março de 2017

O Conselho de Administração

Presidente:

Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal:

Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Vogal:

Dr. Nuno Serra Sanches Osório



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco individual em 31 de dezembro de 2016

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/16	31/12/15
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	541 899 337	584 580 920
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	28 296 700	25 115 396
Outros investimentos financeiros	9	27 771 396	27 771 396
Créditos a receber	10	7 124	-
Ativos por impostos diferidos	11	-	2 554 258
		597 974 557	640 021 970
Ativo corrente			
Inventários	13	4 180 996	4 547 314
Clientes	14	5 064 378	5 681 837
Estado e outros entes públicos	15	9 133 207	9 377 095
Outros créditos a receber	16	5 351 034	23 168 933
Diferimentos	17	615 446	671 912
Ativos financeiros detidos para negociação	18	4	16
Ativos não correntes detidos para venda	19	16 995 564	19 561 448
Caixa e depósitos bancários	5	11 402 251	8 022 897
		52 742 880	71 031 452
Total do ativo		650 717 437	711 053 422
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital subscrito	20	3 333 713 276	2 678 800 000
Reservas legais	21	24 703	24 703
Outras reservas	22	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	23	(5 933 624 420)	(5 655 198 305)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	213 938 582	222 450 407
Resultado líquido do período		(144 564 817)	(278 426 115)
Total do capital próprio		(2 529 206 026)	(3 031 042 660)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	20 188 852	9 417 835
Financiamentos obtidos	26	2 607 965 827	3 023 979 040
Outras dívidas a pagar	27	13 390 899	31 926 392
		2 641 545 578	3 065 323 267
Passivo corrente			
Fornecedores	28	16 763 694	19 569 823
Adiantamentos de clientes	29	200 500	1 815 470
Estado e outros entes públicos	15	425 595	302 248
Financiamentos obtidos	26	416 569 188	498 198 858
Outras dívidas a pagar	27	104 418 908	150 882 711
Diferimentos	17	-	4 711 789
Passivos financeiros detidos para negociação	30	-	1 291 916
		538 377 885	676 772 815
Total do passivo		3 179 923 463	3 742 096 082
Total do capital próprio e do passivo		650 717 437	711 053 422

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2016

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/16	31/12/15
Vendas e serviços prestados	31	239 243 464	241 783 095
Subsídios à exploração	32	16 929	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	3 256 950	(9 685 159)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34	(5 459 521)	(5 985 193)
Fornecimentos e serviços externos	35	(158 701 092)	(164 077 905)
Gastos com o pessoal	36	(99 371 923)	(126 003 012)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(266 346)	(255 169)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10,14,16	(289 781)	(31 253 910)
Provisões (aumentos/reduções)	25	(11 496 936)	296 834
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	1 684 347	(93 385 223)
Aumentos/reduções de justo valor	40	1 291 916	2 411 650
Outros rendimentos	38	39 690 757	72 076 379
Outros gastos	39	(9 423 368)	(3 394 681)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		175 396	(117 472 294)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	41	(55 361 905)	(58 882 413)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	42	855 533	1 158 064
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(54 330 976)	(175 196 643)
Juros e rendimentos similares obtidos	43	1 047 594	4 436 572
Juros e gastos similares suportados	44	(88 330 671)	(107 445 331)
Resultado antes de impostos		(141 614 053)	(278 205 402)
Imposto sobre o rendimento do período	12	(2 950 764)	(220 713)
Resultado líquido do período		(144 564 817)	(278 426 115)

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2016

(valores em euros)

	PERÍODOS	
	2016	2015
Vendas e serviços prestados	239 243 464	241 783 095
Custo das vendas e dos serviços prestados	(253 312 066)	(245 045 021)
Resultado bruto	(14 068 602)	(3 261 926)
Outros rendimentos	47 424 801	79 798 565
Gastos de distribuição	(37 700 358)	(45 874 694)
Gastos administrativos	(27 882 018)	(64 028 823)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	(22 104 799)	(141 829 765)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(54 330 976)	(175 196 643)
Gastos de financiamento (líquidos)	(87 283 077)	(103 008 759)
Resultados antes de impostos	(141 614 053)	(278 205 402)
Imposto sobre o rendimento do período	(2 950 764)	(220 713)
Resultado líquido do período	(144 564 817)	(278 426 115)

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2015

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período de 2015	1, 20 a 24	1 995 377 000				24 703	1 306 650	(5 495 329 134)		252 512 766	(159 869 171)	(3 406 037 186)		(3 406 037 186)
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas	6													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	20 a 24													
Resultado líquido do período	2													
Operações com detentores de capital no período	3													
Realizações de capital	4 = 2, 3	683 483 000												
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	5													
Posição no fim do período de 2015	6 = 1+2+3+5	2 678 800 000				24 703	1 306 650	(5 653 198 305)		222 450 407	(278 426 115)	(3 031 042 660)		(3 031 042 660)

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiro

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Caldeiro Lopes

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período de 2016	1	2 678 800 000				24 703	1 306 650	(5 655 198 305)		222 450 407	(278 426 115)	(3 031 042 660)		(3 031 042 660)
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas	6													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos	20 a 24									(8 511 825)		(8 511 825)		(8 511 825)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2									(8 511 825)		(8 511 825)		(8 511 825)
Resultado líquido do período	3									(144 564 817)		(144 564 817)		(144 564 817)
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3									(144 564 817)		(144 564 817)		(144 564 817)
Realizações de capital		654 913 276												
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Posição no fim do período de 2016	5	3 333 713 276				24 703	1 306 650	(5 933 624 420)		213 938 582	(144 564 817)	(2 529 206 026)		(2 529 206 026)
	6 = 1+2+3+5													

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiro

Vogal - Dr. Nuno Sierra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016 (valores em euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31/12/16	31/12/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	267 682 745	254 183 183
Pagamentos a fornecedores	(203 514 459)	(211 187 681)
Pagamentos ao pessoal	(101 914 917)	(99 276 027)
Caixa gerada pelas operações	(37 746 631)	(56 280 525)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(274 381)	(364 890)
Outros recebimentos/pagamentos	34 575 186	30 907 607
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(3 445 826)	(25 737 808)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(14 665 092)	(17 089 019)
Outros ativos	(132 702 396)	(304 500 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	472 500	582 550
Investimentos financeiros	-	200 000
Outros ativos	132 920 094	304 500 000
Subsídios ao investimento	1 540 660	1 575 000
Juros e rendimentos similares	1 096 918	3 073 800
Dividendos	414 211	297 546
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(10 923 105)	(11 360 123)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	175 898 192	683 483 000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(117 680 188)	(604 842 688)
Juros e gastos similares	(40 465 338)	(58 599 320)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	17 752 666	20 040 992
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	3 383 735	(17 056 939)
Efeito das diferenças de câmbio	289	(262)
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 018 227	25 075 428
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11 402 251	8 018 227

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

(NOTA 1)

Identificação

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e entretanto revogados pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma. De referir que este decreto-lei foi alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro no que respeita ao endividamento das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado e posteriormente pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) - Operadores Ferroviários, S.A.*

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela tutela económica e financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de finanças e dos transportes, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 45.

Separação de sectores - Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura, atualmente Infraestruturas de Portugal, SA (IP), encontra-se vertida no decreto-lei n.º 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6.º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7.º serão devidas ao gestor da infraestrutura taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o decreto-lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, alterado pelo decreto-lei n.º 151/2014, de 13 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2016, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores, disponibilização de instalações operacionais em estações e disponibilização de espaços comuns para instalação de equipamentos. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de sectores – Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado o decreto-lei n.º 137-A/2009, posteriormente alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março que aprovou o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e autorizou a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o decreto-lei n.º 109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P..

Respeitando as orientações constantes do despacho n.º 9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

Com efeito, a autonomização da atividade do transporte de mercadorias foi prevista no decreto-lei n.º 137-A/2009 (artigos 9.º e 10.º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial seria integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto seria a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adotando a denominação de CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.. A autonomização daquela área de atividade operou-se por cisão em 2009, nos termos do disposto no artigo 33.º do decreto-lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, entretanto revogados pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e posteriormente alterado pela lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro.

Em 2015, pelo decreto-lei n.º 69/2015, de 6 de maio, foi aprovado o processo de reprivatização da CP Carga, tendo o Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2015 resolvido selecionar a *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)* – Operadores Ferroviários, S.A., para proceder à aquisição das ações representativas de até 100 % do capital social da CP Carga, atendendo ao mérito da respetiva proposta vinculativa melhorada e final no que diz respeito à observância dos critérios de seleção previstos no artigo 5.º do caderno de encargos, aprovado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 30 -B/2015, de 8 de maio (caderno de encargos), em especial no que concerne à qualidade e credibilidade do projeto estratégico apresentado, ao valor inerente à proposta financeira global e ao reforço da capacidade económico-financeira e estrutura de capital da CP Carga, S. A.

Esta operação foi concretizada em janeiro de 2016, com a alienação da CP Carga, e durante o ano de 2016 foi encontrado um entendimento entre as partes e formalizados os contratos de prestação de serviço essenciais para a continuidade do negócio da empresa.

Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do decreto-lei n.º 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao decreto-lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do decreto-lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do decreto-lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos regulamentos comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O regulamento comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o decreto-lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no decreto-lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo decreto-lei n.º 300/2007 de 23 de agosto e entretanto revogados e substituídos pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e posteriormente alterado pela lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro e pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro. No artigo 39.º do decreto-lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O decreto-lei n.º 137-A/2009, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, aguardando a CP decisão quanto à formalização de novo contrato de serviço público.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2016, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37-B/2016, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 124 de 30 de Junho de 2016.

De referir que os valores atribuídos pelo Estado à CP em 2016 correspondem exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante, não tendo sido atribuída à CP qualquer compensação pela prestação do seu serviço público.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP - Comboios de Portugal, EPE, referentes ao exercício de 2016, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria nº220/2015 de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 16 de março de 2017, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

No que respeita a apresentação das demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao exercício de 2015, estas foram ajustadas ao disposto na portaria nº220/2015 de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016, e deixam por isso de ser apresentadas de acordo com o disposto no decreto-lei nº 158/2009, de 13 de julho.

No quadro abaixo evidencia-se o resumo das rubricas das demonstrações financeiras de 2015 ajustadas.

(valores em euros)

RUBRICAS	2015 DF's divulgadas no R&C/2015 (Decreto-lei nº158/2009, de 13 de Julho)	2015- ajustado Novo modelo das DF's (Portaria 220/2015 de 24 Jul de 2015)
ATIVO		
Ativo corrente		
Adiantamentos a fornecedores (designação 2015)	133 790	
Outros contas a receber (designação 2015)	23 035 143	
Outros créditos a receber (nova designação)		23 168 933
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Ajustamentos em ativos financeiros (designação 2015)	132 640	
Outras variações no capital próprio (designação 2015)	222 317 767	
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (nova designação)		222 450 407
Passivo		
Passivo corrente		
Acionistas/sócios (designação 2015)	124 729	
Outras contas a pagar (designação 2015)	150 757 983	
Outras dívidas a pagar (nova designação)		150 882 712

ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF - DIVULGAÇÃO TRANSTÓRIA (NOTA 3)

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

(NOTA 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

Políticas contabilísticas relevantes

• Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida de acordo com as normas de desreconhecimento da NCRF 7 - Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

• Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento não sendo amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

• Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas, tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela CP. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efetuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- O risco a cobrir seja um dos riscos seguintes: cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço; e
- Espere que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa (“cobertura de justo valor”) são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pela empresa visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

• Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
 - À vista ou tenha uma maturidade definida;
 - Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e
 - Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
 - Não possam ser liquidados em base líquida,
 - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
 - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

• Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

• Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

• Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

• Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

• Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

• Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

• Transações em moeda estrangeira

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

• Reconhecimento do rédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

• Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

• Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

• Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

• Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2016 a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

• Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

• Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 16 de março de 2017, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 47.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA da atividade de transporte positivo em 2016, o que indicia a existência de fatores de sustentabilidade futura;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar 114,8 milhões de passageiros ano (+2,8 milhões de passageiros transportados face a 2015), como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

• Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

• Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

• Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

• Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

• Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

FLUXO DE CAIXA (NOTA 5)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao exercício de 2016 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais negativos em cerca de 3,4 milhões de euros. No entanto, regista-se uma melhoria de cerca de 22,3 milhões de euros face ao ano anterior.

Para o efeito, considera-se importante destacar, ao nível dos fluxos operacionais, o aumento face a igual período do ano anterior, em 13,5 milhões de euros, do recebimento de clientes, em resultado do aumento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros e o impacto positivo em outros recebimentos do recebimento de dívida em atraso da Medway (ex-CP Carga). Salieta-se ainda a diminuição dos pagamentos a fornecedores em 7,7 milhões de euros, sendo de salientar que esta diminuição é conseguida simultaneamente com a redução do prazo médio de pagamento da empresa.

Os fluxos das atividades de financiamento evidenciam o recebimento de dotações de capital do Estado para fazer face à amortização dos financiamentos e juros com vencimento no período.

Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/16	31/12/15
Caixa	393 733	344 231
Depósitos bancários	11 008 518	7 678 666
Sub total	11 402 251	8 022 897
Descobertos bancários	-	(4 670)
Total	11 402 251	8 018 227

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/16	31/12/15
Caixa		
Caixa central	2 946	1 302
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	10 200	10 200
Caixa estações	377 987	330 129
Total	393 733	344 231
Depósitos à ordem		
Novo Banco	-	5 528
Banco Português de Investimento	2 847 738	2 857 515
Banco Santander	533 249	506 192
Caixa Geral de Depósitos	23 395	45 457
Inst. Gestão Crédito Público	7 596 636	4 252 436
Millennium BCP	7 500	11 538
Total	11 008 518	7 678 666
Sub total	11 402 251	8 022 897
Descobertos bancários	-	(4 670)
Total	11 402 251	8 018 227

(Nota: o valor considerado em descobertos bancários corresponde a cheques em trânsito)

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 6)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)

No final do ano 2016 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	19 133 999	19 133 999
Edifícios e outras construções	75 061 374	74 813 263
Equipamento básico	1 376 332 408	1 371 356 237
Equipamento de transporte	1 287 880	1 350 060
Equipamento administrativo	21 348 316	19 825 773
Outros ativos fixos tangíveis	61 844 405	62 302 817
Investimentos em curso	3 030 493	1 408 455
Adiantamentos por conta de investimentos	4 238 522	3 460 927
Sub-total	1 562 277 397	1 553 651 531
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	55 361 905	58 882 413
Depreciação acumulada de períodos anteriores	958 726 740	903 043 250
Perdas por imparidade do período	855 533	1 158 064
Perdas por imparidade de períodos anteriores	5 433 882	5 986 884
Sub-total	1 020 378 060	969 070 611
Valor líquido contabilístico	541 899 337	584 580 920

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2016 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	19 133 999	-	-	-	-	-	-	19 133 999
Edifícios e outras construções	74 813 263	15 000	-	-	(4 602)	237 714	-	75 061 375
Equipamento básico	1 371 356 237	76 847	-	11 982	(2 407 124)	7 294 466	-	1 376 332 408
Equipamento de transporte	1 350 060	-	(44 123)	-	(18 058)	-	-	1 287 879
Equipamento administrativo	19 825 773	1 530 611	(24 474)	-	(104 343)	120 749	-	21 348 316
Outros ativos fixos tangíveis	62 302 817	493 052	-	-	(960 561)	9 117	-	61 844 405
Investimentos em curso	1 408 455	9 284 084	-	-	-	(7 662 046)	-	3 030 493
Adiantamentos por conta de investimentos	3 460 927	777 595	-	-	-	-	-	4 238 522
	1 553 651 531	12 177 169	(68 597)	11 982	(3 494 688)	-	-	1 562 277 397
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	31 764 022	2 038 548	-	-	(4 601)	-	-	33 797 969
Equipamento básico	866 883 331	50 153 419	-	11 982	(2 407 124)	-	-	914 641 608
Equipamento de transporte	1 265 493	40 757	(44 123)	-	(18 058)	-	-	1 244 069
Equipamento administrativo	19 026 369	735 672	(15 507)	-	(104 343)	-	-	19 642 191
Outros ativos fixos tangíveis	42 986 449	2 393 509	-	-	(617 149)	-	-	44 762 809
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	7 144 947	(855 533)	-	-	-	-	-	6 289 414
	969 070 611	54 506 372	(59 630)	11 982	(3 151 275)	-	-	1 020 378 060
Total	584 580 920							541 899 337

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2016, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

No que respeita aos abates, a rubrica mais significativa é equipamento básico, em resultado do abate de material circulante desafetado da atividade comercial, com valor contabilístico nulo, visto estar totalmente depreciado.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

A 31 de dezembro de 2016 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(valores em euros)	
Descrição	Passivo
Automotoras	210 376 213
Total	210 376 213

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 8)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31/12/16			31/12/15		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	11 310 537	-	11 310 537	8 028 936	-	8 028 936
EMEF, SA	Empréstimos	13 500 000	-	13 500 000	13 500 000	-	13 500 000
CP CARGA, SA	Investimento	-	-	-	21 080 144	21 080 144	-
CP CARGA, SA	Empréstimos	-	-	-	71 272 682	71 272 682	-
SAROS, SA	Investimento	382 641	-	382 641	490 628	-	490 628
FERNAVE, SA	Investimento	2	-	2	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	2 600 000	-	2 600 000	2 600 000	-	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	Investimento	-	-	-	-	-	-
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	300 000	-	300 000	300 000	-	300 000
OTLIS, ACE	Investimento	203 520	-	203 520	195 830	-	195 830
Total		28 296 700	-	28 296 700	117 468 222	92 352 826	25 115 396

A imparidade registada em 2015 com a participada CP Carga, resulta da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, assinado em 19 setembro de 2015 e efetivado em 20 de janeiro de 2016.

Em 2016 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	21 528 936	-	-	3 281 601	-	24 810 537
CP CARGA, SA	92 352 826	-	(21 000 142)	-	(71 352 684)	-
SAROS, SA	490 628	-	-	(107 987)	-	382 641
FERNAVE, SA	2 600 002	-	-	-	-	2 600 002
ECOSAÚDE, SA	300 000	-	-	-	-	300 000
OTLIS, ACE	195 830	-	-	83 336	(75 646)	203 520
Sub-total	117 468 222	-	(21 000 142)	3 256 950	(71 428 330)	28 296 700
Imparidade	92 352 826				(92 352 826)	-
Sub-total	92 352 826	-	-	-	(92 352 826)	-
Total	25 115 396	-	(21 000 142)	3 256 950	20 924 496	28 296 700

Durante o ano de 2016 realizou-se a alienação de 95% da participação que a CP detinha no capital da CP Carga, SA, o que resultou não só na diminuição do valor do investimento financeiro, como também na anulação da imparidade existente. Os restantes 5% da participação da CP na CP Carga encontram-se registados na rubrica de outros investimentos financeiros (nota 9).

Em sinal contrário, a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à participação no capital da EMEF teve como consequência um aumento na rubrica de Participações Financeiras.

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31/12/16	49 947 770	38 637 232	11 310 537	66 381 637	3 430 542
SAROS, SA	100	31/12/16	481 720	99 080	382 641	465 203	306 223
FERNAVE, SA	100	31/12/16	692 963	3 592 633	(2 899 671)	1 763 522	(58 574)
ECOSAÚDE, SA	100	31/12/16	895 800	984 290	(88 490)	2 179 656	7 740
TIP, ACE	33	31/12/16	14 045 221	14 515 200	(469 979)	6 262 177	1 322 529
OTLIS, ACE	14	31/12/16	5 966 799	4 539 298	1 427 502	5 098 470	547 670

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

(NOTA 9)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31/12/16			31/12/15		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	-	-	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
		28 495 785	(724 389)	27 771 396	28 415 785	(644 389)	27 771 396

O movimento destas participações financeiras em 2016 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	-	80 000				80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
	28 415 785	80 000	-	-	-	28 495 785
Imparidade						
CP Carga, SA	-	(80 000)	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
	(644 389)	(80 000)	-	-	-	(724 389)
Total	27 771 396	-	-	-	-	27 771 396

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52.000.000 Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizaram 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41.600.000 Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 10)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Devedores diversos - c/c +1 ano	975 110	975 110
Diversos	7 124	-
Sub-total	982 234	975 110
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out. dív. terceiros MLP	-	-
Imparidade períodos anteriores-O.dív. terceiros-MLP	(975 110)	(975 110)
Sub-total	(975 110)	(975 110)
Valor líquido contabilístico	7 124	-

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (NOTA 11)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Ativos por impostos diferidos	-	2 554 258
	-	2 554 258

Como referido na nota 12 relativa aos impostos sobre o rendimento, em resultado da adesão à Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a empresa iniciou em 2014 o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, tendo ficado a aguardar a emissão de despacho da Tutela setorial e financeira confirmando a respetiva adesão.

Como esta autorização não se concretizou dentro dos prazos previstos, a CP não pode aderir ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, pelo que foi desreconhecido em 2016 o montante registado nesta rubrica.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 12)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA (até 2015) e a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

A CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2016, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 450,8 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2016 e 2028.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e consequentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a empresa reconheceu, em 2014, um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Devido ao facto das entidades que tutelam a empresa não terem aprovado a adesão ao referido regime especial, no exercício de 2016 este valor foi desreconhecido.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar como a tributação autónoma.

INVENTÁRIOS

(NOTA 13)

Em 31 de dezembro de 2016 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 191 135	9 291 107
	9 191 135	9 291 107
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(266 346)	(255 168)
Imparidades de períodos anteriores	(4 743 793)	(4 488 625)
	(5 010 139)	(4 743 793)
Valor líquido contabilístico	4 180 996	4 547 314

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos seus inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da empresa, foi reconhecida, em 2016, uma perda por imparidade de €266.346, tal como identificado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(4 743 793)	(266 346)	-	-	(5 010 139)
Total	(4 743 793)	(266 346)	-	-	(5 010 139)

CLIENTES

(NOTA 14)

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	4 135 092	4 820 166
Empresas associadas	178 916	501 639
Empreendimentos conjuntos	488 910	486 591
Outras partes relacionadas	261 460	(126 559)
Clientes - perdas imparidade acumuladas	1 687 242	1 408 565
Sub-total	6 751 620	7 090 402
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(278 677)	81 294
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1 408 565)	(1 489 859)
Sub-total	(1 687 242)	(1 408 565)
Valor líquido contabilístico	5 064 378	5 681 837

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	1 408 565	278 677	-	1 687 242
Total	1 408 565	278 677	-	1 687 242

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	2 964 289	597 520	611 916	(38 633)
Empresas associadas	178 916	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	481 473	(937)	(184)	8 558
Outras partes relacionadas	269 420	(7 999)	39	-
Total	3 894 098	588 584	611 771	(30 075)

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 15)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	30/12/15
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1 216 982	1 215 119
Pagamento especial por conta	1 149 930	1 144 283
Imposto retido na fonte	67 052	70 836
IVA	7 023 331	7 221 754
IVA a recuperar de nov. e dez.	5 646 857	4 891 292
IVA reembolsos pedidos	1 376 474	2 330 462
Contribuições seg social CNP	12 476	55 597
IVA imposto retido a recuperar	880 418	884 625
Total	9 133 207	9 377 095
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	396 507	286 242
Retenções de imposto sobre o rendimento	23 518	12 641
Contribuição p/seg. social	2 925	3 365
Outras tributações	2 645	-
Total	425 595	302 248

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 16)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. S.A.	3 279	3 279
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391
REDE FERROV. NACIONAL, E.P.E.	2 120	2 120
Fornecedores c/c - saldos devedores	4 693	578
Outros devedores - pessoal	17 565	60 040
D.diversos - c/c	2 187 890	19 873 423
D.diversos - cobrança duvidosa	3 187 206	36 117 056
C. diversos - saldos devedores	103 268	88 247
C.div.-dep. cauções prestadas	220 261	218 210
C.div.-IVA-operações a regularizar	136 044	139 454
D/C.- div. - faturação a emitir	(1 289)	(997)
D/C. div. - seg. saúde	193 218	199 920
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	31 371	30 126
ODC - unidades de negócio/outros	157 622	351 899
Devedores por acréscimos de receitas	2 166 601	2 074 243
Sub-total	8 538 240	59 285 989
Imparidade acumulada		-
Imparidade do período - out. div. terceiros	32 929 850	(31 135 756)
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	(36 117 056)	(4 981 300)
Sub-total	(3 187 206)	(36 117 056)
Valor líquido contabilístico	5 351 034	23 168 933

A redução face a 2015 encontra-se fundamentalmente nas rubricas de devedores diversos c/c e cobrança duvidosa, justificada pela regularização da dívida da CP Carga, em resultado da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, bem como pelo posterior pagamento regular pela *Medway* da faturação emitida pela CP.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)					
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	36 117 056	11 104	(32 940 954)	-	3 187 206
Total	36 117 056	11 104	(32 940 954)	-	3 187 206

DIFERIMENTOS (NOTA 17)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	615 446	671 912
Total	615 446	671 912
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	-	(4 711 789)
Total	-	(4 711 789)

A diminuição registada na rubrica de diferimentos do passivo, resulta essencialmente da regularização da faturação emitida no âmbito de um contrato de venda de material circulante, por motivos do contrato ter sido rescindido por incumprimento do comprador. Esta operação não teve impacto em resultados, visto compensar com a anulação de um ativo no mesmo valor.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 18)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Ativos financeiros	4	16
Total	4	16

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, a empresa tem somente registado na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação o justo valor a 31 de dezembro de 2016, das ações do Millennium BCP transferidas da sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

(NOTA 19)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente a empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Especificamente, no que respeita a material circulante, tendo em consideração o período decorrido desde a classificação dos ativos nesta categoria e, apesar de a empresa se manter fortemente empenhada na sua venda, entendeu a empresa, em 2015, ajustar o seu valor ao possível valor de mercado que era o valor de sucata, uma vez não existiam clientes interessados e a empresa não esperava vir a recuperar o investimento realizado através da afetação do material à atividade de transporte. Este ajustamento correspondeu a um impacto negativo de €1,4 milhões nas contas da empresa de 2015 e incidiu nas séries de material com maior valor uma vez que as restantes séries já se encontravam com um valor contabilístico inferior ao valor de sucata.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor de zero conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de Dezembro de 2016:

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	1 744 117	1 744 117
Edifícios e outras construções (a)	9 567 050	11 564 741
Equipamento básico (b)	5 684 397	6 252 590
Total	16 995 564	19 561 448

(a) Esta rubrica no exercício de 2016 teve um abate no montante de 1.997.691€

(b) Esta rubrica no exercício de 2016 teve um abate no montante de 2.252.552€ e uma reversão de imparidade no montante de 1.684.359€

A variação registada em 2016, comparativamente ao ano anterior, tem origem na rubrica de edifícios e outras construções e resulta do abate do edifício do terminal Fluvial do Terreiro de Paço, conforme determinado no despacho n.º 10759-A/2016, do Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas.

No que respeita aos edifícios classificados em ativos não correntes detidos para venda, de referir ainda, que a empresa não identificou quaisquer evidências da existência de imparidades face às anteriormente reconhecidas, mantendo-se fortemente empenhada na venda destes ativos, tendo em resultado destes esforços assinado contrato promessa compra e venda para o imóvel com a designação de Praia das Maças.

Descrição	(valores em euros)				
	Valor contabilístico (1)	Subsídios a reconhecer (2)	Valor sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)-(3)-(4)
Várias séries	14 375 691	3 041 141	2 643 256	8 691 294	-

CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 20)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2016.

Em 2015 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo do ano o que permitiu fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros) bem como do investimento.

Também em 2016, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 654,913 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, a subscrever pelo Estado em numerário, a realizar da seguinte forma:

- Março/abril - 113 milhões de euros em numerário;
- Julho/setembro - 303,824 milhões de euros, dos quais 266,824 milhões de euros por conversão de créditos detidos pelo Estado/Direção-Geral do Tesouro e Finanças e 37 milhões de euros em numerário;
- Outubro - 25,898 milhões de euros em numerário;
- Novembro - 212,191 milhões euros, por conversão de créditos detidos pelo Estado/DGTF

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos) investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2016, um aumento de 654,913 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período.

Assim, no final do ano 2016 a empresa apresenta um capital realizado de 3.333.713.276 euros.

RESERVAS LEGAIS (NOTA 21)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

OUTRAS RESERVAS (NOTA 22)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 23)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas a empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios para resultados transitados.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de reavaliação está registado nesta rubrica.

Material circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas amortizações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do decreto-lei n.º 31/98 de 11 de fevereiro.

Outros ativos fixos tangíveis

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esses ativos ficaram valorizados ao preço de mercado, registado nas contas da CP como reavaliação livre, com depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(NOTA 24)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Subsídios	122 448 574	130 960 399
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	213 938 582	222 450 407

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	495 395	832 735
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	4 965 660	5 839 594
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	4 169 978	4 517 474
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	11 397 095	12 346 840
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	2 857 727	3 175 253
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	433 493	484 361
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	702 904	743 875
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	382 808	422 712
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	17 841 400	18 928 830
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	14 878 163	15 717 908
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	532 646	596 507
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390 009	390 009
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	-	(162 556)
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	920 931	1 794 303
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	190 568	218 455
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	-	(21 053)
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	77 727	105 071
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	422 829	460 740
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	1 100 313	1 205 313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	8 297	33 186
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	322 037	349 444
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	317 469	344 876
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	242 341	262 536
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	54 437	76 211
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	22 377	60 738
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	86 972	105 948
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	197 780	214 148
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	454 060	490 875
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	48 707	71 187
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	317 130	341 682
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	33 186	58 075
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	133 753	149 965
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	58 656	83 794
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R- R2 461	146 640	209 485
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	91 126	128 833
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	99 997	110 711
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	129 443	143 312
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	78 360	86 681
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	129 443	143 312
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	52 000	57 571
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	77 999	86 357
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	162 715	174 478
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	130 599	144 468
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	64 650	67 308
59301054 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	146 780	-
59301055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	131 976	-
59301056 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	146 780	-
59301057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	150 265	-
59301058 PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	354 816	-
59301059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	120 958	-
59301060 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	146 780	-
59301061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	280 877	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	896 076	1 001 227
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1 373 141	1 453 178
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	31 779 552	33 713 899
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	19 113 387	20 226 056
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1 068 037	1 196 088
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903 370	903 370
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	414 264	474 888
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	201 696	400 141
Total	122 448 574	130 960 399

PROVISÕES

(NOTA 25)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	4 250 320	28 299	-	-	4 278 619
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	11 396 274	480 117	-	10 916 157
Acidentes ferroviários	1 325 182	466 869	-	-	1 792 051
Investimentos financeiros	3 541 282	125 862	-	520 369	3 146 775
Outras	301 051	-	245 801	-	55 250
Total	9 417 835	12 017 304	725 918	520 369	20 188 852

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente da reposição da provisão para responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais, que foi constituída em 2016, no seguimento da decisão da Tutela setorial e financeira de não aceitar a adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos, o que implicou desreconhecer o valor da rubrica outras contas a pagar, onde estava registado em 2015.

As responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro de 2016, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 1,75%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2016.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 26)

No final do exercício de 2016 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	142 778 875	178 834 063
Empréstimos por obrigações	700 000 000	700 000 000
Aplicação taxa efetiva emp. obrigacionistas	(6 869 048)	(7 425 023)
Outros financiadores	1 772 056 000	2 152 570 000
Total	2 607 965 827	3 023 979 040
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	36 055 188	42 684 858
Outros financiadores	380 514 000	455 514 000
Total	416 569 188	498 198 858

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	36 055 188	42 684 858
De 1 a 5 anos	110 245 542	122 500 730
A mais de 5 anos	32 533 333	56 333 333
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa efetiva emp. obrigacionistas	(429 855)	(621 447)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa efetiva emp. obrigacionistas	(6 439 193)	(6 803 576)
Outros financiadores		
Até 1 ano	380 514 000	455 514 000
De 1 a 5 anos	1 622 056 000	1 622 056 000
A mais de 5 anos	150 000 000	530 514 000
Total	3 024 535 015	3 522 177 898

À data de 31 de dezembro de 2016, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)						
	2017	2018	2019	2020	2021	2023 e seguintes	Total
Instit. de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários	36 055 188	28 067 209	20 685 000	37 693 333	23 800 000	32 533 333	178 834 063
Empréstimos por obrigações	-	-	499 570 145	-	-	193 560 807	693 130 952
Outros financiadores	380 514 000	380 514 000	380 514 000	480 514 000	380 514 000	150 000 000	2 152 570 000
Total	416 569 188	408 581 209	900 769 145	518 207 333	404 314 000	376 094 140	3 024 535 015

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 27)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	13 390 899	31 926 392
Total	13 390 899	31 926 392
Corrente		
Accionistas/sócios	-	124 729
Fornecedores de investimentos	(21 580)	143 797
Credores por subscrições não liberadas	38 665 181	38 321 962
Outros devedores e credores	4 461 264	4 871 797
Credores por acréscimo de gastos	61 214 587	107 274 319
Pessoal	36 393	75 230
Adiantamentos de clientes	63 063	70 877
Total	104 418 908	150 882 711

Relativamente ao passivo não corrente, a variação mais significativa face ao exercício de 2015, regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos em resultado da reclassificação da responsabilidade com acidentes de trabalho e doenças profissionais, no valor de cerca de 11,5 milhões de euros, que passou a ser novamente tratada como provisão, pelo facto da Tutela setorial e financeira não ter aceite o pedido de adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos.

No passivo não corrente, em 2016, ainda se mantém o reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado de acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, a qual será paga até ao exercício de 2019. São transferidos para ativo corrente os valores a liquidar no ano seguinte de acordo com os acordos assinados.

No que respeita ao passivo corrente, a redução significativa registada é fruto fundamentalmente da redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos. Esta redução de financiamentos foi fundamentalmente conseguida através dos aumentos de capitais concedidos pelo Estado Português. De referir ainda a diminuição da necessidade de especialização de gastos relacionados com o fornecimentos e serviços externos, por motivo da faturação ter sido registada em 2016.

FORNECEDORES (NOTA 28)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Fornecedores c/c		
Gerais	11 001 901	16 204 729
Empresas subsidiárias	284 685	2 538 398
Empresas associadas	808 177	468 566
Empreendimentos conjuntos	4 448 533	143 117
Outras partes relacionadas	223 330	213 519
Facturas em receção e conferência	(2 932)	1 494
	16 763 694	19 569 823

Em 2016, regista-se uma diminuição generalizada dos saldos em dívida a fornecedores gerais, sendo de referir a diminuição do prazo médio de pagamentos em 13 dias, e destacando-se como contributo para esse facto a diminuição da dívida às Infraestruturas de Portugal, SA, no valor de 5,4 milhões de euros. O saldo em dívida referente a empreendimentos conjuntos respeita essencialmente a valor a pagar a redes estrangeiras, no âmbito de processo de compensação realizado por via do *Bureau Central de Compensation (BCC)*, de acordo com os prazos estipulados, e entretanto já liquidado pela empresa em janeiro de 2017.

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (NOTA 29)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Adiantamentos de clientes	200 500	1 815 470
	200 500	295 470

A variação registada face a 2015 resulta de regularização como rendimento do adiantamento efetuado à CP, pela *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)* – Operadores Ferroviários, S.A., no âmbito da assinatura do acordo de referência para a venda da CP Carga.

PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 30)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Derivados potencialmente desfavoráveis	-	1 291 916
	-	1 291 916

Tal como referido na nota 18 relativa aos ativos financeiros detidos para negociação, a empresa não tem instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) com referência a 31 dezembro de 2016

A valorização em 31.12.2015, foi efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), e respeita ao justo valor do único *swap* existente em 2015, com maturidade até abril de 2016, data em que foi encerrada a carteira.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 31)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Vendas		
Serviços prestados		
Passageiros	237 540 173	227 126 927
Redes	760 569	745 024
Manut./alug./limp. material circulante	1 508 525	14 057 216
Comboio socorro	896 917	1 365 278
Indemnização por danos	1 212 272	515 797
Limpeza/segurança	131 433	116 739
Serv.informáticos/contabil./outros	1 169 559	1 252 686
Outros Metro Mondego	638 038	911 723
Outros serviços	2 548 106	2 259 095
Descontos e abatimentos em vendas	(7 162 128)	(6 567 390)
Total	239 243 464	241 783 095

As vendas e serviços prestados diminuem cerca de 2,6 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da redução da prestação de serviço de aluguer de material circulante à ex-CP Carga (*Medway*). De referir, no entanto, a manutenção do crescimento dos serviços de passageiros nomeadamente no que respeita à venda de bilhetes, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 10,2 milhões de euros.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 32)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2016 e 2015:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Subsídios à exploração:		
(Formação IEFP)	16 929	-
Total	16 929	-

GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 33)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(107 988)	(11 706 062)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	3 364 938	2 020 903
Total	3 256 950	(9 685 159)

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da alienação da CP-Carga e consequentemente de se deixarem de verificar impactos negativos na CP relacionados com os resultados daquela empresa, bem como da melhoria dos resultados da EMEF

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 34)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 459 521	5 985 193
Total	5 459 521	5 985 193

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 79% do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com combustível reduziu em 2016 em virtude da diminuição do preço do combustível.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 35)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(244 576)	(365 410)
Limpeza material circulante	(2 361 061)	(2 518 333)
Vigilância	(2 087 451)	(2 240 440)
Serviços adicionais e auxiliares	(1 710 890)	(2 182 671)
Serviços restauração	(2 506 098)	(2 743 400)
Acordo CP/Renfe	(4 348 823)	(4 117 257)
Outros subcontratos	(6 458 369)	(6 412 012)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(35 134 879)	(33 830 384)
Trabalhos especializados	(492 369)	(1 131 462)
Vigilância e segurança	(262 611)	(141 173)
Utilização material circulante	(471 459)	(471 459)
Outros serviços especializados	(1 793 810)	(1 616 390)
Materiais	(198 190)	(177 410)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(26 617 185)	(29 976 611)
Combustíveis	(180 394)	(161 092)
Água	(122 832)	(117 550)
Deslocações, estadas e transportes	(1 015 298)	(439 007)
Contº CP/ACE (EMEF/Siemens)	(4 849 636)	(8 169 156)
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres:		
Taxa uso infraestrutura	(55 789 977)	(55 697 077)
Outras rendas e alugueres	(11 065 870)	(10 504 855)
Comunicação	(512 711)	(603 897)
Seguros	(202 463)	(198 588)
Outros serviços	(274 140)	(262 271)
Total	(158 701 092)	(164 077 905)

A diminuição dos fornecimentos e serviços externos, em 5,4 milhões de euros, resulta fundamentalmente da diminuição dos gastos de manutenção e reparação de material circulante relacionados com o contrato de manutenção com o consórcio EMEF/Siemens, em virtude da transferência, em 2015, de material circulante para a ex-CP Carga, e da redução dos gastos com energia de tração, decorrente da formalização de contrato que prevê a emissão de faturação pelo fornecedor de energia diretamente à Medway, deixando a CP de suportar estes encargos, os quais eram posteriormente refaturados à CPCarga.

GASTOS COM PESSOAL (NOTA 36)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	(337 182)	(365 293)
Remunerações do pessoal	(75 196 705)	(74 831 060)
Indemnizações	(2 688 722)	(2 422 539)
Acordo dos variáveis	-	(22 017 368)
Encargos sobre remunerações	(16 633 886)	(16 658 725)
Encargos sobre variáveis	-	(5 229 125)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(2 479 540)	(1 439 607)
Gastos de acção social	(204 849)	(272 810)
Outros gastos com o pessoal	(1 831 039)	(2 766 485)
Total	(99 371 923)	(126 003 012)

O decréscimo registado nesta rubrica comparativamente a 2015 resulta do reconhecimento em gastos com pessoal da responsabilidade decorrente de acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídios de férias. O impacto deste acordo em 2015 ascendeu a 27,2 milhões de euros.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31/12/16	31/12/15
Órgãos sociais *	6	6
Directores/chefias superiores		
Quadros superiores	258	259
Quadros médios	14	14
Chefias intermédias	230	235
Profissionais altamente qualificados	2 130	2 105
Profissionais semi-qualificados	70	65
Total	2 708	2 684

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

IMPARIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS / AMORTIZÁVEIS (NOTA 37)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Perdas		
Ativos não correntes detidos para venda	-	(1 405 688)
Em investimentos financeiros	(11)	(92 352 864)
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	1 684 358	373 329
Total	1 684 347	(93 385 223)

Em 2016 regista-se uma acentuada diminuição das imparidades com investimentos financeiros, em resultado da alienação da participação no capital da CP Carga, SA, concretizado em 20 janeiro de 2016, mas com impacto registado nas contas de 2015.

De igual forma, não foram registadas imparidades em 2016 relacionadas com ativos não correntes detidos para venda.

OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 38)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Rendimentos suplementares	12 590 861	16 371 663
Ganhos em inventários	3 871	13 312
Restantes ativos financeiros	3 620 550	2 846 087
Investimentos não financeiros	3 500	19 893 912
Outros	23 471 975	32 951 405
Total	39 690 757	72 076 379

Para a diminuição da rubrica de outros rendimentos, em 2016, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- A inexistência do impacto positivo, registado em 2015, decorrente da operação de aumento de capital em espécie realizado pela CP na CP Carga, e que motivou o reconhecimento de mais-valias, no valor de cerca de 19,3 milhões de euros, e de rendimentos de subsídios ao investimento, no valor de cerca de 20,9 milhões de euros;
- A redução da faturação de energia à *Medway* (ex-CP Carga) decorrente da formalização de novo contrato que prevê a emissão de faturação pelo fornecedor de energia diretamente àquela empresa (conforme nota 35).

OUTROS GASTOS (NOTA 39)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Impostos	(144 680)	(157 894)
Dívidas incobráveis	-	(34 450)
Perdas em inventários	(18 753)	(27 302)
Investimentos não financeiros	(4 593 655)	(530 358)
Outros	(4 666 280)	(2 644 677)
Total	(9 423 368)	(3 394 681)

Para o aumento da rubrica de outros gastos, em 2016, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- O abate do terminal do Terreiro do Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, com um impacto negativo de cerca de 2 milhões de euros nas contas da empresa;
- O abate de material circulante com um impacto negativo nas contas da empresa de cerca de 2,6 milhões de euros;

AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR (NOTA 40)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Ganhos		
Instrumentos financeiros	1 291 916	2 411 650
Total	1 291 916	2 411 650

O ganho reconhecido em 2016 relativo ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da desmobilização da carteira de derivados, que ocorreu em abril de 2016, com o vencimento do último instrumento de gestão de risco financeiro que a CP detinha em carteira, em simultâneo com a amortização do empréstimo Eurofima de base a este derivado. A avaliação destes derivados era assegurada por entidade externa. Conforme referido anteriormente a empresa já não dispõe de instrumentos financeiros derivados no final de 2016, pelo que este movimento resulta do vencimento da última operação.

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 41)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(55 361 905)	(58 882 428)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	15
Total	(55 361 905)	(58 882 413)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS E AMORTIZÁVEIS (NOTA 42)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	-	(260 427)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	855 533	1 418 491
Total	855 533	1 158 064

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado.

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 43)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Juros obtidos	1 047 594	4 436 572
Total	1 047 594	4 436 572

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 44)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2016	2015
Juros suportados	(82 656 759)	(96 507 801)
Outros gastos e perdas	(5 673 912)	(10 937 530)
Total	(88 330 671)	(107 445 331)

No exercício de 2016, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 19,1 milhões de euros que decorre da diminuição da dívida financeira e das taxas de juro de financiamento.

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS (NOTA 45)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2016, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31/12/16	31/12/15
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA *	5%	100%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	14%	14%

* conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação no curto prazo.

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF).
- NOMAD Tech (detida em 35% pela EMEF)

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	2016	2015
Vendas e prestações de serviços		
Subsidiárias		
EMEF, SA	5 511 354	5 629 681
CP CARGA, SA	-	24 530 289
FERNAVE, SA	340 633	197 642
SAROS,Lda	418 502	8 838
ECOSAÚDE, SA	27 005	53 787
Associadas		
TIP, ACE	3 953 898	4 069 037
OTLIS, ACE	4 217 819	3 934 366
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	636 139	119 273
Total	15 105 350	38 542 913
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	(30 123 212)	(29 807 697)
CP CARGA, SA	-	(902 960)
FERNAVE, SA	(862 966)	(645 977)
SAROS,Lda	(19 618)	-
ECOSAÚDE, SA	(861 436)	(770 779)
Associadas		
TIP, ACE	(664 877)	(620 157)
OTLIS, ACE	(216 237)	(142 527)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(5 061 583)	(8 473 762)
Total	(37 809 929)	(41 363 859)
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	9 213 022	7 255 138
FERNAVE, SA	-	311 449
Associadas		
OTLIS, ACE	-	5 520
Total	9 213 022	7 572 107

(*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativos		
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	18 713 382	20 411 958
FERNAVE, SA	2 600 000	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	300 000	300 000
Cientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-	14 154
CP CARGA, SA	-	14 352 829
FERNAVE, SA	250 080	39 850
SAROS,Lda	613	1 041
ECOSAÚDE, SA	2 083	5 707
Associadas		
TIP, ACE	178 916	501 639
OTLIS, ACE	-	123 245
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	196 695	33 628
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Subsidiárias		
EMEF, SA	(287 160)	(2 346 495)
CP CARGA, SA	-	(223 923)
FERNAVE, SA	69	-
ECOSAÚDE, SA	(90 103)	(74 136)
Associadas		
TIP, ACE	(971 541)	(583 757)
OTLIS, ACE	(416 319)	(119 273)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(469 435)	(454 898)
Total Ativo + Passivo	20 007 280	34 581 569

GARANTIAS E AVALES (NOTA 46)

Garantias e avales prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

(valores em euros)

Empresa	Valor
EMEF (cartas conforto)	8 048 627
EMEF (fiança)	2 187 500
Fernave (garantia)	6 051

* Inclui linha de crédito (BPI) no valor de 4,987M€ sem utilização em 31.12.2016

Garantias prestadas a favor da CP:

(valores em euros)

Empresa	Valor
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	678 834 063
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	140 042

ACONTECIMENTOS RELEVANTES APÓS A DATA DE BALANÇO (NOTA 47)

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço a relatar.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

(NOTA 48)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, déficit de 144.564.817 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.



DOCUMENTOS ANEXOS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidência um total de 650.717.437 euros e um total de capital próprio negativo de 2.529.206.026 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 144.564.817 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



ÊNFASE

Chamamos a atenção para o facto do Relatório e Contas da Entidade, referente ao exercício de 2015, ainda não se encontrar formalmente aprovado pela Tutela. Salientamos ainda, que a Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2016, um total de capital próprio negativo de 2.529.206.026 euros. Apesar de o endividamento ter diminuído em 497.642.883 euros, dos quais 479.015.084 euros respeitantes a conversão de dívida em capital, o seu grau de endividamento mantém-se elevado. O ativo líquido encontra-se totalmente financiado por capitais alheios, maioritariamente do Estado Português. Tratando-se de uma E.P.E., com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, considera-se não estar em causa a continuidade das operações, tendo no entanto presente que depende essencialmente do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Risco	Resposta do Auditor
Reconhecimento do Rédito	
O rédito resultante dos serviços prestados pela Entidade ascendeu a 239.243.464 euros, conforme nota 31. Esse rédito é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros.	Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:
Do elevado número de registos do sistema da bilhética e sua integração na contabilidade, apesar do automatismo informático, resultará risco de reconhecimento do rédito, pelo que foi considerado matéria relevante de auditoria.	i) Levantamento exaustivo do ciclo da receita;
O rédito é uma rúbrica à qual se associa o risco de fraude (ISA 240).	ii) Identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;
	iii) Teste aos controlos identificados de integração da receita, resultantes do processo da bilhética.



Risco	Resposta do Auditor
Imparidade dos ativos não correntes detidos para venda e de ativos fixos tangíveis	
<p>A imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos não correntes detidos para venda ascende a 6.289.415 euros e 8.691.294 euros, respetivamente, conforme divulgado nas notas 7 e 19.</p> <p>A valorização destes ativos foi considerada uma matéria relevante porque assenta em validações que, embora sejam efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, e por peritos independentes, para os imóveis, têm sempre um carácter subjetivo.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) Análise dos principais movimentos ocorridos no ano;</p> <p>ii) Análise do suporte ao cálculo da imparidade registada, incluindo avaliações por peritos independentes e qualificadas dos imóveis;</p> <p>iii) Avaliação dos esforços empreendidos pela Entidade para alienar estes bens.</p>

Risco	Resposta do Auditor
Provisões	
<p>A rubrica de provisões apresenta, em 31 de dezembro de 2016, um saldo de 20.188.852 euros, conforme a nota 25. Este saldo está essencialmente relacionado com provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.</p> <p>Dada a significância e julgamento desta matéria (nomeadamente o uso de estimativas para a sua valorização e grau de incerteza), optámos por considerar o reconhecimento e quantificação das provisões como um risco significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) Decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões;</p> <p>ii) Obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados da Entidade e análise das respostas;</p> <p>iii) Indagação junto da gestão.</p>

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

SOBRE O PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Dando cumprimento ao ofício n.º 1268 de 27 de fevereiro de 2017 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, somos de parecer que a Entidade não cumpre integralmente com o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme estipulado no art.º 86º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, por não ter obtido isenção do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado para a utilização de terminais de pagamento automático contratados na banca comercial. Conforme está referenciado no Relatório de gestão, sob o título “princípio da unidade de tesouraria do estado”, a CP solicitou ao IGCP a disponibilização dos serviços relativamente aos quais não obteve a referida isenção, estando a decorrer as negociações para sanar aquela situação.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez por despacho a 16/05/2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para o exercício de 2016, na ausência da ocorrência de nova designação;



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 5 de abril de 2017;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços à Entidade nem às entidades sob o seu controlo.

Lisboa, 5 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº1056



RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245º, nº1, al. b) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 650.717.437 euros e um total de capital próprio negativo de 2.529.206.026 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 144.564.817 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido do ano findo em 31 de dezembro de 2015, cujo Relatório e Contas não foi ainda aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2016, um total de capital próprio negativo de 2.529.206.026 euros.

Adicionalmente, salientamos que no ano em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 497.642.883 euros, dos quais 479.015.084 euros por conversão em capital. No entanto, a Entidade continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido financiado, em grande parte, pela Tutela Sectorial e Financeira.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Tratando-se de uma Entidade que presta um serviço público, a continuidade das suas operações não está em causa, no entanto, a realização dos seus ativos, nomeadamente, do material circulante e de outros ativos operacionais, continua a depender do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Entidade, e do sucesso futuro das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p>Reconhecimento do Rédito</p> <p>O rédito dos serviços prestados pela Entidade, que incluem essencialmente o transporte de passageiros, ascendeu a 239.243.464 euros, conforme divulgado na nota 31.</p> <p>O risco do reconhecimento do rédito está relacionado com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.</p> <p>O rédito é uma rubrica à qual se associa o risco de fraude.</p>	<p>Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) levantamento e identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;b) teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade, com o apoio de um especialista em auditoria informática, credenciado em tecnologias de informação;c) análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; ed) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<p>Imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos não correntes detidos para venda</p> <p>A imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos não correntes detidos para venda ascendem a 6.289.415 e 8.691.294 euros, respectivamente, conforme divulgado nas notas 7 e 19.</p>	<p>Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) análise dos principais movimentos ocorridos no ano;b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos pressupostos e as avaliações independentes dos imóveis; e



A imparidade destes ativos foi considerada uma matéria relevante porque assenta em validações que embora sejam efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, e por peritos independentes, para os imóveis, têm sempre um caráter subjetivo.

c) avaliação dos esforços empreendidos pela Entidade para alienar os ativos não correntes detidos para venda.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados**

Provisões

As provisões apresentam um saldo de 20.188.852 euros, em 31 de dezembro de 2016, conforme divulgado na nota 25.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários. Os movimentos registados nestas provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos da Entidade.

a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo elevado grau de julgamento e de incerteza associado.

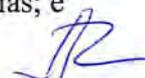
b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas; e

c) indagação junto da gestão.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 05 de abril de 2017

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS INDIVIDUAIS 2016 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da empresa¹ e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2016, atento à certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), às informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria³, com as quais concordamos. Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano⁴, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf) n.º 1268, de 27 de fevereiro de 2017⁵, compete igualmente CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias vigentes em 2016, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinafe-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus estatutos e pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o RJSPE;
- A CP detém, à data de 31 de dezembro de 2016, valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º e

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e do artigo 24.º, n.º 1 e n.º 2, do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁴ Obrigatório nos termos previstos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE, e da al. b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁵ Referente às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2016.



CONSELHO FISCAL

66.ªA do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto para as restantes participações, são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda⁶ notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁷, a CP passou a ser incluída no perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- v) Parecer sobre o empréstimo celebrado com o Estado no montante de 25,85 milhões de euros;
- vi) Parecer relativamente à alienação do antigo centro de férias da Prala das Maças;
- vii) Elaboração de relatórios trimestrais que incidiram sobre os relatórios de gestão que correspondem a análises trimestrais de execução orçamental, apresentados pelo Conselho de Administração;
- viii) Emissão do parecer referente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSP, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério do

⁶ Emitida em setembro de 2014.

⁷ SEC 2010.



CONSELHO FISCAL

Planeamento e das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contrato são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁸, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação.

Entretanto, não foi ainda celebrado novo contrato de serviço público e pelo segundo ano consecutivo não foram atribuídas à CP indemnizações compensatórias.

A atividade da empresa no exercício de 2016 foi desenvolvida tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento de 2016 (PAO), apesar do mesmo ter sido só aprovado em 30 de dezembro de 2016 pelas tutelas setorial e financeira. O foco da empresa continuou dirigido para a promoção da eficiência e da sustentabilidade económica e financeira, seguindo a seguinte estratégia:

- Manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores;
- Crescimento da procura, através da otimização do efeitto na rede de oferta comercial e na criação e utilização de plataformas digitais;
- Combate à fraude;
- Planeamento de uma controlada expansão da oferta;
- Racionalização dos gastos;
- Rentabilização dos ativos não core.

A CP, em 2016, transportou cerca de 115 milhões de passageiros, o que representou um aumento de perto de 2,5% (cerca de 2,8 milhões de passageiros) comparativamente a 2015, tendo este crescimento sido transversal em todos os serviços da CP, com maior expressão nos serviços de longo curso com um aumento de 9,4%, ou seja mais de 6 milhões de passageiros, depois de em 2015 ter crescido 5%.

Ainda assim, o maior número de passageiros transportados pela CP continua a registar-se nas deslocações interurbanas de Lisboa e Porto, fixando-se nos 98,2 milhões, o que corresponde a 85,5% do total de passageiros transportados.

⁸ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.





COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

Na análise da medida passageiros-quilómetro verifica-se igualmente uma predominância nos Serviços Urbanos de Lisboa e Porto, o que corresponde a 46% do total percorrido em 2016, repartindo-se o restante entre 41,6% para o Serviço de longo Curso e de 12,4% para o Serviço Regional.

A taxa de ocupação global aumentou ligeiramente em 2016 para os 29% (+0,7% face a 2015), assinalando-se, ainda assim, o aumento de 3,1% no Serviço de Longo Curso, o que representa uma taxa de uso de 58,3% face à oferta neste segmento. Assinala-se, igualmente, mas em sentido contrário, o decréscimo ligeiro da taxa de ocupação no Serviço Regional em 0,8% face ao ano anterior, fixando-se nos 19,9% no final de 2016.

Neste contexto e mantendo-se os tarifários de 2015, importa destacar o aumento dos proventos de tráfego em 9,8 milhões de euros face ao exercício anterior (+4,4%), atingindo os 230,3 milhões de euros, repartidos entre os 103,6 milhões de euros obtidos nos Serviços Urbanos de Lisboa e Porto (45%), os 98,6 milhões de euros no Serviço de Longo Curso (42,8%) e os 28,1 milhões de euros no Serviço Regional (12,2%). Como se infere da análise à procura, os proventos acompanharam a mesma tendência de crescimento, em particular, no Serviço de Longo Curso onde se registou um aumento de 6,4% face ao ano anterior.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP em 2016 teve um acréscimo líquido de 24 trabalhadores, em virtude da entrada de 138, essencialmente através do recrutamento de 124 novos trabalhadores⁹, na sua maioria maquinistas (38) e operadores de revisão e venda (31), tendo saído da empresa 114 trabalhadores, maioritariamente por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

A CP realizou, num contexto de restrições financeiras impostas pelo acionista Estado, investimentos de 12,2 milhões de euros, sendo 79% em reparações do material circulante e 11% em informatização, de forma a assegurar as intervenções consideradas pela empresa como indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material e das instalações ferroviárias, bem como para concluir os projetos que se encontravam curso no início do período em análise.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A CP encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido negativo de 144,6 milhões de euros, que compararam com os 278,4 milhões de euros registados no exercício anterior, representando, assim, um desagravamento de 133,9 milhões de euros (- 48%).

Esta situação foi resultado essencialmente da ausência dos impactos negativos registados em 2015, de 85 milhões de euros relativos à venda da CP Carga e dos gastos adicionais de anos anteriores com o pessoal no montante de 27,2 milhões de euros em virtude do acordo com trabalhadores sobre os abonos variáveis.

⁹ Recorda-se que, através do Despacho do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 2 de outubro de 2015, a CP foi autorizada a recrutar, a título excecional, 129 novos colaboradores.

CONSELHO FISCAL

Contribuí, igualmente, para a melhoria do resultado do exercício, o desagravamento do resultado financeiro, que se fixou nos 87,3 milhões de euros, o que representa uma evolução positiva face a 2015 em 15,7 milhões de euros, justificado, essencialmente, pela manutenção das taxas de juro em níveis historicamente baixos e da redução da dívida remunerada conseguida através dos aumentos de capital realizados pelo Estado.

Em matéria da análise ao EBITDA recorrente (ou ajustado)¹⁰, há a destacar que o mesmo manteve-se positivo em 344 mil euros, assinalando-se, no entanto, uma redução acentuada face ao apurado no exercício anterior em 2,9 milhões de euros, em boa parte justificado pela diminuição verificada nas vendas e serviços prestados à ex-CP Carga por força da alienação ocorrida¹¹ e que representou uma redução de 11 milhões de euros, a qual foi compensada pelo aumento dos proveitos de tráfego conforme referido anteriormente. Caso se excluía aquele impacto das prestações de serviços à ex-CP Carga, verificar-se-ia uma melhoria daquele indicador em 8,2 milhões de euros face ao ano de 2015. Sublinha-se que no âmbito do PAO aprovado, a meta do EBITDA recorrente para 2016 era de 3,9 milhões de euros negativos¹² o que implica, ainda assim, uma melhoria face ao previsto.

No que tange ao Resultado Operacional apresentado em 2016, este é superior ao apurado no exercício anterior em cerca de 120,9 milhões de euros (+69%), ainda assim, manteve-se negativo (-54,3 milhões de euros). A variação ocorrida é justificada, essencialmente, pelos impactos negativos ocorridos nas contas de 2015, designadamente, os resultantes da venda da ex-CP Carga.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 60,3 milhões de euros (-8%) face ao registado em 2015, resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 42,7 milhões de euros em resultado das depreciações dos ativos tangíveis afetos à empresa não terem sido compensados pela realização de investimento;
2. Aumento do valor de participações financeiras em 3,2 milhões de euros em resultado essencialmente da aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) aos resultados da EMEF com referência a dezembro de 2016;
3. Diminuição dos ativos por impostos diferidos em 2,6 milhões de euros em resultado da não aceitação da adesão ao regime especial aplicável aos ativos diferidos;

¹⁰ O EBITDA Recorrente é definido pela CP como o "Resultado operacional da atividade de transportes", ou seja, o EBITDA "antes de indemnizações por rescisão, aplicação do método de equivalência patrimonial, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa". Assinala-se, igualmente, que o EBITDA referente aos anos em referência (2015 e 2014) diverge do divulgado em 2015 e 2014, pelo facto da CP ter alterado o critério de apuramento daquele indicador, excluindo rendimentos e gastos não relacionados diretamente com a atividade de transporte, designadamente os decorrentes da venda e abate de ativos ou outros rendimentos e gastos extraordinários. Consideramos que deve ser adotado o procedimento de detalhar e fundamentar a reexpressão dos indicadores em causa, com vista a salvaguardar a comparabilidade das mesmas com as do exercício em análise.

¹¹ O processo de privatização foi concluído a 20.01.2016, com a assinatura final do respetivo contrato de venda.

¹² Recordar-se que este valor estava influenciado pelas mais-valias previstas de 13,9 milhões de euros com venda dos imóveis do Rossio, Rua Castilho e Praia das Maças, que acabaram por não se verificar até 31 de dezembro de 2016.



CONSELHO FISCAL

4. Diminuição do saldo de clientes e de outras contas a receber em 18,4 milhões de euros, motivada, essencialmente, pela redução da dívida da ex-CP Carga (-13,5 milhões de euros);
5. Diminuição dos ativos não correntes detidos para venda em 2,6 milhões de euros, nomeadamente decorrente da desafetação do domínio público ferroviário, sob gestão da CP, do imóvel designado por «Estação Sul e Sueste», sito no Terreiro do Paço, em Lisboa, determinado por Despacho n.º 10759-A/2016, de 30.08, dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;

No que se refere ao Capital Próprio, verificou-se um desagravamento em 581,8 milhões de euros face ao registado em 2015 no montante de -3.031 milhões de euros, em virtude dos aumentos de capital realizados pelo Estado, em 2016, no montante de 654,9 milhões de euros.

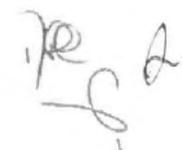
Conforme decorre do Balanço, e por via dos sucessivos prejuízos apurados, o capital próprio da CP apresenta-se negativo em 2.529,2 milhões de euros, situação que coloca a empresa no âmbito do artigo 35.º do CSC. Tal situação tem sido objeto de ênfase na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC, bem como no Relatório do Auditor Externo.

Destaque-se ainda que, ao abrigo do previsto nos artigos 34.º e 35.º do RJSPE, sempre que as empresas apresentem capital próprio negativo nos últimos três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da CP, deve o órgão de administração propor obrigatoriamente medidas destinadas a superar essa situação.

Por conseguinte, da análise ao referido Relatório de Gestão não se encontram quaisquer medidas propostas para superar esta situação tanto ao nível da CP como das suas participadas, conforme previsto no RJSPE, não sendo expectável que a continuidade das suas operações esteja em causa, na medida que se perspetiva que o acionista Estado mantenha o apoio que tem vindo a prestar, considerando que a CP presta serviço público.

No que respeita ao Passivo, a CP registou uma diminuição de 562,2 milhões de euros destacando-se as seguintes variações ocorridas:

1. Diminuição dos financiamentos obtidos em 498 milhões de euros, dos quais 479 milhões de euros por conversão em capital no âmbito dos aumentos de capital realizado pelo acionista Estado, sobretudo, para amortização de financiamentos com vencimento em 2016;
2. Aumento das provisões em 10,8 milhões de euros em resultado da transferência para outras contas a pagar, em virtude da não aprovação da adesão CP ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
3. Diminuição do saldo de fornecedores e de outras contas a pagar em 67,8 milhões de euros em resultado essencialmente da redução dos valores especializados dos juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos;
4. Diminuição em 4,7 milhões de euros dos diferimentos em resultado fundamentalmente da regularização da faturação emitida ao Ministério do Fomento da Argentina pela rescisão por incumprimento do contrato de venda do material circulante;



CONSELHO FISCAL

5. Diminuição dos passivos financeiros detidos para negociação em 1,3 milhões de euros, em resultado do término do último contrato de derivados (*swap*) existente em 2015.

Em 2016, e tal como nos anos anteriores, a demonstração de fluxos de caixa evidencia fluxos operacionais negativos em 3,4 milhões de euros, ainda assim, representando uma melhoria de 22,3 milhões de euros face a 2015, decorrente, essencialmente, do recebimento de clientes em resultado do aumento das vendas e serviços prestados com o transporte de passageiros, bem como do recebimento da dívida em atraso da ex-CP Carga.

Esta situação permite concluir que a atividade operacional da empresa não gera recursos suficientes para se autofinanciar, fazendo depender a continuidade da sua operação à obtenção de novos financiamentos junto da DGTF ou através de novos aumentos de capital.

Neste contexto, e na sequência dos despachos conjuntos das Tutelas de 2015 relativos a aumentos de capital, em 2016, foi mais uma vez determinado aumentar o capital em 654,9 milhões de euros, destinados, essencialmente, a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida, de investimento e das despesas com pessoal relativas aos abonos variáveis, pelo que não houve endividamento durante o ano em causa, apresentando a dívida remunerada uma redução de 498 milhões de euros, situando-se no final do ano nos 3.025 milhões de euros.

5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos das já referidas competências, cabe ao CF proceder à análise, conforme se apresenta seguidamente, do cumprimento pela empresa das orientações vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), das orientações constantes do citado ofício circular da DGTF n.º 1268, de 27 de fevereiro de 2017, designadamente as relativas às reduções remuneratórias em 2016, bem como à exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJ SPE que determina a obrigação da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

Relatório de Gestão

Da conformidade com o previsto nos artigos 65.º, 66.º e 66.º-A do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor, cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente as decorrentes do RJ SPE.

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, a informação constante no referido Relatório de Gestão expõe, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais, tendo a mesma sido elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da



Empresa, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao previsto do n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, confirma-se a apresentação pela CP de um Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, sobre o qual, e ao abrigo do estabelecido no n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o mesmo inclui os elementos exigíveis à entidade nos termos previstos do artigo 245.º-A do CVM, e das demais disposições legais em vigor, incluindo às orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

Sem prejuízo, e sem pôr em causa a nossa opinião acima, salientam-se os seguintes factos:

- Tendo como referência o modelo definido para o ano de 2016 pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), o relatório obedece, na generalidade, à estrutura definida;
- O documento faz referência a um relatório anual através do qual são identificados os factos suscetíveis de constituir infração penal ou disciplinar, encontrando-se disponível no site da empresa o referente ao ano de 2015¹³;
- O Despacho que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015, incluindo o RGS referente àquele ano não consta em anexo, dado que as mesmas não foram ainda aprovadas.
- A estrutura de governo da CP, atualmente em vigor, composta por um Conselho de Administração com quatro elementos (um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais), um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Conselho Consultivo¹⁴, mostra-se adequada à respetiva dimensão e complexidade, pelo que cumpre o disposto na lei, nomeadamente o artigo 30.º e seguintes do RJSPE. Todavia há que registar que, desde o mês de julho de 2015, o Conselho de Administração da empresa funciona apenas com um Presidente e dois vogais, considerando a renúncia ao cargo da Vice-Presidente.

Orientações legais vigentes para o SEE

Dando cumprimento às orientações do titular da função acionista, vertidas no referido ofício da DGTF de 27 de fevereiro de 2017, em observância com o artigo 420.º do CSC, e para além da das matérias acima indicadas sobre o Relatório de Gestão, apreciamos a informação específica nele constante sobre o cumprimento das orientações legais aplicáveis à empresa, pelo que importa destacar o seguinte:

- Em 2016, não foram fixados objetivos de gestão para este exercício, sendo a atividade da empresa norteadada pela proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2016,

¹³ Elaborado em junho de 2016.

¹⁴ Aguarda nomeação de todos os elementos que o integram.



apresentada pelo Conselho de Administração e cuja aprovação apenas ocorreu em 30 de dezembro de 2016;

- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de Janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se controlado, em certa medida, pelo facto da CP depender exclusivamente do suporte financeiro direto do Estado por ter sido reclassificada para o perímetro das administrações públicas.

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2016 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2016, já que o único *swap* existente a 1 de janeiro de 2016, atingiu a sua maturidade em abril desse ano, sem impacto nos resultados da empresa¹⁵. Recorda-se que sobre esta matéria, dando cumprimento ao artigo 72.º do RJSPE, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 75-A/2014, foi celebrado um contrato de mandato entre a CP e o IGCP, EPE, conferindo a este a gestão da carteira de derivados da CP. Relativo a outras medidas de gestão de risco, e conforme referido em relatórios do CF anteriores, mantemos a nossa opinião que seria aconselhável uma análise de sensibilidade da taxa de juro para uma variação de 1% e 2%, abrangendo os financiamentos com taxa de juro variável, permitindo avaliar o grau de exposição e os eventuais impactos nos resultados da empresa;

- Em termos de endividamento, tal como assinalado antes, a CP não contraiu novos financiamentos durante o exercício de 2016, tendo-se registado uma redução efetiva de 14,1% da dívida remunerada conforme já referido anteriormente. Porém, por força da aplicação da fórmula definida pela DGTF para aferição deste limite, verifica-se um aumento do endividamento em 3,7% face ao ano de 2015 e portanto, acima do limite fixado de 3% pela Lei do OE para 2016, ficando, contudo, abaixo do previsto no PAO aprovado (4,4%)¹⁶. Esta variação decorre exclusivamente dos aumentos de capital ocorridos no exercício em análise, já que, conforme se referiu anteriormente, não se verificou a contratação de novos financiamentos.
- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrears”)¹⁷ no final de 2016 por motivos imputáveis à empresa. Pese embora a explicação sobre a evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) e as informações constantes das notas 27 e 28 do Anexo, expliquem a variação dos saldos das contas de Fornecedores e outras contas a pagar, deveria constar, na nossa opinião, a identificação das dívidas e respetiva fundamentação excluídas pela empresa na divulgação daquele indicador;

¹⁵ A 31 de dezembro de 2015, este derivado encontrava-se registado no passivo da empresa pelo valor negativo de 1,291 milhões de euros.

¹⁶ PAO aprovado em 30 de dezembro de 2016.

¹⁷ Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.



CONSELHO FISCAL

- O PMP, conforme apurado pela Empresa, foi em 2016 de 30 dias, traduzindo uma redução de 4 dias face a 2015. A melhoria conseguida é justificada pelas dotações de capital realizadas pelo acionista Estado, à semelhança do ocorrido em 2015, e aos fundos gerados pelo desenvolvimento da atividade operacional, que permitiram à CP assegurar o pagamento atempado das responsabilidades para com os seus fornecedores e demais credores;
- As contas relativas ao exercício de 2015, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista, pelo que não houve qualquer recomendação a observar em 2016;
- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, (para os gestores públicos e equiparados, a partir de 1 de Junho de 2010), no entanto, para os restantes cargos e demais pessoal abrangidos, com a entrada em vigor da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro e da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (OE/2016), foram progressivamente eliminadas as reduções remuneratórias, tendo sido totalmente eliminadas a 1 de outubro de 2016.
- Relativamente às deslocações e às ajudas de custo do pessoal Itinerante, a empresa aplicou o previsto nos Acordos de Empresa por reconhecer a inaplicabilidade do regime previsto sobre esta matéria para os trabalhadores em funções públicas, o que implicou um acréscimo de gastos de 134% face a 2015 e de 110% face a 2010. Refira-se que pagamento do trabalho extraordinário foi feito de acordo com as regras previstas no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas¹⁸ tendo-se, verificado, conforme se verá mais adiante, a um aumento de 2,29% face a 2015, justificado, essencialmente, pela realização de serviço de transporte especiais, reforço das ações de fiscalização e da alocação de trabalhadores para a formação dos novos trabalhadores em fase de recrutamento;
- Adicionalmente, e em cumprimento com o determinado no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), destaca-se que o Conselho de Administração não utilizou cartões de crédito¹⁹, nem foram reembolsados de despesas incorridas a título de representação pessoal;
- Sublinha-se ainda que em 2016, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo desta forma com o previsto legalmente sobre esta matéria;
- Os membros do Conselho de Administração mantiveram direito a um conjunto de regalias, designadamente, benefícios sociais, como seguro de saúde e de acidentes pessoais, atribuídos igualmente e de forma generalizada aos restantes colaboradores da empresa;
- A CP no âmbito dos procedimentos da contratação pública rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos

¹⁸ Resultante da aplicação do previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro

¹⁹ Incluindo outros meios de pagamentos similares.



- transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades;
- Neste seguimento, em 2016, a empresa submeteu 24 contratos, de valor superior a 5 milhões de euros cada, a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, no valor global de 43,5 milhões de euros.
 - A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que caso a caso verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP;
 - De igual forma, a CP também não se encontra vinculada ao Parque de Veículos do Estado, não obstante, a CP tem dado cumprimento às orientações vigentes nesta matéria, nomeadamente ao ofício circular da DGTf n.º 4238, de 1 de julho, e ao Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014;
 - Decorrente das medidas governativas, cabe às empresas com EBITDA positivo assegurar a redução do peso do conjunto dos gastos com consumos, fornecimentos e serviços externos e pessoal no volume de negócios²⁰. Nesta medida, a CP apresentou uma melhoria deste indicador de 13 p.p. face a 2010 e de 1 p.p. em relação a 2015. Esta evolução favorável, encontra-se limitada, segundo a empresa, a diversos fatores exógenos, dos quais se destacam o aumento das tarifas relativas a utilização da infraestrutura ferroviária (+8 milhões de euros face a 2010) e a eletricidade para tração (+4,2 milhões de euros face a 2010), bem como, ao aumento de gastos com aluguer de material circulante (+5,6 milhões de euros face a 2010), devido à ausência, designadamente, de investimento em material circulante. Excluindo estes fatores, ter-se-ia verificado, conforme apurado pela empresa, uma redução significativa destes gastos em 16,8% face ao registado face a 2010.
 - Assim, merece ser destacado isoladamente o desempenho das seguintes rubricas:
 - i. Gastos com o Pessoal²¹, deduzidos do valor das indemnizações por cessação de contratos de trabalho e das responsabilidades decorrentes do acordo relativamente à integração dos abonos variáveis, ficaram acima em 3,3 milhões de euros do previsto no PAO aprovado, essencialmente devido à reversão das reduções remuneratórias em montante superior ao previsto pela empresa e ainda ao acréscimo do trabalho extraordinário atingindo uma taxa de trabalho suplementar de 13,30%, ou seja, um aumento de 2,29% face ao registado em 2015. Importa ainda destacar uma redução no número de efetivos em 18% quando comparado com o ano de 2010, decréscimo igualmente verificado no número de cargos de direção em 63% face àquele ano de referência. Importa ainda destacar no âmbito desta rubrica, o acréscimo dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custas em 110% face a 2010 e de 134% face a 2015, justificado, essencialmente,

²⁰ Excluindo os subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

²¹ Incorpora o efeito da aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.



dos acordos estabelecidos com as Organizações Representativas de Trabalhadores. Sobre esta matéria assinala-se que no âmbito do PAO previa-se um montante de 529,4 milhares de euros, o que foi largamente ultrapassado, atingindo-se o montante de 1.012,7 milhares de euros;

- ii. CMVMC, diminuição em 5,9 milhões de euros (-52% face a 2010) que resultou, essencialmente, da racionalização da oferta e de alguns serviços terem passado a ser realizados integralmente em tração elétrica;
 - iii. FSE, redução de 4% face a 2010, generalizada à maioria das rubricas que o compõe, resultante do esforço de contenção de gastos efetuado pela empresa. A redução seria substancialmente maior caso se excluíssem, conforme se referiu anteriormente, os aumentos de gastos suportados com a Taxa de Utilização da Infraestrutura, de eletricidade para a tração e de outros gastos como o aluguer de material circulante.
- No que importa à frota de automóvel e à revisão das categorias dos veículos que a integram, e tendo em consideração o disposto no ofício circular da DGTF n.º 4238, de 1 de julho de 2013, e no Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de abril, a empresa manteve em 2016 a trajetória da redução do número de veículos, passando dos 49 detidos em 2015, para 47 em 2016, bem como procedeu à revisão das categorias dos veículos e às rendas máximas definidas, não obstante registou um acréscimo ao nível dos gastos com a frota automóvel de 11%, derivados das despesas adicionais do AOV das viaturas cedidas à CP e pelo aumento dos custos de manutenção nas viaturas da propriedade da CP;
 - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado – A CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades da atividade da CP exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial;

Assim, em 2016, através do Despacho n.º 225/16-SEATF, de 8 de março, a CP obteve autorização para não cumprimento do princípio da unidade de tesouraria relativamente a alguns serviços, designadamente recolha e contagem de valores, cartões de refeição e garantias bancárias;

Não obstante, a CP tem desenvolvido todos os esforços no sentido de, sempre que possível, dar cumprimento ao referido princípio o que se traduz durante o ano de 2015 numa taxa de centralização conseguida de cerca de 70% das suas disponibilidades junto do IGCP, EPE;

- Por último e ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular da DGTF, de fevereiro de 2016, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RISPE, importa

Handwritten signature

CONSELHO FISCAL

sublinhar que a CP dispõe de um Plano de Gestão de Riscos²², disponível no seu site, que inclui os riscos de corrupção e infrações conexas, no âmbito do qual são detalhados os riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, identificando para cada uma das atividades da empresa os respetivos riscos, medidas de mitigação, bem como os mecanismos de controlo implementados.

A empresa elabora anualmente um relatório através do qual identifica os factos suscetíveis de constituir infração penal ou disciplinar, estando disponível no site da empresa, o relatório referente ao ano de 2015.

6. OUTROS ASPETOS:

- Não obstante a CP ter norteado a sua atividade de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento 2016, aprovado pelas tutelas financeira e sectorial em 30 de dezembro de 2016, e com as orientações contidas no Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI) 2014-2020, não foram emitidas orientações específicas para a empresa pelo que não se mostra adequado efetuar uma análise ao cumprimento das mesmas;
- Não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, nem celebrados contratos de gestão com os gestores, o que igualmente inviabiliza a avaliação do desempenho dos mesmos;
- A CP implementou políticas comerciais mais eficazes, ajustou a oferta em função da procura, como forma de implementar estratégias de maximização das receitas. Daqui resultou um crescimento do número de passageiros transportados em 2,5% face ao ano de 2015, traduzindo-se num aumento de 0,8% no volume de negócios²³;
- Regista-se por mais um ano a ausência da atribuição por parte do Estado de indemnizações compensatórias à parte da operação correspondente à prestação do serviço social.
- Por conseguinte, afigura-se necessário e imprescindível a contratualização do serviço público a prestar pela CP, bem como prosseguir com o processo de saneamento financeiro, de forma a assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa.

7. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Rels & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório dos Auditores Externos, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites

²² Versão de maio de 2016.

²³ Excluindo os subsídios à exploração e outros rendimento e ganhos.



CONSELHO FISCAL

em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2016 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativas ao exercício de 2016, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do Resultado Líquido negativo no montante de 144.564.817 euros ser levado a resultados transitados.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2016 tanto pelo Conselho de Administração como pelos colaboradores da CP.

Lisboa, 20 de abril de 2017.

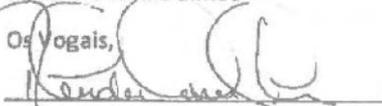
O Conselho Fiscal,

O Presidente,

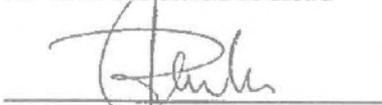


António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

A informação constante no Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução do negócio, do desempenho da empresa, contém uma descrição dos acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, destacando os principais riscos e incertezas com que se defronta; e

A informação constante no Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E..

Lisboa, 20 de abril de 2017.

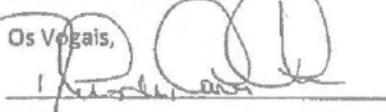
O Conselho Fiscal,

O Presidente,

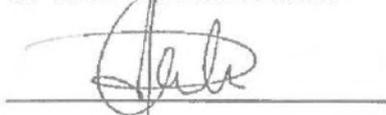


António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos

